



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

CARLOS EDUARDO MARTINS DA SILVA

**UERJ EM MOVIMENTO: FAZER-SE DOCENTE E A ASDUERJ**

RIO DE JANEIRO

2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

## **UERJ EM MOVIMENTO: FAZER-SE DOCENTE E A ASDUERJ**

**Carlos Eduardo Martins da Silva**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Angela Maria Souza Martins**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Rio de Janeiro  
2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

## **UERJ EM MOVIMENTO: FAZER-SE DOCENTE E A ASDUERJ**

**Carlos Eduardo Martins da Silva**

Aprovado pela banca examinadora

Rio de Janeiro, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Angela Maria Souza Martins - UNIRIO  
Orientadora

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Deise Mancebo - UERJ  
Membro Externo

---

Prof<sup>a</sup> Dr. Paulo Sergio Sgarbi Goulart – UERJ  
Membro Externo

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Nailda Marinho da Costa Bonato - UNIRIO  
Membro Interno

## Agradecimento

“Isto significa, exatamente, não propor que a “moral” seja alguma “região autônoma” da escolha a vontade humana, que surge independentemente do processo histórico. Essa visão da moral nunca foi suficientemente materialista, e daí ter frequentemente reduzido essa formidável inércia – e por vezes essa formidável força revolucionária – a uma ficção idealista carregada de desejo. Pelo contrário, significa dizer que toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de interesse; que em cada “necessidade” há um afeto, ou vontade, a caminho de se transformar num “dever” (e vice-versa); que toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores; e que o projeto do socialismo não está garantido POR NADA – certamente não pela ciência ou pelo marxismo-leninismo – e pode encontrar suas próprias garantias somente pela razão e por meio de uma ampla escolha de valores.

E.P. Thompson

A todos os homens e mulheres que optaram em lutar e ensinar-lutar.

À Minha querida comunidade de Oswaldo Cruz: lotada de homens e mulheres com a alma solidária e fraterna, onde aprendi o respeito ao terreiro e às tradições africanas.

Terra de gente honesta e lutadora.

A meus amigos do peito e de fé pelo carinho e auxílio em todos os anos de irmandade.

Aos colegas do mestrado pelo respeito e bons debates; aos que viraram  
amigos (as) um brinde à alegria.

A minha orientadora, professora Angela Maria Souza Martins pela paciência, carinho,  
atenção e orientação.

Às Minhas mães, Arlette e Helena, exemplos dos mais importantes valores humanos:  
ética, dignidade e luta.

À Minha querida tia Amélia, pela alegria do sorriso nos sambas de outros carnavais e ao  
meu Avô Altivo pelo carinho e amor. Ambos já não mais nesse plano terrestre.

A CAPES pelo apoio financeiro ao longo do Mestrado.

## A LUZ DA INSPIRAÇÃO

*Sinto-me delírio  
luz da inspiração  
Acordes musicais  
Invadiram o meu ser, sem querer  
Me elevam ao infinito da paz  
Sinto-me vazio  
no ar a flutuar  
Eu já nem sei quem sou  
A mente se une á alma  
A calma reflete o amor  
Nos braços da inspiração  
A vida transformei de escravo para rei  
E o samba que criei tão divino ficou  
Agora já sei quem sou  
E o samba que criei tão divino ficou*

Candeia

Dedico essa dissertação à minha família amada:  
Meu menino Miguel e minha companheira Regina,  
Sem vocês, eu não seria tão, tão,  
tão feliz!

## QUEM É O SINDICATO

Mas quem é o sindicato?  
Ele fica sentado em sua casa com o telefone?  
Seus pensamentos são secretos, suas decisões desconhecidas?  
Quem é ele?  
Você, eu vocês, nós todos.  
Ele veste a sua roupa, companheiro, e pensa com a sua cabeça.  
Onde more é a casa dele, e quando você é atacado, ele luta.  
Mostre-nos o caminho que devemos seguir e, nós seguiremos com você.  
Mas não siga sem nós o caminho correto.  
Ele é sem nós o mais errado.  
Não se afaste de nós.  
Podemos errar e você ter razão, portanto não se afaste de nós!  
Que caminho curto é melhor do que o longo, ninguém nega.  
Mas quando alguém o conhece e não é capaz de mostrá-lo a nós,  
De que serve a sua sabedoria?  
Seja sábio conosco!  
Não se afaste de nós!

Bertolt Brecht

## RESUMO

Nosso trabalho problematiza a experiência constitutiva dos docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) enquanto categoria sócio-histórica que participou do seu processo de consolidação como instituição universitária. Pretendemos colaborar para a compreensão da construção da identidade dessa categoria social nos quadros da universidade entre as décadas de 1970, período final da ditadura civil-militar, e os anos 1980, período de redemocratização da sociedade brasileira. Portanto, entre o período das primeiras reuniões clandestinas (1978) até a consolidação da entidade representativa, a Asduerj (1987), a realização da primeira eleição para reitor na universidade (1983), o primeiro plano de carreira docente na universidade (1985). Assim, coloquei em diálogo a relação entre o processo de construção da entidade representativa dos docentes com a própria constituição identitária da categoria docente e a universidade. Em nosso trabalho, buscamos um conceito de história que promova uma ruptura com a dimensão linear e cronológica e encontre perspectivas no tempo do agora, um tempo múltiplo, em que o olhar para o passado constitua uma oportunidade de experiência do historiador com esse passado, possibilitando o conhecimento do presente e construções de projetos futuros. A experiência do historiador com o passado afirma-se como experiência que emerge de sua dimensão coletiva. A memória dos sujeitos históricos nos levará à intensidade dessa dimensão essencialmente coletiva de constituição do movimento docente, em específico, da Asduerj, e sua análise nos possibilitará descobrir caminhos para a compreensão da trajetória da própria UERJ enquanto instituição social e histórica.

Palavras-chave: Asduerj, UERJ, História da Educação.

## **ABSTRACT**

In this work we discuss the constitutive experience of the University of Rio de Janeiro State's teachers (UERJ) as a social-historical category which have participated on the consolidation process of the UERJ as a university institution. We intend to collaborate in understanding the identity construction of this social category in the university's staff between the decades of 1970 – by the end of the civil-military dictatorship – and the 1980's – redemocratization period of Brazilian society; therefore, since the first clandestine meetings (1978) until the consolidation of the teacher representative entity – the Asduerj (1987) –, the first election for Rector of the university (1983), and the first teaching career plan of the university (1985). So, I have put in dialogue the relationship among the representative entity construction, the identity constitution of the teaching category itself and the university. In our work, I've sought a history concept that could promote a break with a linear and chronological dimension and could find some perspectives of the current time as a multiple time, in which the regard to the past constitutes an opportunity of an experience with the past for the historian, which makes possible the knowledge of the present and the construction of future projects. The historian experience with the past consolidates itself as an experience that emerges from his collective dimension. The memory of historical individuals will lead us to that essentially collective dimension intensity of the teaching social movement constitution, specially of the Asduerj, and its analysis will make possible discover ways to the understanding of the UERJ tracking itself as a historical and social institution.

Keywords: Asduerj, UERJ, History of Education

## SUMÁRIO

|                                                                     |     |
|---------------------------------------------------------------------|-----|
| Introdução .....                                                    | 10  |
| CAPÍTULO I: Os caminhos para a investigação.....                    | 166 |
| CAPÍTULO II: Falar em universidade: falar em UERJ? .....            | 31  |
| CAPÍTULO III: As origens dos militantes da Asduerj e da Apuerj..... | 43  |
| CAPÍTULO IV: Fazer-se docente e a Asduerj .....                     | 60  |
| Considerações Finais .....                                          | 99  |
| Referências Bibliográficas.....                                     | 102 |

## Introdução

Uma dessas nove musas é Clio, a musa da história, filha, da memória, uma das herdeiras da linhagem que se origina do consórcio entre o humaníssimo – ainda que olímpico – Zeus e de Mnemosine, e que ascende a uma aliança carnal entre o céu e a terra, que, por sua vez, gera também o tempo (NEVES, 1998, 2000, apud NEVES 2009, p.18).

As reflexões aqui apresentadas buscam compreender e problematizar a constituição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) a partir da experiência política e educacional dos seus docentes enquanto categoria sócio-histórica.

A minha primeira experiência com a universidade se efetivou na condição de estudante universitário inserido no movimento estudantil, quando foi possível militar no Diretório Central dos Estudantes – DCE, União Nacional dos Estudantes – UNE e na Federação do Movimento Estudantil de História- FEMEJ. Desde então, a atuação nos diversos fóruns dos movimentos dos estudantes, nos próprios espaços políticos e institucionais no interior da universidade foi sendo intensificada.

A partir dessa inserção, passei a desenvolver, ainda no período da graduação, uma pesquisa sobre a relação entre o movimento sindical e o neoliberalismo. Consequentemente, o trabalho monográfico teve por objetivo compreender a relação entre o projeto neoliberal de universidade e a estratégia desenvolvida pelo movimento sindical docente a nível nacional, na defesa e manutenção dos seus princípios historicamente construídos: a defesa da universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade.

Assim, fui estabelecendo relações políticas e interpessoais mais aprofundadas com a categoria docente e com o movimento docente, principalmente, através da sua entidade representativa de classe, a Associação dos docentes da UERJ – Asduerj. Nesse sentido, nessa dissertação pretendo colaborar para a compreensão da construção da identidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro por meio da categoria social docente nos quadros sociais, políticos e culturais desta instituição, a partir dos últimos anos da década de 1970, período final da ditadura militar, e ao longo da década 1980, período de redemocratização da sociedade brasileira. Esse corte temporal abarca o período compreendido pelas primeiras reuniões clandestinas

realizadas pelos docentes em 1978, no processo de consolidação da Associação dos Docentes enquanto entidade representativa. Assim, destaco a realização das primeiras eleições livres para a reitoria da universidade, em 1983, e caminho até a conquista do primeiro plano de carreira da categoria docente (1985), que garantiu a organização da vida funcional docente, possibilitando que essa categoria implementasse um projeto de universidade.

Para a compreensão da trajetória histórica da universidade, foi fundamental o trabalho da professora-pesquisadora Deise Mancebo, fruto da sua tese de doutorado em educação na PUC-SP, que posteriormente foi publicado no livro, *Da gênese aos compromissos: uma história da UERJ*. A obra possibilitou a compreensão histórica da instituição e do(s) processo(s) de transformação da universidade.

Realizei três entrevistas e estas me colocaram diante de sujeitos históricos, assim tive condições de ir ao encontro de suas histórias de vida. As entrevistas foram feitas com professores da UERJ que se fizeram presentes nesse importante momento histórico da universidade, em especial durante o processo de construção do movimento docente e das duas entidades representativas: Asduerj e Apuerj.

O primeiro entrevistado foi o prof. Ricardo Donato, porém, antes de chegar até o professor da Faculdade de Ciências Médicas, tentei em três oportunidades contato com o professor Ivair Itagiba, primeiro presidente da Apuerj, porém não logrei êxito nas três primeiras tentativas de encontrá-lo, somente após todas as entrevistas realizadas, estando às vésperas da Banca de Exame de Qualificação consegui um contato com o professor; mas, por orientação da banca de qualificação, não havia mais condições de entrevistá-lo. Acredito que em uma próxima oportunidade consiga fazer a entrevista. Como não tinha conseguido realizar a entrevista com o prof. Ivair Itagiba, busquei contato com o prof. Ricardo Donato no Departamento de Medicina Integral, Familiar e Comunitária. Logrando êxito na primeira tentativa, tivemos a nossa primeira conversa em caráter informal e, na semana seguinte, realizei a entrevista com o professor no Hospital Pedro Ernesto, em 20 de março de 2012. Prof. Ricardo Donato é ex-aluno da Faculdade de Ciências Médicas e foi diretor do Hospital Universitário, entre 1984 e 1988, e o vice-diretor foi o professor Ricardo Martins Lauria, fundador da Asduerj, primeiro presidente eleito via eleições diretas para a presidência da Asduerj e vice-reitor na gestão do prof. Nival Nunes de Almeida (2004-2008)

O segundo entrevistado foi o prof. Ricardo Santos, fundador da Asduerj e primeiro presidente eleito da diretoria provisória na assembleia de fundação desta

entidade, na ABI, ele foi também segundo presidente eleito e coordenador de planejamento, na Universidade, na gestão do professor Ivo Barbieri, entre 1988 e 1992. O contato inicial foi via correio eletrônico e somente foi possível devido ao apoio do jornalista Sérgio Franklin, da assessoria de comunicação da Associação de docentes. A entrevista foi realizada na sede da associação por proposta nossa e plenamente aceita pelo professor, em 02 de abril de 2012.

O terceiro entrevistado foi o prof. José Eustáchio Bruno, pessoa com quem tive contato durante minha participação no movimento estudantil e no Partido dos Trabalhadores, inclusive foi candidato a deputado estadual pelo PT, no Rio de Janeiro, nas eleições proporcionais de 1994. Prof. Bruno foi fundador da Asduerj, primeiro secretário na gestão de 1982-1985, presidente da Asduerj na gestão de 1985-1987 e assessor do reitor Nival Nunes de Almeida, entre 1994 e 1998. A primeira entrevista foi realizada em 20 de abril de 2012, na hora do almoço, num restaurante próximo a sua residência e a segunda, na residência do professor, em 1º de maio de 2012.

Iniciei um aprofundamento desse entrelaçar de prismas de um mesmo cristal, formado em parte, pela relação entre as histórias de vida e as formas de ingresso na universidade. Nesse fazer da pesquisa me deparei com histórias extremamente ricas politicamente e que foram fundamentais para a formação e consolidação do movimento docente e também da UERJ, enquanto universidade. Este é um dos aspectos que marcam este trabalho, a presença de uma soma significativa de agentes humanos politizados contrários ao regime ditatorial, oriundos da geração de 1968, da luta política clandestina, e das organizações clandestinas de esquerda que estavam na universidade nos momentos finais da ditadura.

Essa questão deverá ser tratada com mais condições de tempo em uma futura pesquisa, pois o que foi recuperado da memória dessas pessoas, ou melhor, os sinais, como nos sugerem Marc Bloch e Carlo Ginzburg, proveniente da memória social de indivíduos que, em movimento, se constituem em um grupo social nos levará a estudar, de forma profunda, as existências individuais politicamente progressistas em um contexto autoritário na sociedade e na UERJ. Uma universidade que abrigou a Escola Superior de Guerra – ESG, no período da ditadura civil-militar, fato que merece um estudo mais aprofundado. Devo destacar que o movimento associativo foi um pólo inicial de aglutinação de militantes resistentes dentro da universidade.

A conjuntura da época, período final da ditadura civil-militar, é um segundo ponto fundamental que marca um norte em nossos estudos. Nesse contexto se

desenvolveram e se reorganizaram sindicatos, associações e partidos. Como nos diz Trindade (1998), “a história das universidades desde as origens mostra sua relação permanente com a sociedade e, como instituição social, ela transforma-se no tempo e no espaço guardando sua identidade própria” (p. 134).

O final da década de 1970 e o início da década de 1980 é um período de grande importância para o cenário da vida política e econômica brasileira e, portanto, para as construções das relações entre o movimento docente universitário e a própria construção da universidade enquanto um espaço marcado pela conjuntura nacional de luta pela redemocratização da sociedade brasileira.

Organiza-se a luta por democracia política e econômica, cresce o movimento por anistia ampla, geral e irrestrita. O movimento docente nasce no mesmo período e participa ativamente de todas essas lutas: da luta pela anistia, da luta pelas eleições diretas, da fundação da CUT (BALDIJÃO, 1991, p.22)

Um terceiro aspecto fundamental para a construção do nosso trabalho de pesquisa é a caracterização do Centro Biomédico, um locus que exercitava pesquisa e extensão num momento em que a UERJ era considerada um “escolão de terceiro grau”, fortemente marcada pela ênfase do ensino. Assim, será possível afirmar que o Centro Biomédico se colocava como um contraponto ao projeto da velha UERJ? Estaria aí o embrião da nova UERJ?

As formulações teóricas e conceituais do historiador marxista E. P. Thompson acerca da constituição da classe trabalhadora inglesa, as suas críticas sobre o marxismo ortodoxo foram fundamentais para a compreensão da experiência social constitutiva do processo do fazer-se dessa categoria social, os professores da UERJ.

O estudo de Thompson possibilitou a ampliação do nosso campo de visão e estudo, nos permitiu uma maior abertura para outras correntes da história social e cultural, principalmente a micro-história social. Essa imersão na teoria thompsoniana levou-nos a estudos mais sólidos no campo da história social inglesa, italiana e indiretamente aos estudos da história social francesa, principalmente no que se refere à crítica aos pensadores F. Braudel e L. Althusser.

Neste trabalho, tento estabelecer um movimento permanente entre empiria e teoria na produção do conhecimento histórico, pois é necessário questionar a noção de que a teoria tenha uma sede independente da realidade e de que a empiria por si mesma

seja capaz de revelar a realidade. Reforço essa compreensão com as leituras de E. P. Thompson e com os historiadores da microanálise italiana e francesa, como Jacques Revel.

Busquei um conceito de história que promova uma ruptura com a dimensão linear e cronológica e encontre perspectivas no tempo do agora, um tempo múltiplo, em que o olhar para o passado constitua uma oportunidade de experiência do historiador com esse passado, possibilitando o conhecimento do presente e construções de projetos futuros. A experiência do historiador com o passado afirma-se como experiência que emerge de sua dimensão coletiva. A construção é essencialmente social.

No que se refere aos defensores da contingência histórica, vale reter a impossibilidade da realização – face a seus postulados e práticas – de uma história – processo alicerçada na dimensão coletiva dos atores e sujeitos sociais, já que contingência e acaso, tornados matérias-primas do fazer historiador, resultarem não somente no distanciamento de toda e qualquer crítica social, como também – e por consequência – no distanciamento da própria noção de devir histórico (MENDONÇA, 2009, p. 30).

A memória dos sujeitos históricos me levou e continuará a me levar à intensidade dessa dimensão essencialmente coletiva de constituição do movimento docente, em específico da Asduerj, e suas análises me possibilitaram abrir caminhos para a compreensão da trajetória da própria UERJ enquanto instituição social e histórica.

Portanto, para compreender o processo de transformação de escolão em universidade é fundamental entender a transformação de professores-horistas, fazendo-se professores com carga horária garantida no plano de carreira, pois é isso que garante a condição aos professores de fazer pesquisa. Desse modo, estes construíram uma UERJ marcada pela autonomia, democracia e associação entre ensino, pesquisa e extensão, contrapondo-se ao projeto da velha universidade que valorizava basicamente o ensino, com uma estrutura de poder centralizada. Nesse processo de se constituírem docentes, constroem-se e reconstroem-se em movimento.

Um número muito significativo de pesquisadores universitários está-se dedicando ao estudo da relação entre os movimentos docentes e os processos de redemocratização nas diversas universidades federais brasileiras, produzindo textos de grande qualidade sobre a temática e, portanto, constituem-se em leituras fundamentais para a compreensão desse processo histórico. Porém as várias reflexões sobre a temática

em questão, ao retratar o período em destaque, se referem às universidades federais, como, por exemplo, podemos lembrar os trabalhos da professora da UFRRJ Célia Regina Otranto. Cabe ressaltar que a pesquisa inicial apontou para uma carência bibliográfica sobre as universidades estaduais, e principalmente, sobre a UERJ. É nesse sentido que a possibilidade de elaborar um estudo acadêmico sobre o movimento docente da UERJ no período de transição da ditadura para a democracia, elaborando uma dissertação de mestrado em educação no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação da UNIRIO.

No primeiro capítulo, busco apresentar os caminhos teóricos e metodológicos da pesquisa, realizo um diálogo entre a perspectiva histórica de E.P. Thompson, a micro-história e os estudos sobre memória e história oral.

No segundo capítulo, apresento uma breve história da UERJ e o seu processo para constituir-se efetivamente em universidade, pois nas primeiras décadas de vida esta instituição pautava-se basicamente nas suas atividades de ensino, posteriormente transforma-se em uma universidade com a associação entre ensino, pesquisa e extensão.

No terceiro capítulo, identifico as origens dos militantes e as diferentes vias de ingresso na universidade e mostro de que forma esses militantes encontravam-se dentro da universidade num período autoritário e arbitrário, ou seja, a UERJ apresenta uma peculiaridade possui uma quantidade significativa de professores progressistas antes do período da anistia.

No quarto e último capítulo, trato de indicar as linhas gerais do processo social do fazer-se docente e a relação entre o fazer-se docente e a construção da entidade representativa. Percebo que esse processo do fazer-se da categoria docente está estreitamente vinculado ao processo de construção da UERJ em uma universidade. Assim, o movimento docente foi fundamental para consolidar esse processo.

## **CAPÍTULO I: Os caminhos para a investigação**

Um foco de atenção aos historiadores sociais poderia ser o processo de interação entre os acontecimentos importantes e as tendências por um lado, e as estruturas da vida cotidiana por outro lado (BURKE, 1992, p.25).

Nas primeiras pesquisas realizadas sobre o movimento docente da UERJ, no período em estudo, percebemos a ausência significativa de fontes históricas secundárias, tais como livros, publicações, teses, dissertações e trabalhos monográficos que retratassem a temática que me proponho a investigar nesse trabalho. Ao me deparar com as fontes primárias (atas, panfletos e jornais), percebo que elas se encontravam dispersas e nas mãos dos antigos militantes docentes desse período histórico (1970/1980).

Ao realizar as entrevistas, obtivemos uma ótima receptividade e atenção por parte dos entrevistados, pois eles nos confiaram um material precioso, cópias dos seus acervos pessoais, para a nossa pesquisa; porém, outro fator que possibilita a compreensão da ausência de um acervo do movimento docente, é que não existia, à época, uma preocupação com a memória da entidade, além disso, a Asduerj não possuía uma estrutura adequada que possibilitasse a guarda do seu próprio acervo. Por isso, os depoimentos orais dos protagonistas desta história foram fundamentais para compormos o nosso trabalho conjuntamente com as fontes primárias cedidas pelos nossos depoentes.

Paul Thompson figura proeminente no “movimento” da história oral que defende o valor das fontes orais na história social moderna, como proporcionando presença histórica àqueles, cujos pontos de vistas e valores são descartados pela “história vista de cima” (PRINS, 1992, p.165).

Neste caminho, faz-se necessário atentar para uma escuta sensível dos depoimentos desses sujeitos históricos de nossa pesquisa, os professores da UERJ, essa escuta é de fundamental importância para a construção de caminhos investigativos, que foram fundamentais para a compreensão do nosso quadro de análise, os professores em processo de transformação em docentes universitários.

Prins (1992) nos alerta para a questão do diálogo entre as fontes que pesquisamos, pois uma não pode exercer a supremacia sobre a outra:

A questão é que o relacionamento entre as fontes escritas e orais não é aquele da prima-dona e de sua substituta na ópera: quando a estrela não pode cantar, aparece a substituta: quando a escrita falha, a tradição sobe ao palco. Isso está errado. As fontes orais corrigem as outras perspectivas, assim como as outras perspectivas as corrigem (PRINS, 1992, p.166).

No entanto, sabe-se que alguns historiadores que vivenciam uma sociedade das letras tendem a privilegiar inconscientemente a cultura escrita, muitas vezes desprezam a oralidade ou questionam a fidedignidade das fontes orais. Ainda nas palavras de Prins (1992), podemos continuar o diálogo quando o autor nos diz:

Creio que a queixa geral das premissas metodológicas sobre a precisão frequentemente refletem uma crença de que os dados orais não podem explicar a mudança, e que a mudança é o que mais os historiadores estudam. Mas isso não é totalmente verdade; e em algumas circunstâncias, em especial nas sociedades não alfabetizadas ou quase alfabetizadas, a continuidade é muito mais interessante e muito mais difícil que de ser explicada do que a mudança (p. 171).

Assim, encontrei na história oral um caminho fértil para o campo historiográfico, principalmente a partir da escola dos *Annales*, que introduziu novos objetos, abordagens e problemas, ressignificando-os; propôs a emergência de fontes alternativas ao documento escrito com a revalorização do depoimento oral e das imagens. “Uma escola que se define por sua abertura e permite o acesso a novos objetos, novos horizontes para atingir um nível particularmente rico em produção histórica” (DOSSE, 1992, p. 24). E ainda, segundo a professora Sonia Regina Mendonça, “os annales não foram exitosos apenas ao dar consistência à chamada história-problema. Igualmente conseguiram redirecionar o “fazer historiográfico” no sentido da objetividade” (MENDONÇA, 2009, p.31).

Nesse estudo, o depoimento de professores foi a principal fonte primária da pesquisa, visto que se constituiu em um importante instrumento do processo investigativo. “Nem sempre é necessário utilizar todas estas fontes. Em função dos objetivos específicos da pesquisa é possível, e até desejável, privilegiar umas e não outras” (BUFFA; NOSELLA, 2009, p. 63).

Percebi, então, que os depoimentos orais são fundamentais para a compreensão do meu objeto de trabalho, portanto, fundamentais para a compreensão do período histórico tratado.

Acredito na história oral precisamente porque ela pesquisa a memória de indivíduos como um desafio a essa memória concentrada em mãos restritas e profissionais. E penso que parte de nosso desafio é o fato de que realmente encaramos a memória não apenas como preservação da informação, mas também como sinal de luta e como processo em andamento (PORTELLI, 2000, p.69).

Assim, os depoimentos concedidos à nossa pesquisa pelos professores, participantes ativos do processo histórico em estudo, possibilitou através da memória individual uma imersão na história da Asduerj, pois de acordo com Le Goff que:

a memória, onde cresce a História, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (1996, p. 477).

A partir de relatos orais tentei compreender o fazer-se dessa categoria, como eles se fizeram na esfera cidadã, como se efetivou o processo de democratização dessa universidade pelas lentes dos militantes do movimento docente. Considerei que esses depoimentos, apesar de serem relatos individuais podem nos revelar a trama na qual esses militantes estão inseridos em seu respectivo contexto:

Este exemplo bem-sucedido de “história participativa” na qual o historiador é não só aquele que induz a um depoimento emancipador, mas também - contanto que se trate de um bom especialista em sua disciplina- aquele que faz com que esse depoimento não seja apenas individual e fechado sobre si mesmo, parece-me, de resto, ainda mais interessante porque leva a relativizar a conhecida antinomia entre história militante e história científica, entre finalidade cognitiva e finalidade científica (ETIENNE, 1987, p.12).

Para reforçar a ideia da relação entre memória e história oral na escala individual, no interior de uma opção política e ideológica do fazer-se do historiador, trazemos mais uma vez ao diálogo uma reflexão teórica do historiador francês François Etienne:

Conheço poucos setores da pesquisa histórica que atualmente esclareçam melhor do que a história oral como a pesquisa empírica de campo e a reflexão teórica sobre as problemáticas e os métodos estão indissociavelmente ligadas, e que demonstrem de maneira mais convincente que o objeto histórico é sempre o resultado de sua elaboração pelo historiador: em suma, que a história é construção. (1987, p. 13)

A história oral e a memória são possibilidades de convívio com o inusitado, pois, como nos diz Paul Thompson (1992), sua riqueza consiste na *multiplicidade de pontos de vista* que podemos encontrar, assim como também nos indica o historiador François Etienne, “a história oral tem uma função propriamente política de purgação da memória” (1987, p. 12). A pesquisa com história oral foi fundamental para trabalhar com a nossa hipótese inicial: a importância do movimento docente para a construção da identidade da categoria e, ao mesmo tempo, da democratização da universidade.

Mas, ao buscar as fontes primárias do período estudado, me deparei com a impossibilidade de localizar todas as fontes primárias necessárias para a análise desse momento histórico, convencionalmente chamado de história do tempo presente ou também denominado história viva. Como nos diz Sergio Castanho, “a história do tempo presente traz consigo as questões das fontes. Como é sabido as questões das fontes constituem um dos pilares básicos sobre que se assenta o que fazer histórico” (2010, p. 67).

Ainda, sobre a problemática das fontes no tempo presente, trago mais uma reflexão de Sergio Castanho:

Quanto à história do tempo presente, o historiador emprega a fonte oral para a escrita da história, mas também para a preparação do trabalho historiográfico vindouro, mediante a constituição de fontes (2010, p. 68).

Percebemos, ainda nos primeiros passos da pesquisa histórica, uma lacuna em relação às fontes primárias, pois trabalho com o período da ditadura civil-militar, período que impossibilitava a aglutinação dessas fontes em um arquivo público ou privado e, por questões de segurança dos militantes, não podiam ser elaboradas atas das reuniões clandestinas, do período inicial de organização da associação dos docentes. É importante registrar que os militantes docentes, muitas vezes, não guardavam esses panfletos e jornais em suas residências ou salas de trabalho na universidade, devido às questões acima referidas. Por isso, a história oral é fundamental, porque ela “permite o registro de testemunhos e o acesso a histórias dentro da história e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado” (GONÇALVES, 2011, p. 203).

Neste sentido, acredito na história oral não como uma segunda possibilidade de fazer história, porque a força da história oral reside em se apresentar como uma opção teórico-metodológica que possibilita dar voz e vez aos sujeitos históricos que não

tiveram ainda a sua história contada pela historiografia oficial ou por uma historiografia comprometida científica e politicamente com o poder social estabelecido, esta voz silenciada precisa ser escutada. Mesmo porque como nos diz Monique Augras,

não se pode fazer pesquisa impunemente. A tão almejada “neutralidade” científica, no campo das ciências sociais, é uma falácia. De qualquer maneira que se vá a campo, fica-se enredado pela estrutura e pela dinâmica do mesmo. Do mesmo modo, o mundo acadêmico, ao qual pertencemos, não permanece tampouco infenso às tensões, jogos de poder e utilização estranha dos resultados das pesquisas. Mas nada disso constitui obstáculo, muito pelo contrário (1996, p. 35).

Carlo Ginzbug em seu livro *Mitos, emblemas e sinais* (1991), nos revela, que nos contextos históricos, existem sinais; assim, podemos afirmar que, no período final da ditadura civil-militar e início da democratização, no início da década de 1980, a luta e mobilização dos docentes da UERJ nos forneceram sinais fundamentais que foram importantes para o processo de democratização da universidade. O movimento docente foi o aglutinador da luta pela democracia interna. Merece registro, o fato de a UERJ, ser a primeira universidade pública brasileira a realizar uma consulta pública para a escolha do reitor, em 1983, com a participação de todos os segmentos da universidade (alunos, servidores e professores). Essa consulta pública foi organizada pelos movimentos sociais no interior da universidade, segundo as evidências apresentadas pelos nossos entrevistados.

Esses fatos nos levam a refletir sobre a memória e o seu papel para a construção da coletividade universitária, a lembrança desses fatos é fundamental para resgatar a dimensão “vitoriosa” do fazer-se dessa categoria, que frequentemente tem a sua história negada ou esquecida em função de reafirmação da memória dos estabelecidos no poder, por isso precisei recorrer à história oral, pois ela dá voz aos diferentes sujeitos e auxilia na construção da memória coletiva.

A escuta desses docentes foi importante, pois não havia registro do processo do movimento docente a partir dos sujeitos que realizaram esse movimento e não há registro documental do que foi vivido nesse período. Assinalei que a lógica daqueles que detêm poder na universidade sempre foi a de tentar tornar invisível a presença ativa dos que não estavam à frente do poder central da universidade. Como nos sugere Castanho (2010, p. 54), “em regra, a voz do passado é a voz dos vitoriosos, apagando-se os vestígios dos vencidos. Isso porque a lógica dominante é a lógica dos dominadores”.

A escuta desses professores mostra a importância da memória para reconstruir a história dos silenciados, pois segundo Bosi,

O caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é, segundo Halbwachs, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é viver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho (1999, p. 55).

A instância da memória norteará as reflexões históricas, pois o passado é fértil e é fundamental para compreender melhor o contexto histórico no qual estamos inseridos. Mas, torna-se necessário trazer uma reflexão sobre a relação entre história e memória, pois comumente encontramos textos que associam diretamente ambos os conceitos e, ao iniciar o nosso diálogo entre memória e história, devo compreender, ainda que de forma inicial, a diferença entre esses conceitos, como nos indica Montenegro (1996), ao afirmar que Pierre Nora no ensaio “Entre Memória e História” retoma a tese de Halbwachs.

(...) a memória coletiva não se confunde com a história, e a expressão “memória histórica” não foi escolhida com muita felicidade, pois associa dois termos que se opõem em mais de um ponto (...) a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade e mesmo de uma pessoa desperta, somente quando eles já estão muito distantes no passado, para que se tivesse a oportunidade de encontrar por muito tempo ainda em torno de si muitas testemunhas que dela conservem alguma lembrança (HALBWACHS apud MONTENEGRO, 1996, p.209).

Para Halbwachs (1990), “a memória verdadeira, está na mente dos vivos, por isso não necessita do suporte da história” (1990, p. 48). Mais adiante, no mesmo texto, falando sobre a história, “trabalha um criticismo destrutor de memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir. A história é deslegitimação do passado vivido” (HALBWACHS, 1990, p.51).

Na mesma linha de raciocínio de Halbwachs, trazemos mais uma vez Castanho ao diálogo:

Começo com a questão da memória, hoje tão priorizada. Considero a memória o principal nutriente da história. Mas não se identifica com esta, assim como a semente não é o passarinho que não obstante nutre. A memória é algo de mais substantivo, do ponto de vista tanto do objeto quanto do sujeito (CASTANHO, 2010, p. 3).

Construir uma pesquisa a partir da memória de sujeitos que viveram o movimento docente da UERJ significará reconstruir a história/memória dessa universidade, por isso busco relacionar memória individual e coletiva. “Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva (...) este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e (...) este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (HALBWACHS, 1990, p. 51).

A memória individual não é e nem será sempre a mesma nos diferentes períodos históricos, ela se transforma no tempo, pois é no tempo que muda a própria compreensão do autor sobre os seus atos, as suas lembranças, os seus acontecimentos, os seus sentimentos, as sensações e os significados. A memória trabalha simultaneamente com passado e presente.

Em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alteradas (HALBWACHS, 1990, p.71).

Chartier (1996) também nos traz reflexões sobre a questão do tempo presente:

(...) o historiador do tempo presente é contemporâneo de seu objeto e portanto partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais(...) Para o historiador do tempo presente, parece infinitamente menor a distância entre a compreensão que ele tem de si mesmo e a dos atores históricos, modestos ou ilustres, cujas maneiras de sentir e de pensar ele reconstrói (1996 p. 216).

Portelli apresenta uma concepção próxima de Chartier e Halbwachs. Ele diz:

Acredito na história oral precisamente porque ela pesquisa a memória de indivíduos como um desafio a essa memória concentrada em mãos restritas e profissionais. E penso que parte de nosso desafio é o fato de que realmente encaramos a memória não apenas como preservação da informação, mas também como sinal de luta e como processo em andamento. Encaramos a memória como um fato da história; memória não apenas como um lugar onde você “recorda” a história, mas memória não seja esquecida (2000, p. 69).

Na dinâmica da história oral, “a subjetividade pode também ser considerada como ganho: é quem produz o testemunho vivo, a rememoração” (AUGRAS, 1996, p.

30). Percebo, então, que os depoimentos orais colhidos em entrevistas possibilitaram uma intersubjetividade, ampliando as possibilidades e os objetivos da pesquisa e, portanto, são fundamentais para a compreensão do nosso objeto de estudo e para a construção de um “arquivo” de fonte primárias. “É preciso levar em conta a subjetividade de quem dá o depoimento, mas também a subjetividade de quem interpreta. Acrescentaria mais um aspecto: a subjetividade de quem pergunta e registra” (AUGRAS, 1996, p. 30). Assim, a pesquisa que utiliza a história oral trabalha com a intersubjetividade, a do pesquisado e a do pesquisador, portanto com o confronto de duas visões de mundo.

Devemos considerar que não somos seres humanos (e sociais) vivendo somente de acordo com a lógica da razão, por isso, a postura corporal, as expressões faciais, as mensagens subentendidas podem e devem fazer parte do processo direto que se dá e se constrói na dinâmica entre o entrevistado e entrevistador, percebemos que um poderoso instrumento de registro desses “sinais”, já costumeiramente usado na antropologia, foi o caderno de campo e as entrevistas individuais gravadas em mp3.

Acredito que os depoimentos foram fundamentais para desvendar os caminhos da pesquisa e, portanto, para a compreensão do período histórico tratado, as entrevistas na história oral são de grande riqueza, pois remete diretamente ao entrevistado a reorganização das suas memórias, ou melhor, constrói o processo de estruturação dos fatos de memória,

nele atuam mecanismos extremamente sutis, que estão relacionados com a construção da identidade pessoal. Memória e identidade estão intimamente ligadas. Não podemos esquecer que, nesta sociedade complexa, cada pessoa pertence a diversos grupos, e que cada grupo propõe um modelo de identidade, e que cada grupo tem suas exigências e suas expectativas (AUGRAS, 1996, p. 29).

No tratamento dos dados, busquei, ainda com debilidades, contemplar uma visão materialista dialética da história, um estudo que articula o econômico, o político, o cultural e o social. Assim, mesmo aceitando a contribuição que a Escola dos *Annales* poderá trazer para os instrumentos da nossa pesquisa, não me privei de fazer críticas a essa própria escola, pois o “aspecto político parece morto no horizonte do seu discurso, - assim como [ocorre] o abandono de toda a dialética entre presente e futuro” (DOSSE, 1994, p. ). Em contraposição, nós pretendemos colocar o aspecto político no centro do debate sobre o nosso tema.

A práxis será privilegiada nas análises e pontuarei em nosso trabalho um movimento permanente entre a teoria e a prática na produção do conhecimento histórico. O testemunho oral será a fonte principal da investigação, por isso considero que o entrevistado/ pesquisado, muitas vezes considerado objeto da pesquisa, é sujeito, protagonista do processo histórico investigado. Acredito que é preciso escutar diferentes protagonistas da história, principalmente os considerados vencidos ou derrotados, porque

basicamente, o século XX tem sido e espero que o próximo continue a ser uma época em que não estamos convencidos de que os derrotados vão permanecer derrotados para sempre. E por isso mesmo, o desafio da memória às ideologias dominantes é também uma parte do desafio de movimentos políticos de indivíduos aos poderes dominantes na economia e na política. E penso que isto se relaciona também com a questão metodológica, porque acredito que a metodologia, é uma extensão da política (PORTELLI, 2000, p.69).

Assim, podemos concordar com a seguinte contribuição, “A história das pessoas comuns, mesmo quando estão envolvidos aspectos políticos de sua experiência passada, não pode ser dissociada das contribuições mais amplas de estrutura social e poder social” (SHARPE, 1992, p.54). A perspectiva de trabalho com a história oral possibilita a compreensão da história daqueles que tiveram a sua versão sufocada pela historiografia oficial.

Utilizo, também, alguns aspectos da Escola dos Annales que enriqueceu os estudos históricos com uma história a partir de homens e mulheres comuns, com suas ações sociais e de suas experiências culturais e sociais.

O que essas abordagens têm em comum é a sua preocupação com o mundo da experiência comum (mais do que a sociedade por si só) como seu ponto de partida, juntamente com uma tentativa de encarar a vida cotidiana como problemática (BURKE, 1992, p. 23).

E, neste sentido, sem abrir mão das contribuições da Escola dos Annales e da perspectiva de estar trabalhando com as vozes dos sujeitos sócio-históricos comuns, da história submersa, caminho em direção a uma visão materialista dialética da história. “Com base nesta concepção teórico-metodológica que descreve o particular, explicitando suas relações com o contexto econômico, político, social e cultural” (BUFFA; NOSELLA, 2009, p. 72)

Divergindo um pouco da Escola dos Annales, acredito que o aspecto político está vivo em nossas reflexões, pois, se o nosso processo histórico é eminentemente social, ele também é perceptível em seus aspectos políticos. Assim,

(a) famosa definição de história social de G.M.Trevelyan como a “a história com a política posta de lado” é atualmente rejeitada por quase todo o mundo. Em vez disso nos percebemos preocupados com o elemento social na política e com o elemento político na sociedade. Por um lado, os historiadores políticos não mais se restringem à alta política, aos líderes, às elites (BURKE, 1992, p.37).

O diálogo entre “as histórias”, (oral, vista de baixo, micro-história, escola marxista e Escola dos Annales) enriquece a pesquisa histórica, possibilitando ao pesquisador, em seu trabalho, iniciar a construção de uma análise histórica possível que levam a uma identificação entre os indivíduos de uma mesma categoria social, dando-lhes voz e pertencimento social. Compreendemos que o processo histórico é o processo social inserido na sua temporalidade.

A articulação de um movimento permanente entre a teoria e empiria na produção do conhecimento histórico tem sido uma busca em minhas pesquisas e, além do pensamento de Burke, encontro no historiador inglês E. P. Thompson, uma importante referência teórica e de grande contribuição para o desenvolvimento do nosso trabalho, pois o autor do clássico *“A formação da classe operária inglesa”*, consegue dar vida e sentimento aos sujeitos sociais, compreendendo o contexto histórico que compõe o cenário de sua análise, enfatizando a participação e a ação ativa dos sujeitos na construção dos seus próprios interesses e ações coletivas, elaborando suas próprias identificações.

Nesse sentido, a categoria “experiência” possibilita (re)estabelecer o “elo” entre o ser social e a sua consciência social. A categoria experiência nos é útil para resgatar a dimensão humana do processo social e político.

O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: “experiência humana”. É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejavam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de “empirismo”. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas

outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1988, p.182).

Considerando que o trabalho sobre a classe trabalhadora inglesa, realizado por E. P. Thompson foi de fundamental importância no sentido de possibilitar a autoidentificação por meio da história e, ainda que, segundo Burke (1992.),

os historiadores de Edward Thompson a Roger Chartier foram muito bem-sucedidos ao revelar as inadequações das explicações materialistas e deterministas tradicionais do comportamento individual e coletivo de curto prazo, e na demonstração que tanto na vida cotidiana, quanto nos momentos de crise, o que conta é a cultura (BURKE, 1992, p.35).

Utilizarei a categoria experiência de E. P. Thompson para compreender o fazer-se da categoria docente na UERJ, sendo fundamental, para o nosso estudo, o entrecruzamento entre o conceito de experiência de Thompson e a concepção dos historiadores da microanálise social, porque possibilita compreender a formação de um grupo ou segmento social. A experiência, tal como entende Thompson, possibilita desvendar valores, normas, práticas de um grupo social, ou seja, pode-se descobrir o modo de ser deste grupo ou segmento social, a sua cultura. Assim, é possível apreender a experiência social que foi fundamental para a formação da identidade dos docentes da UERJ enquanto categoria sócio-histórica.

Faria Filho (2008) chama a atenção para o fato de que há um duplo aprendizado com Thompson em sua relação teórica e prática, digamos, militante, no processo de produção do saber histórico e de construção historiográfica, pois,

há, por um lado, o aprendizado de um modo de fazer história e, por outro lado, um modo de entender a história que se faz, ambos profundamente devedores, no meu caso, da produção do historiador inglês. Isso porque há, me parece, uma dimensão política fundamental de sua obra que, no terreno mesmo da investigação, se desdobra numa exigência ética de comprometimento do historiador com o seu tempo e numa sensibilidade para com os esquecidos pela história, além da necessidade de um rigor teórico-metodológico que leva constantemente da teoria à empiria e ao debate historiográfico. (FARIA FILHO, 2008, p. 249).

Nesse caminho, percebemos que a obra de Thompson aponta para um fazer história e um fazer historiográfico bastante rico e produtivo para os historiadores da educação, pois partindo da compreensão da educação enquanto processo social inserido em sua temporalidade, o arcabouço teórico-metodológico presente na obra thompsoniana possibilita compreender a educação enquanto espaço social, político e cultural em disputa e construção social. Além disso, segundo Thompson, devemos compreender o caráter relacional entre as diferentes classes sociais numa determinada formação social e histórica e que as diferentes concepções em disputa pelos diversos atores sociais implicam direta ou indiretamente as mais diversas áreas de formação social e humana e, em especial a educação. Podemos, inclusive, observar a presença do caráter educativo que se faz nas relações sociais e nas mais diferentes disputas pelo poder material, cultural e por que não afirmar simbólico.

Para compreender como se constitui uma classe social e a construção da consciência de classe, Thompson recupera uma categoria fundamental a experiência, com o intuito de mostrar o que era vivido pelos sujeitos históricos, recuperando a historicidade desse processo e mostrando o caráter relacional na constituição de uma classe social. Thompson mostra como as diferentes classes sociais numa determinada formação social e histórica são fruto de diferentes concepções em disputa numa determinada formação social e histórica.

Ao construir seu conceito de classe, Thompson fazia uma crítica à visão estruturalista de classe, combatia a visão economicista do marxismo, por isso ele nos diz:

Classes não existem como categorias abstratas – platônicas –, mas apenas à medida que os homens vêm a desempenhar papéis determinados por objetivos de classe, sentindo-se pertencentes a classes, definindo seus interesses tanto entre si mesmos como contra outras classes (THOMPSON, 2001, p. 107).

Compreender classe enquanto processo social, cultural, político e econômico captando seu dinamismo e suas relações para além da filiação estruturalista de classe social, nos parece um fator importantíssimo e interessante, pois classe, segundo o pensamento do historiador inglês é um processo em formação social e histórica e, não somente um lugar dado na produção, mas um sentir-se oriundo de um fazer-se, o que mais uma vez em suas palavras para melhor esclarecer as nossas afirmativas,

seguramente, qualquer visão mais madura da história (ou da realidade contemporânea) precisa, de alguma forma, combinar avaliações de ambos os tipos: dos homens como consumidores de sua própria existência mortal e como produtores de futuro, dos homens sendo e tornando-se. Segundo, há outras coisas deixadas de lado, O modelo parece varrer impacientemente para longe experiências e problemas sociais aparentemente muito pouco afetados pelo contexto de classe. Por exemplo, a disciplina do trabalho usada na industrialização parece ter afinidades mesmo em contextos diferentes, seja ela imposta pela ideologia wesleyana ou stalinista (THOMPSON, 2001, p. 172).

Ainda de acordo com Thompson, a classe se constitui no processo do fazer-se,

porque é um estudo sobre um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos. A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se (THOMPSON, 1987, p.09)

Destaco que não utilizo, nesse trabalho, a categoria classe, mas recupero de Thompson o processo do fazer-se, que ele utilizou para compreender a constituição da classe social. Considero as categorias fazer-se, experiência e cultura fundamentais para a compreensão de um processo histórico. Pela lente de Thompson posso ler as dinâmicas sociais do processo de construção de uma categoria social, no meu caso, a dos docentes da UERJ. Busco compreender como essa categoria consolidou o movimento docente, na década de 1980. Creio que as categorias fazer-se e experiência são imprescindíveis para a compreensão do fazer-se da categoria docente na UERJ.

O conceito de experiência em E. P. Thompson possibilita aos historiadores estabelecer uma relação entre objetividade, condições materiais e a subjetividade humana no interior de um processo histórico. É também interessante destacar como Thompson vê o entrelaçamento entre as categorias experiência, consciência de classe e a questão da cultura:

Toda teoria da cultura deve incluir o conceito da interação dialética entre cultura e algo que não é cultura. Devemos supor que a matéria-prima da experiência de vida, esteja em um dos pólos, e todos infinitamente complexos sistemas e disciplinas humanos, articulados ou não, formalizados em instituições ou dispersos das maneiras menos formais que “manejam”, transmitem ou distorcem esta matéria-prima, estejam no outro pólo. É sobre esse processo ativo, que é, ao mesmo

tempo, o processo mediante o qual os seres humanos fazem sua história, que venho insistindo (THOMPSON, 1988, p. 398).

No pensamento de Thompson, a relação entre experiência e cultura é uma chave fundamental para a compreensão da sua concepção marxista da história, pois experiência e cultura, juntas, são ponto de união entre processo (histórico) e estrutura, entre as determinações objetivas do ser social e a possibilidade de agir e da intervenção humana. Na cultura, para o intelectual inglês, os sujeitos lidam com obrigações familiares, normas, enquanto valores. A cultura é fundamental para compreender o processo de formação social.

Essas três categorias do pensamento thompsoniano me ajudam a compreender a importância da relação entre objetividade e subjetividade, como nos indica de uma forma explicativa, em seu artigo, Gohn (2005):

Devem-se explicar também as ideias, os valores e as ideologias que organizam os interesses e a forma de os sujeitos e grupos sociais. Esta última parte é importante porque pode revelar os movimentos de resistência ou de organização dos sujeitos participantes dos fatos sociais; caracteriza que o movimento histórico não é algo predeterminado, pré-moldado por estruturas já existentes na sociedade, ainda que elas sempre estejam presentes e contextualizem os fatos. Há sempre liberdade de escolha para os sujeitos: a realidade não é uma página já escrita, os sujeitos a escrevem, com suas ações, sob determinadas condições (p. 258).

É fundamental, para os nossos estudos e pesquisas compreender os diversos e diferentes contextos de inserção e interação dos docentes da universidade em questão.

Assim, outro aspecto que considere essencial foi não cair na dicotomia história local/história global, Revel observa que as perspectivas micro e macro na história pautam-se por uma relação de complexidade e de múltiplas inserções,

O trabalho de contextualização múltipla praticado pelos micro-historiadores parte de premissas muito diferentes. Ele afirma, em primeiro lugar, que cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos – e portanto se inscreve em contextos – de dimensões e de níveis variáveis, dos mais locais ao mais global. Não existe portanto hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência do indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou mutilada, de realidades macrossociais: é, e este é o segundo ponto, uma versão diferente (REVEL, 1994, p. 28).

A relação entre os universos macro e micro aparece na afirmação de Levi:

Toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais (LEVI, 1992, p. 135).

Ainda segundo Giovanni Levi, “o problema de descrever vastas estruturas sociais complexas, sem perder a visão da escala do espaço social de cada indivíduo, e a partir daí, do povo e de sua situação na vida” (1992, p. 137).

Ainda sobre esse aspecto, nos diz Buffa e Nosella (2009), no livro instituições escolares, por que e como pesquisamos, sobre a relação entre escolas e a totalidade social (contraditória):

O fundamento, portanto, em pesquisas sobre instituições escolares, para o método dialético, é relacionar, o particular (o singular, o dado empírico) com o geral, isto é, com a totalidade social, evidenciando interesses contrário (p. 80).

Procuraremos travar um diálogo entre o particular e o geral, seguindo a sugestão de Revel (1994) que diz:

O recurso à microanálise deve, em primeiro lugar, ser entendido como a expressão de um distanciamento do modelo comumente aceito, o de uma história social que desde a origem se inscreveu, explícita ou (cada vez mais) implicitamente, num espaço “macro” (p. 20).

Senti a necessidade de escrever a pesquisa a partir da redução de escalas, dando voz aos sujeitos da pesquisa, com o intuito de resgatar o movimento docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, buscando compreender experiências vividas e percebidas por esses sujeitos que serão entrevistados, que viveram o processo de redemocratização e consolidação do movimento docente, que originou a Associação de Docentes da UERJ.

## **CAPÍTULO II: falar em universidade: falar em UERJ?**

A UERJ mudou-se a despeito de sua gênese e é quase irreconhecível se comparada à UDF, à URJ e à UEG das três primeiras décadas (MANCEBO, 1996, p.219).

Trabalhando com a temática dos movimentos sociais no interior da universidade e, no meu caso específico, com a categoria docente de uma universidade estadual, torna-se fundamental questionar se essa universidade social e historicamente constituída mereceria, à luz da compreensão contemporânea de universidade, tal denominação no período em foco. Pois, de acordo com Sguissardi (2007),

merecer o nome de universidade significa constituir-se e funcionar como uma instituição autônoma de ensino, pesquisa e extensão. Significa que seus estatutos e regimento geral reagem à efetivação dessa autonomia, que a efetivação dessa autonomia, que se traduz pela existência e funcionamento democrático de órgãos colegiados deliberativos superiores e dos níveis de unidades médias (faculdades) (p. 231-232).

A Universidade nasceu da união de quatro escolas privadas que estavam com séria crise financeira. A pesquisa da prof<sup>a</sup> Deise Mancebo (1996), sobre a história da UERJ possibilita compreender os primeiros momentos da universidade: “a universidade nasceu a partir de unidades isoladas, autônomas do ponto de vista patrimonial, administrativa e financeiro, voltadas exclusivamente para um ensino de qualidade duvidosa, salvo exceções” (MANCEBO, 1996, p. 209).

O investimento na qualidade do ensino, a questão acadêmica e principalmente a capacitação do corpo docente não faziam parte do projeto educacional da universidade, pelo menos até a década de 1970 e início da década de 1980, pois, segundo a autora, “apesar de, vez por outra, aparecerem citações nos boletins sobre a necessidade da pesquisa, o projeto que, na prática, se exercitava era o de um “escolão de 3º grau” (MANCEBO, 1996, p. 127).

No documento “Elementos para uma análise crítica da UERJ pela reestruturação da vida universitária”, elaborado pelo prof. Ricardo Santos, em 1982, aparecem os seguintes objetivos: a) analisar e propor mudanças na vida universitária

uerjiana; b) (re)-aglutinar forças entre os docentes para restabelecer a Asduerj então desativada. Nesse período, a outra associação, a Apuerj, deixou de existir política e formalmente, inclusive, houve a sua desativação do ponto de vista jurídico.

Nesse interessante trabalho o prof. Ricardo Santos, que foi o primeiro presidente da Asduerj, constatou a dissociação entre ensino, pesquisa e extensão na UERJ. O investimento patrimonial foi uma vertente que canalizou uma grande soma dos poucos investimentos públicos na construção do campus Maracanã, assim conseguimos entender a carência na estrutura acadêmica, que faz com que a universidade se constitua numa espécie de “escolão”. De acordo com o prof. Ricardo Santos,

a UERJ é uma Universidade relativamente nova. Nesses seus 32 anos, desenvolveu-se sob vários aspectos. Cresceu o seu espaço físico; seus prédios e instalações de ensino expandiram-se. Atualmente, a Universidade possui um Campus relativamente grande e bem localizado, embora com inúmeras dependências a serem concluídas e ocupadas. Aumentou o número de Unidades de ensino de graduação na UERJ, todavia, quase sempre desvinculadas da pesquisa e da extensão. A Universidade, no seu conjunto pouco se desenvolveu como centro criador de conhecimento. Desenvolvem-se pesquisas em algumas Unidades sob condições precárias (raras exceções) e nossos cursos de pós-graduação são escassos (SANTOS, 1982, p. 4).

Cabe ressaltar que existiram, durante todo esse período histórico de constituição da universidade, focos de oposição, mesmo que consideremos que estes focos não sejam “eminentemente” políticos e ideológicos e contra a estrutura de poder na universidade da época, mas sabemos que o Centro Biomédico colocava-se em rota contrária ao modelo de universidade que predominava então na UERJ. Assim,

do ponto de vista acadêmico, os setores da área biomédica sempre se opuseram à política de investimento patrimonial e à opção pelo ensino. Não só fizeram frente a essas tendências como conseguiram apesar das extremas dificuldades, construir espaços, com práticas diferenciadas, nas quais a pesquisa e a qualidade acadêmica eram preocupações centrais (MANCIBO, 1996, p. 212).

Uma questão chave era o não desenvolvimento, ao longo vida universitária, de um regime de trabalho e de salários que possibilitasse a dignidade salarial do seu quadro de professores e que garantisse a permanência na universidade, como professores-pesquisadores.

Os salários eram baixíssimos, inferiores inclusive aos dos professores do estado que lecionavam no 2º grau, não sendo incomuns os atrasos de pagamentos. Não havia outros incentivos materiais para a retenção de docentes na instituição: os professores eram horistas, não havia bolsas para a pesquisa ou carga horária destinada para tal (MANCEBO, 1996, p. 126).

Retornando à questão da pesquisa e do ensino de pós-graduação na universidade, no início da década de 1980, a UERJ contava com pouquíssimos cursos de pós-graduação e nenhum curso de doutorado como nos indicam os dados do prof. Ricardo Santos:

Hoje, a Universidade constitui-se de quatro grandes Centros, com um total de 22 Unidades e cerca de 80 Departamentos. Administra 39 cursos de graduação para 12.156 alunos. Existem, em toda a Universidade, apenas cinco cursos de pós-graduação a nível de Mestrado, sendo reconhecidos pelo CFE todos os localizados no Centro Biomédico (SANTOS, 1982, p. 5).

Além disso, existe o registro do professor Arnaldo Niskier, docente da UERJ, que foi Secretário de Ciência e Tecnologia no período de 1968 a 1971 e Secretário de Educação no período de 1979 e 1983, que relata as dificuldades da implantação do mestrado em educação na UERJ:

desses 31 anos como conselheiro, a mais grata recordação refere-se ao trabalho difícil de convencimento que foi a criação do Mestrado em Educação. Ele nasceu em 1978, com incríveis dificuldades, pois a UERJ não tinha a mentalidade da pós-graduação. Só havia um curso de Mestrado na Faculdade de Ciências Médicas, criado por Jaime Landmann, com todo o seu prestígio, e a Faculdade de Educação parecia condenada a não ter essa honra (NISKIER, 2000, p.30).

Segundo o posicionamento do movimento docente e de uma parcela significativa de docentes, servidores e estudantes,

o grande desafio da UERJ [era] o de transformar-se em Universidade, levando em conta a concepção global do termo. Não um simples conglomerado de Unidades e Departamentos voltados quase que exclusivamente para o ensino; ensino este levado à prática dentro de uma concepção colegial e alienante, ginásiana e conservadora (SANTOS, 1982, p. 4).

A estrutura da carreira dos professores da UERJ era controlada por um seleto grupo de poucos professores, comprovando a estrutura altamente verticalizada,

hierarquizada e de profundo autoritarismo no interior da universidade: “o preenchimento dos cargos de instrutores, assistentes de ensino e adjuntos era feito mediante a indicação prévia do catedrático” (MANCEBO, 1996, p. 128).

Nesse sentido, uma universidade com alto grau de hierarquização e centralização do poder deveria manter os sujeitos sociais que vivenciavam essa estrutura de poder e em especial, os professores, sobre controle permanente.

Por fim, o controle ideológico sobre os professores não era desprezível. Além da própria estrutura da carreira, que mantinha o docente sob o controle da cátedra, havia as regras específicas que pautavam o comportamento docente: seus membros deveriam abster-se, no exercício dos seus respectivos cargos ou funções, de pronunciamentos que possuísem caráter político-partidário e deveriam concentrar-se, por exclusividade, nas lições, exercícios, pesquisas e demais atividades que lhes são inerentes (MANCEBO, 1996, p. 128).

Outro fato significativo que destacamos, envolve o poder com a forma de escolha dos reitores e a opção de administração da vida universitária. O movimento docente era contrário à lógica da cátedra e ao controle ideológico que existia na universidade, por isso ele assume a defesa da democracia enquanto eixo fundamental da transformação da vida universitária. Segundo Ricardo Santos,

desse modo, enquanto tenha crescido em espaço, número de Unidades, professores, cursos, funcionários e alunos, a UERJ pouco se desenvolveu quanto a assimilação de uma verdadeira mentalidade universitária, adaptada às condições da realidade brasileira e regional. Essa distorção encontra raízes profundas na história do Poder e do Governo na UERJ. Alguns dos grandes males da nossa Universidade residem no exercício ultracentralizado e antidemocrático do poder. Docentes e alunos sempre estiveram marginalizados dos processos decisórios. Nosso grande desafio, hoje, é a conquista da descentralização e democratização. Este caminho nos leva às eleições diretas para escola dos cargos de Reitor e Diretores de Unidade (SANTOS, 1982, p.5).

Se, hoje, somos sabedores, enquanto pesquisadores e estudiosos, que a UERJ avançou no caminho criativo de se constituir em uma universidade pública, socialmente reconhecida, com um corpo docente qualificado e uma produção acadêmica consolidada, colocamos, então, uma questão que nos parece fundamental para o

desenvolvimento desse trabalho: quais são os agentes sociais e políticos dessa transformação no interior dessa instituição?

Destacamos que o Centro Biomédico apresentou um diferencial no interior da vida acadêmica da UERJ, ele apresentava professores com uma carga horária maior e era um centro produtor de pesquisa. De acordo com Ricardo Santos,

nos últimos anos e principalmente na última década, surgiram na UERJ “germes” de uma nova mentalidade universitária. Esse fato ocorreu paralelamente à implantação progressiva de grupos de pesquisa e de cursos de pós-graduação. Na atualidade existem em algumas Universidades grupos produtores de conhecimento de bom nível e grupos emergentes em fase de instalação. Há um despertar da pesquisa na nova Universidade.

Essa nova mentalidade tem encontrado diversos tipos de dificuldades, de barreiras que, muitas vezes, se tornam imensas na tentativa de impedir seu desenvolvimento e, conseqüentemente, o da própria UERJ. De um lado, o novo, o desenvolvimento e a transformação, do outro, o velho, a estagnação e a conservação de concepções ultrapassadas (SANTOS, 1982, p. 5).

Ao perceber essa relação entre o “novo” e o “velho” respectivamente, entre o Centro Biomédico e o poder constituído na universidade, pode-se afirmar que o Centro Biomédico era diferenciado academicamente do restante da universidade, o que fez com que este Centro irradiasse uma perspectiva transformadora no movimento docente, que surgia lutando para construir uma verdadeira universidade:

em compasso com a reorganização da sociedade civil, a partir de finais dos anos 70, o movimento organizado de professores, alunos e funcionários desta universidade constitui-se num dispositivo fundamental para as transformações ocorridas na instituição. Não foi o único pólo irradiador das mudanças, mas foi o espaço inicial para reaglutinação de grupos, que até então mantinham-se críticos, mas isolados nas unidades (MANCIBO, 1996, p. 217).

Ou ainda, segundo Ricardo Santos,

podemos observar também que em determinadas Unidades, principalmente nas do Centro Biomédico, a presença de professores em tempo integral representa a tendência inovadora coincidente com o surgimento de correntes progressistas. São professores que vivem a universidade, desenvolvem projetos de pesquisas, se interessam pela UERJ e pela sua transformação, embora uma parcela não cumpra a carga horária que conquistou. Não há dúvidas, o aumento da carga

horária semanal deve ser estimulado em toda a UERJ, para desenvolvê-la no global (SANTOS, 1982, p.18).

Um dos elementos fundamentais para o processo de transformação da UERJ em universidade foi o desenvolvimento do movimento docente em luta contra a velha lógica de escolão. Esse processo foi inicialmente marcado pela aglutinação de um conjunto de professores que estabeleceram uma relação de militância não mais clandestina, como foi o caso da Comissão de Formação da Associação de Docentes, essa Comissão era formada por quatro jovens militantes (Antônio Carlos Campos de Carvalho, José Bruno, Ricardo Santos e Waldinez Lima de Oliveira) que tinham alguma experiência política em pleno período final da ditadura. José Eustáquio Bruno e Ricardo Santos militaram clandestinamente durante a ditadura, o primeiro no Movimento Emancipação Proletária – MEP e o segundo no Partido Comunista do Brasil – PC do B, Antonio Carlos e Waldinez também tiveram participação política, segundo informações de Santos.

Waldinez não tem filiação a partido, no momento e nem tinha na época. Teve alguma passagem rápida pela esquerda. Foi um estudante participativo no movimento de 1968. Antônio Carlos teve militância no antigo PCB, enquanto estudante de medicina da UFRJ. Saiu acho que ainda estudante e se dedicou à ciência. Não sei de nenhum vínculo partidário depois disto e nem na época da ASDUERJ, mas teve formação e leitura política, além de atuação estudantil (Entrevista com o prof. Ricardo Santos, em 02/04/2012).

A presença de professores com trajetória de esquerda e inserção no Centro Biomédico possibilitou a organização do embrião da esquerda docente e o início da luta pelo desenvolvimento da universidade. Sob o meu ponto de vista, a luta desenvolvida na universidade, principalmente com relação à profissionalização da categoria docente, possibilitou tempo para pesquisa e extensão, prioritariamente no Centro Biomédico, criando um terreno fértil para o desenvolvimento dessas atividades. Esse ambiente também fortaleceu a entidade representativa dos docentes e sua base social. Assim, o encontro entre a especificidade do Centro Biomédico e a entidade representativa docente foi revolucionário para a universidade. Nesse sentido, as reflexões de Ricardo Santos ilustram bem esse ambiente:

Eu caracterizaria como quatro pessoas (Américo Piquet Carneiro, Jayme Landmann, Ítalo Suassuna e Roberto Alcântara Gomes) que tinham em comum a qualidade acadêmica, a preocupação com o mérito na universidade e valorizando sobremaneira o papel da pós-graduação e da pesquisa. Formavam a expressão acadêmica de uma UERJ mais progressista. Ocorreram divergências entre a posição mais avançada de um Américo Piquet Carneiro e Roberto Alcântara, depois superadas. Cada qual tinha sua área e suas qualidades acadêmicas. Politicamente, todos os quatro representavam, a meu ver, a UERJ que brotava timidamente no Centro Biomédico. A Asduerj criou condições para esta transformação, para que uma verdadeira universidade desabrochasse, sem desprezar suas qualidades anteriores, mas por caminhos diferentes dos propostos pelos três primeiros diretores oriundos do Centro Biomédico (Jayme Landmann, Ítalo Suassuna e Roberto Alcântara Gomes), pois escolhemos e trilhamos nosso próprio caminho. (Entrevista com o prof. Ricardo Santos, em 02/04/2012).

Pelos depoimentos, é possível afirmar que o Centro Biomédico apresentava um diferencial, o novo, e, portanto, era nesse espaço sociocultural que surgia uma possibilidade de transformação. Nesse Centro, se desenvolvia uma nova concepção de universidade, nele estava o cerne da contraposição ao “escolão” chamado UERJ, Nessa linha de raciocínio, reflete Ricardo Santos:

Naturalmente que, entre as particularidades do HC, existe a necessidade da presença de médicos para o trabalho assistencial e docente. Isso se reflete em termos de maior carga horária semanal. Um docente em 40 h/semanais dedica grande parte do seu tempo à prestação de serviços assistenciais. Esses serviços, em parte, geram recursos para a manutenção do HC. Esta análise não é gratuita. As atuais investidas contra o Centro Biomédico têm como uma de suas razões, questões ligadas ao HC e à carga horária dos docentes. Na verdade, são outras as razões pelas quais certos setores ultraconservadores da UERJ combatem o Centro Biomédico. Uma delas estaria relacionada ao poder na UERJ. Fundamentalmente, o que se combate são as tendências inovadoras do Centro Biomédico e de várias Unidades de outros Centros. Justamente no Centro Biomédico é que há mais tempo vem se desenvolvendo a pós-graduação e a pesquisa. No bojo dessa realidade surgem novas idéias que poderão contribuir de forma decisiva para a transformação da nossa Universidade (SANTOS, 1982, p.10).

Assim, caminhou esta história, um centro acadêmica e politicamente diferenciado, produtor de pesquisa, que apresentava novas ideias à universidade, um locus diferenciado. Essa situação mostra o quanto o Centro Biomédico era um contraponto ao conjunto da universidade, representava naquele momento histórico o

novo dentro do velho, “Os que dão combate ao Centro Biomédico não combatem esse Centro. Combatem o novo, a transformação e as ideias progressistas que surgem em várias Unidades e nos diversos Centros da UERJ” (SANTOS, 1982, p.11).

Interessante pensar que novas ideias surgiam na universidade e no interior de outras unidades, momento em que começa a aparecer indivíduos e grupos que fizeram pressão política para transformar a universidade. Para ilustrar as contradições e a real situação da UERJ nesse momento histórico, cito a fala de Ricardo Santos:

Numa Universidade jovem, 64% dos docentes são auxiliares de Ensino e 65% têm apenas título de graduação. Do total de professores, 81,5% freqüentam a Universidade em tempo parcial e apenas 18,5% dos docentes possuem tempo integral. Não há Dedicção Exclusiva. (...) A carga horária semanal (CHS) média dos docentes da UERJ gira em torno de 21 h. Varia entre os limites de 3h/ semanais até o regime de tempo integral, com 40 horas semanais. (SANTOS, 1982, p.12).

Ainda no mesmo estudo, Santos continua sua análise sobre a carga horaria docente e a sua filiação ao mundo do trabalho da UERJ,

Mais ou menos 47% dos docentes da UERJ possuem CHS situada na faixa entre 20 e 40h. Em muitas Unidades há variação seja, 11h, 12h, 13h, 17 h, 18 h,.... 34 h, 35 h, Também deve-se considerar que o mesmo docente pode ter CHS variável durante o ano, de acordo com a necessidade dos cursos (SANTOS, 1982, p.15).

Se a carga horária é inconstante e diferente de unidade para unidade e não há espaço para a realização de pesquisa, então se percebe que a universidade majoritariamente priorizava ministrar aulas, era um “escolão”. Esse quadro agudizava-se fora do Centro Biomédico, como se pode perceber nos dados abaixo:

Dentre os professores do CB, 54,19% estão lotados na Faculdade de Ciências Médicas, englobando suas cadeiras básicas, onde se desenvolve pesquisa de bom nível, muitas cadeiras clínicas, inclusive com vários cursos de pós-graduação, e trabalho médico-assistencial no Hospital Pedro Ernesto. O número de docentes da FCM ultrapassa a soma de todas as outras Unidades do mesmo Centro, sendo perfeitamente compreensível, uma vez que inclui os docentes com atividade médica no Hospital-Escola.

Apesar do grande número de docentes no Centro de Tecnologia e Ciências, a maioria situa-se na faixa de 10h semanais. Não é difícil

concluir que a qualidade do ensino e principalmente a pesquisa (ausente) devem sofrer sérias influências dessa curta presença dos docentes nesse Centro. (SANTOS, 1982, p.15-16).

No mesmo documento, prof. Ricardo Santos, apontava claramente as características gerais do quadro de trabalho docente na universidade:

O panorama apresentado mostra como a concepção dominante na UERJ é a do professor para dar aulas e não para outras atividades, como a pesquisa, a ciência, a criação nas artes, literatura, filosofia, etc. Não é possível criar se não há tempos disponível para a atividade criadora. Não é possível criar com a manutenção do regime de 10 h/s como regime básico da Universidade, todo ele empregado em atividade de ensino. É perfeitamente compreensível que inúmeros docentes tenham vários empregos, fazendo da UERJ mais um de seus “bicos”.

Essa é a mentalidade colegial, o “culto da mediocridade” na Universidade que se reflete em todas as atividades, inclusive no nível de participação e organização da comunidade universitária. Essa mentalidade impere o desenvolvimento da UERJ, sua transformação e seu papel transformador (SANTOS, 1982, p.17).

Posso afirmar que o movimento docente foi fundamental para as transformações pelas quais passou a UERJ, este movimento organizou uma pressão sobre a universidade que foi imprescindível para a estruturação da carreira docente e, conseqüentemente, sobre o processo de fixação de professores e a transformação desses professores em professores-pesquisadores. Esse processo possibilitou a transformação do velho escolão. Destaco que, no início da década de 1980, o sindicato nacional docente já apontava a necessidade dessa transformação:

Parece claro, no entanto, que estamos longe de atingir a proposta da ANDES, onde o regime básico de trabalho é o de 40 h/s, podendo o professor optar pelo regime de 30 h/s ou de dedicação exclusiva. Desse modo, aumentar-se-ia a disponibilidade de docentes para o ensino e a pesquisa, acabando-se com a CHS inferiores a 20h/s e regimes de horários quebrados (exemplo: 27h/s, 31h/s, etc) sem deixar de considerar que, em determinadas Unidades, devido á natureza específica do trabalho, possa haver interesse na manutenção de professores com CHS menores que 20h (exceções).

A proposta da ANDES visa propiciar melhores condições de trabalho que se reflitam no desenvolvimento do papel criador da Universidade. Nessa proposta, o regime de dedicação exclusiva é fundamental, estimulando a absorção, através de concursos de pesquisadores de gabarito num planejamento democrático, com filosofia e política definidas dentro da realidade brasileira (SANTOS, 1982, p.18).

Nos primeiros anos da década de 1980, o sistema de ingresso na universidade era complexo e perpassava por caminhos autoritários, o que era duramente criticado pelo movimento docente, pois não se realizava concurso para o ingresso de professores:

O ingresso do professor na carreira universitária deveria ocorrer através da abertura democrática de concursos. Esse é o processo que beneficia a Universidade e a sociedade. Que entrem os mais competentes dentro de cada área. A ausência de concursos significa cultivar critérios que nem sempre selecionam os mais aptos, além de, certamente, estimular os “feudos”. Naturalmente que, muitas vezes, vence o processo de cooptação e os “feudos” se perpetuam. Os concursos devem ser realmente sérios e democráticos, pois não há dúvida que o docente sabe escolher o que é melhor para a Universidade. O ingresso na carreira por concurso é uma aspiração do corpo docente que, inclusive, deseja pleitear a estabilidade valorizada pelo concurso, desde que se mudem as regras e os Estatutos da UERJ.

Até o presente, dois processos são utilizados para o acesso à carreira docente na UERJ. A indicação pelo setor interessado com aprovação pelo Departamento e demais instâncias competentes. Este é, no momento, o único processo correto, enquanto não for introduzido o acesso por concurso. Outro processo muito utilizado e autoritário, “introduz” um professor em determinada disciplina ou Departamento sem fazer as devidas consultas ao responsável pela mesma e sem votação no Departamento ou discussão nas instâncias devidas. Passam, muitas vezes, até mesmo por cima da autoridade dos Diretores de Unidade. É preciso fortalecer os Departamentos e demais instâncias, democratizá-las (há Departamentos que não realizam eleições para o cargo de chefia há mais de 10 anos) e respeitar a autoridade dos responsáveis por disciplinas e chefes de Departamento. Não se pode introduzir alguém numa determinada disciplina porque o “fulano pediu”, ou para quebrar a unidade da mesma ou simplesmente para enfraquecer alguma liderança da qual se discorda. (SANTOS, 1982, p.21).

Com o passar do tempo, a universidade mudou significativamente e conseguiu construir um processo marcado por eleições livres para os departamentos, unidades, centros setoriais e reitoria. A ação da entidade docente dentro da universidade foi fundamental para esse processo, ela possibilitou iniciar um processo democrático em diferentes setores da universidade. Assim, o movimento docente, até 1987, quando terminou a gestão do professor José Eustáchio Bruno, pode desenvolver uma grande luta no interior da universidade.

As reflexões realizadas neste capítulo demonstram que a Asduerj nasceu com grande força no Centro Biomédico e, no desenvolver das ações políticas e

sindicais, se consolidou e se transformou numa entidade de referência política fundamental para a UERJ.

A ADSUERJ foi fundada em 7 de maio de 1979 em um auditório da ABI. Na ocasião, os docentes da UERJ tiveram negado um pedido de sala para reunião. Nossa Associação foi criada num clima de democracia, tendo seus Estatutos, inspirados naquele de várias outras ADs autênticas, discutido, modificado e finalmente aprovado por 92 sócios fundadores. Até hoje esses Estatutos refletem corretamente a realidade da Universidade, com artigos que procuram garantir suas características básicas. A AD nasceu sob o lema da independência, autonomia e democracia. Sua fundação representou um ato de coragem do corpo docente da UERJ.

No decorrer da sua formação a ASDUERJ cresceu, aumentou o número de associados, atingindo cifras semelhantes às das maiores Universidades do país. Encaminhou corretamente a greve deflagrada pelos professores de nível superior, em maio de 1979. Na época, contribuiu decisivamente para as conquistas salariais obtidas. Realizou e dirigiu diversas Assembleias com grande participação de professores. Convocou e realizou eleições gerais previstas nos Estatutos, dando posse aos eleitos. Na prática, demonstrava-se a possibilidade de uma AD autêntica e atuante na UERJ. Pode-se dizer que até o início de 1980 a ASDUERJ teve um saldo bastante positivo de atuação, possibilitando real poder de decisão ao corpo docente. (SANTOS, 1982, p.30).

Pode-se afirmar que foram três elementos centrais que possibilitaram a transformação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro numa importante universidade brasileira: a) o contexto político brasileiro marcado pela redemocratização da sociedade; b) a existência do Centro Biomédico, que possuía uma postura acadêmica diferente do conjunto da universidade; c) a coragem e ousadia do movimento docente, que aglutinou professores que criticavam o modelo seguido pela UERJ, de modo que desenvolveram de forma independente, criativa e audaciosa o seu próprio modelo de organização e luta, assim concordo em linhas gerais com a seguinte formulação política:

Nos últimos anos tem se desenvolvido na UERJ um novo tipo de mentalidade que já exerce certa influência. A nova mentalidade é fruto, fundamentalmente, da visão de Universidade como centro de educação e pesquisa, de produção e transmissão do conhecimento. A nova visão surgiu naturalmente, através da implantação e desenvolvimento de centros de criação e grupos de pesquisa.

Essa é a contradição que se coloca no momento. Duas concepções antagônicas de universidade. Ou estamos de um lado ou estamos do outro. A “neutralidade” não é possível, pois seria compactuar com a situação vigente.

Os aspectos principais a serem destacados quanto ao Poder e Governo na UERJ referem-se ao momento político atual. A UERJ tem condições de sofrer grande transformação devido às influências do clima social. Uma reivindicação muito forte da comunidade Universitária é a descentralização e democratização do poder. Como reflexos dessa aspiração, devemos considerar a possibilidade real da comunidade da UERJ eleger, através de eleições diretas, o próximo Reitor e Diretores de Unidade (SANTOS, 1982, p.28).

### **CAPÍTULO III: As origens dos militantes da ASDUERJ e da APUERJ**

Nos três casos, entrevê-se o modelo da semiótica médica: a disciplina que permite diagnosticar as doenças inacessíveis à observação direta na base de sintomas superficiais, às vezes irrelevantes aos olhos do leigo. (...) Mas não se trata simplesmente de coincidências biográficas. No final do século XIX – mais precisamente, na década de 1870-80 – começou-se a se afirmar nas ciências humanas um paradigma baseado justamente na semiótica.

Carlo Ginzburg

Cheguei ao Hospital Universitário Pedro Ernesto, era uma quarta-feira de sol, tinha conseguido marcar a primeira entrevista com certa facilidade e boa vontade do depoente: o professor Ricardo Donato. Adentrei o hospital, há anos não colocava os pés naquele espaço fundamental da universidade, espaço de lutas e resistências, cheiro de hospital, filas e outros sinais. Então me dirigi ao Departamento de Medicina Integral, Familiar e Comunitária onde me encontrei com o professor para iniciar a entrevista. De forma descontraída, comecei o nosso diálogo exatamente pelo ponto que já tínhamos iniciado a conversa informal, pela forma de ingresso do professor na universidade.

Nos primeiros passos da pesquisa, observei, com alguma curiosidade o fato de uma grande quantidade de militantes de esquerda pró-movimento docente estarem lecionando na universidade antes do período da anistia (1979). Quando iniciei as entrevistas, essa pista estava em minha mente, então fui percebendo uma grande quantidade de informações oriundas dos entrevistados que me deixavam intrigado. O fato de estarem na universidade colocou por um lado possibilidades para desenvolver condições estruturais de participar ativamente da formação das entidades dos docentes da universidade, mas, por outro lado, nos intrigava a permanência desses professores na universidade durante o período ditatorial, porque a UERJ colaborou com o regime de tal forma que instalaram nela, a Escola Superior de Guerra: ela também participou do Projeto Rondon, tinha uma pós-graduação em Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB) enfim, uma universidade cujo corpo docente pouco resistiu ao regime, agora no alvorecer da democratização contava com uma rede de docentes com experiência de militância que participou, de alguma forma, da geração de 1968 ou da luta mais geral na sociedade contra o regime autoritário e inclusive, em alguns casos, militaram ou estavam militando, de forma ativa, nas organizações e partidos clandestinos de

esquerda. Nesse sentido, os indícios me levaram a sentir o que nos revela o pensamento de Carlo Ginzburg:

Em suma, pode-se falar do paradigma indiciário ou divinatório, dirigido, segundo as formas de saber, para o passado, presente ou o futuro – e tinha-se a arte divinatória em sentido próprio-; para o passado – e tinha-se a jurisprudência. Mas, por trás desse paradigma indiciário ou divinatório, entreve-se o gesto talvez mais antigo da história intelectual do gênero humano: o do caçador agachado na lama, que escruta as pistas da presa (GINZBURG, 1991, p.154).

A investigação com os sujeitos que vivenciaram o fazer-se da UERJ iniciou com a entrevista do prof. Ricardo Donato, ex-vice-presidente da Apuerj e primeiro diretor eleito do Hospital Pedro Ernesto. Ele optou por começar a entrevista com a sua história na universidade e, dessa forma, ao realizar as demais entrevistas optei por iniciar com a história dos entrevistados na UERJ. Ao descrever a sua entrada na universidade, o prof. Ricardo Donato explicou:

Eu estudei aqui na Faculdade de Medicina e eu entrei justamente no ano 1964 e me formei em 1969. Portanto eu passei 1968 aqui, como estudante e, na Faculdade de Medicina e na universidade havia um movimento estudantil forte naquela época (...) nessa época tive oportunidade de ser representante de turma naquela época e depois, durante um período fui diretor de um diretório acadêmico. E aí a gente já participava um pouco do movimento estudantil e do movimento político dentro da universidade desde essa época. O diretório naquela época chegou a ter um impedimento, nesse diretório que eu participei, por conta de uma série de questões em relação ao movimento estudantil. Então a gente veio nesse caminho discutindo a educação, a educação médica na Faculdade de Ciências Médicas da UERJ, o ensino médico no país e assim na universidade chegamos a fazer um trabalho envolvendo cinco turmas da faculdade com todos os alunos, um trabalho de discussão, um trabalho levantando opinião dos alunos sobre ensino, sobre as diversas farsas do ensino, o papel do hospital no caso do ensino médico, a necessidade de reforma do ensino no sentido de vincular um pouco mais a formação, as necessidades de saúde da população, então a gente vinha nesse processo (trecho não identificado) no hospital. Me formei e fiz residência médica aqui. Me tornei docente, assim foi a minha trajetória (Entrevista prof. Ricardo Donato, em 28/03/2012).

O prof. Ricardo Donato continua seu relato mostrando como foi sua atuação enquanto docente, o que priorizava nesta atuação e sua visão da política universitária.

Entrei como docente e durante esse período todo, a gente sempre teve um papel de atenção para as questões de política universitária, da política de educação, de ensino, a importância do papel da universidade na sociedade o papel da educação médica na saúde e essas relações assim. Exatamente por isso eu me especializei na área de clínica geral, clínica médica e depois eu fui fazer Medicina Social e terminei, eu era professor de Química, docente professor de Química depois fiz Medicina Social, comecei a trabalhar em Medicina Integral e terminei vindo para a área que eu estou até hoje que é da medicina geral, integral, familiar e comunitária que é o departamento que a gente trabalha. Em relação ao movimento político na universidade a gente sempre procurou participar de processos de discussão (Entrevista o prof. Ricardo Donato, em 28/03/2012).

Tomando como parâmetro a passagem do entrevistado de discente a docente, solicitei ao professor que confirmasse os marcos cronológicos do seu processo na universidade e, assim, fui assinalando com o entrevistado: “você entra aqui em 1964 como aluno, em 1969 o senhor se forma, passa por 1968 aquele movimento todo, em outubro de 1968, em 1969 o senhor termina a graduação, faz residência em 1971” (Entrevista com o prof. Ricardo Donato, em 28/03/2012); e ele confirma: “ainda em de 1971 eu sou contratado como docente” (Entrevista com o prof. Ricardo Donato, em 28/03/2012 ).

Seguindo estas pistas, achei interessante o fato de ter sido militante estudantil, no período posterior ao golpe civil-militar de 1964, atuando na gestão do Centro Acadêmico Sir Alexandre Fleming (Casaf), quando era presidente o acadêmico Luiz Roberto Tenório. Destaquei o fato de que esse processo de atuação estudantil não foi impedimento de contratação enquanto professor e também de sua atuação médica no interior do hospital de clínicas e na universidade. Afinal, vivia-se o ano de 1971, auge da ditadura e da repressão, período muito autoritário com guerrilhas urbanas e rurais, por isso questionei: por que contratar como docente, um ex-militante estudantil de 1968? A resposta do professor Ricardo Donato a respeito dessa situação foi a seguinte:

Não, não vejo conflito nessa entrada como docente, no sentido de que na realidade a minha sala da clínica ela tinha necessidade de grandes docentes, justamente pela saída de alguns docentes, saídas por outras razões, que não razões políticas, razões até pessoais, alguns docentes que foram para fora do país naquela época e dentro dessa necessidade, que eu entrei com outros colegas entraram, não havia um conflito do ponto de vista de ter participado ou não ter participado do movimento estudantil (Entrevista com o prof. Ricardo Donato, em 28/03/2012).

Procurei pistas sobre esse processo, pois continuava intrigado com a resposta dada pelo professor Ricardo Donato; na tentativa de avançar a investigação, perguntei sobre a relação dele com alguns professores que tinham um significativo poder no Centro Biomédico, como: o professor Piquet Carneiro, o professor Landmann e o professor Suassuna e como estes professores atuaram no período da ditadura civil-militar, ou seja, se eles se posicionaram contra a ditadura. O prof. Ricardo Donato respondeu: “em determinado momento sim, com certeza, eu não considero nenhum deles tenha sido aliado da ditadura” (Entrevista com o prof. Ricardo Donato, em 28/03/2012).

Perguntei, também, sobre a relação entre os antigos mestres da área biomédica e o movimento docente e se esses professores teriam de certa forma garantido o trânsito de pessoas de esquerda dentro do Centro Biomédico, a resposta do professor foi a seguinte:

Acredito que o movimento estudantil dentro da área da saúde e dentro da Faculdade de Ciências Médicas foi bem forte. Durante todos aqueles anos, enquanto se teve eleição para diretório acadêmico, todos os anos a vitória era da unidade estudantil, entenda assim, a nossa corrente, eu acho que era isso, mas que era unidade estudantil, todas as chapas da unidade estudantil venciam com uma margem tranquila, esmagadora maioria de votos sem nenhum tipo de dificuldade nesse sentido. Lembro-me da eleição, primeiro do Hésio Cordeiro que foi em 1964-65, a segunda dos 1966-67 do (Luiz Roberto) Tenório que foi a chapa que eu participei como membro do diretório acadêmico, aí, eu já não sei exatamente os períodos. Depois veio o Gilberto Hauagen, depois o Luiz Prada, depois o Salgado, então foram todas da unidade estudantil. Neste período todo, eu acho que depois de 1968 houve uma dificuldade muito grande de articulação do movimento estudantil em conjuntura nacional, com desarticulação do movimento estudantil (Entrevista com o prof. Ricardo Donato, em 28/03/2012).

Continuei as reflexões e busquei cruzar informações de entrevistas anteriores, publicadas pela associação docente, dos profs. Ricardo Santos e José Eustáquio Bruno para avançar os questionamentos sobre o movimento docente e a posição, no Centro Biomédico, do movimento docente. Ricardo Donato afirmou, na entrevista:

Algumas lideranças que haviam sido banidas ou excluídas, elas puderam retornar à faculdade de Ciências Médicas e concluir, alguns estão no corpo docente até hoje sem nenhum problema, alguns saíram

e retornaram, alguns com punição e outros sem punição (Entrevista com o prof. Ricardo Donato, em 28/03/2012).

Destaco que é preciso dialogar sempre na pesquisa e buscar novas pistas, às vezes, uma entrevista suscita várias questões, por isso deve-se buscar os caminhos para responder essas indagações. Assim, as indagações suscitadas na entrevista do prof. Ricardo Donato foram, de certa forma, saciadas na entrevista realizada com o prof. José Eustáchio Bruno, lhe perguntei também sobre o seu ingresso na UERJ:

Uma história que eu (...) tenho um certo orgulho dela. Até o destino quer, embora vocês vejam uma pessoa ligada às associações, mas, às vezes eu penso que os caminhos da gente, embora não era isso que eu queria ter sido, eles guardam algum aspecto meio que acidental (...). Eu cheguei ao Rio de Janeiro, eu me lembro como se fosse ontem, no dia primeiro de janeiro de 69. Eu viajei num ônibus no dia 31 de dezembro com o motorista, realmente, bastante irritado, porque só tinha eu e mais uma pessoa dentro do ônibus e esse camarada deve ter ficado pensando “Por que esse camarada foi viajar logo hoje?” Bom, mas então eu vim para cá para fazer residência, eu não me formei na UERJ (...) Eu me formei em Belo Horizonte. (...) Eu cheguei aqui enquanto tinha já (...) três meses antes de ter havido todo aquele momento terrível total, com a invasão da polícia, com DOPS, com companheiro sendo preso, mas eu cheguei só em janeiro (...) eu não conhecia ninguém aqui no Rio de Janeiro, eu tinha tido uma militância estudantil lá de Belo Horizonte, aqui eu não conhecia ninguém. (Entrevista com o prof. José Eustáchio Bruno, em 20/03/2012).

Sobre a sua atividade política logo após a chegada ao Rio de Janeiro, o professor da Faculdade de Ciências Médicas chama a atenção para um fato histórico muito interessante, a existência de uma significativa militância entre os estudantes no interior da universidade, o que possibilitou a convocação de uma greve dos residentes iniciais no Hospital Pedro Ernesto, então chamado de Hospital das Clínicas, nos primeiros dias de 1969, eis o relato do prof. Bruno:

E aí eu coloquei as malas lá e de repente veio uma pessoa não dizendo quem era e falando: “olha amanhã tem uma assembleia aí (...). E o que aconteceu, me chamaram para uma assembleia, era uma greve de residente, ou seja, de R1 que estava querendo receber, entendeu? Como os R2s recebiam, os R1s estavam querendo receber também. E eu era R1. Aí eu fui para essa assembleia, sentei lá no fundo no teatro e algumas pessoas falando e foi nessa época que eu até conheci o Tenório e outros companheiros lá. E só que eu ouvi os argumentos, eu sou uma pessoa que embora tivesse alguns princípios, eu nunca fui muito sectário, eu sempre procurei analisar as coisas, e escutei os dois lados, quem defendia e quem resistia à greve. Quem resistia, obviamente, era quem já estava em algum cargo de administração e

quem defendia eram os residentes R1, principalmente. Mas agora, chegando na parte mais que eu me referi à questão do destino, é que quando teve a assembleia, o pessoal votou pela greve e eu também votei, tinha o meu direito a opção e eu votei e até por questões de interesse também, porque eu era R1, ia ser remunerado. (Entrevista com o prof. José Eustáchio Bruno, em 20/03/2012).

Sobre a metodologia adotada para fazer a greve e sobre a sua participação nesse processo, prof. Bruno destaca não somente a realização da greve dos residentes iniciais (R1s), mas o fato de a administração da universidade estar atenta a essas movimentações e tentar interferir na ação dos estudantes:

Aí o que ocorreu, como era aberta a greve ... , a metodologia dela era o seguinte, você fazia clínicas pelos plantões e você não ia ao plantão, entendeu? (...) Aí eu fui olhar e era eu, caramba, logo eu! O primeiro”. “Aí, pois é, amanhã você tem dar o plantão.” Era eu e mais oito ... “pois é, eu não vou”. Isso foi de manhã rapaz. Quando chegou a noite, naquela época o hospital tinha um refeitório, a gente jantava lá, almoçava lá (...). aí quando chegou a noite, eu estou lá comendo sozinho na mesa e se aproximam três camaradas meus, sentam na minha mesa e falam: “Olha só rapaz, você está chegando aqui agora, você está no Rio de Janeiro, não conhece ninguém, você foi por pouco debulhado por esses caras aí, entendeu? E nós viemos aqui para falar com você para você não dar esse plantão não, aliás: ir a esse plantão, fazer o plantão, não fazer essa greve não.” (Entrevista com o prof. José Eustáchio Bruno, em 20/03/2012).

O prof. Bruno, então, relata como se sentiu nesse processo de fazer greve:

Agora você imagina, olhando para trás, pensei, coloquei a cabeça, pensei no meu pai, na minha mãe, pensei na minha família. Aí, caramba, que situação, rapaz! Amanhã eu volto para casa, vou chegar em casa: “O que foi?” “Ah, eu fui expulso do hospital.” Foi uma noite dramática (...) Mas aí mantive pé firme, fizemos a greve e tal, aí tem aquela coisa, os dias que as pessoas não iam dando plantão iam sendo punidos, mas a greve continuou, o pessoal manteve firme. E a greve teve suas vitórias, é lógico, evidente, como você sabe. Uma das questões de honra de qualquer movimento, a gente só volta se os companheiros que foram punidos, a punição depois for revertida. (Entrevista com o prof. José Eustáchio Bruno, em 20/03/2012).

A entrevista do prof. Bruno me forneceu uma informação relevante, havia um processo de luta estudantil no interior do Hospital Universitário Pedro Ernesto, após o fatídico ano de 1968 e também um processo de “perseguição”, mas ao mesmo tempo parece que havia espaço para diálogo e negociação.

Continuo no sentido de tentar dialogar com o prof. Bruno para que ele se lembrasse de sua militância política naquele período histórico. Ele revelou que inicialmente participava esporadicamente da POLOP (Política Operária), mas que não era um militante de organização política. Continuei a entrevista, pois conhecia a influência da ORM-POLOP (Organização Revolucionária Marxista Política Operária) na UFMG, emendei a pergunta, se tinha estudado na UFMG, e José Bruno me respondeu:

Não, na ... PUC, Universidade Católica. Eu que conseguia ir à federal porque são muito próximas uma da outra. E lá na federal é que tinham companheiros assim, mais progressistas, mais revolucionários. E outra coisa que me marcou muito também ... eu conheci a POLOP (...) quando eu conheci um companheiro, que não vou falar o nome dele aqui, assim como eu não vou querer falar o nome das pessoas que me pressionaram, que ... aí, depois, as pessoas, entendeu, elas .... Essa atitude minha, essas pessoas [tiveram] um grande respeito por mim depois. Ou seja, na minha trajetória toda na UERJ, aí no hospital, principalmente, as pessoas sempre me respeitaram muito (Entrevista com o prof. José Eustáchio Bruno, em 20/03/2012).

Retornando à questão da repressão no campus, segui tentando obter algumas informações e após idas e vindas, quando já debatíamos a relação entre o campus e o hospital, o prof. Bruno afirmou:

Então, essa questão da repressão, o 477, entendeu? O 477 eu não me lembro de ter sido aplicado no hospital. Mas certamente você vai encontrar pessoas lá do campus que podem te guiar sobre isso aí. Que existiu. (...) É uma coisa interessante que quem me colocou isso foi o prof. Ferrão. (Entrevista com o prof. José Eustáchio Bruno, em 20/03/2012).

Havia, na UERJ, diferentes relações, que não podiam ser resumidas apenas na relação entre a ação repressora no hospital e no campus e o poder instituído em nosso país, mesmo nesse período as relações eram complexas e contraditórias, não deveriam ser entendidas de modo unilateral, por exemplo: o prof. Bruno cita o que lhe disse o prof. Antonio Carlos Ferrão, do Departamento de Ciências Políticas, fundador da Asduerj e do Partido dos Trabalhadores:

O que o Ferrão me contou foi o seguinte: que, por exemplo, a UERJ é a primeira universidade a fazer eleição direta para reitor. Mas, em compensação, como o Ferrão conta, foi aqui que nasceu o Ato Institucional número 5. Eu não quero retirar a grande importância da

UERJ, nem que seja pelo lado negativo... por que, mal ou bem, tem história. O que eu quero dizer: quem governou esse país em 68/69? Quando o regime fechou ... era uma junta militar cujo grande chefe de cabeça era praticamente o Lira Tavares, irmão do reitor, o Lira Tavares era irmão do reitor, que era um grande jurista. Então não acabou o [que]... foi feito dentro dessa universidade. Bom, isso o Ferrão me falou ... (Entrevista com o prof. José Eustáchio Bruno, em 20/03/2012).

Na entrevista, insisti no papel que o prof. Piquet Carneiro teve à frente da direção da Faculdade de Ciências Médicas, como uma pessoa que parecia garantir certa liberdade de atuação no Centro Biomédico, parece que ele exercia um papel de protetor de alguns docentes que atuavam neste Centro:

Garantia, quer dizer, garantia sim. Não ele, mas ... outras pessoas talvez, não só dele, mas de outras também. Você não tinha [como] falar sobre isso, o nível de repressão do hospital era um pouco mais atrasado com relação à universidade como um todo. Agora se é por ignorância, eu não sei, agora ninguém vai saber, pode ser até por ignorância dos próprios governantes, entendeu? Que quando se fala em universidade ... pensa sempre em ciências humanas, ciências sociais, vai até o máximo a engenharia e tal, ele esquece da área biomédica, ele confunde aquilo com o hospital. Então, a coisa estava muito mais direcionada para o campus, essa repressão era mais direcionada para o campus. E também, como o hospital sempre gozou de certa autonomia com relação à universidade, essa coisa é até interessante, ... essa autonomia relativa do hospital, e também existia ...uma certa, não digo distância, mas um certo distanciamento das duas coisas, o que infelizmente, é feito até hoje, mas que foi para o bem e para o mal também. Para o bem foi isso ... um certo esquecimento da área biomédica (Entrevista com o prof. José Eustáchio Bruno, em 20/03/2012).

Ainda durante a ditadura militar, José Eustáchio Bruno ingressa, segundo as informações do próprio entrevistado, no Movimento de Emancipação Proletária – MEP e sobre o ingresso na organização clandestina, afirma o professor:

Eu fui recrutado pelo MEP numa reunião da Igreja. Fui lá... Naquela época, eu posso falar agora. Fazia reuniões, não eram reuniões comunistas, eram reuniões para poder conscientizar as pessoas de seus direitos. Agora, é lógico e evidente, que, em certas reuniões, sempre estava infiltrado algum da organização de esquerda ... me lembro até que, quando eu comecei, nessa reunião, o nome era sempre clandestino, eu era clandestino, sempre clandestino. Cheguei à reunião, o cara falou assim para mim: como é que você se chama? Meu nome é Bruno. Como é que te conhecem mais? Bruno. Então seu

nome vai ser José. (Entrevista com o prof. José Eustáchio Bruno, em 20/03/2012).

Durante a entrevista com o prof. Ricardo Santos, ex-aluno do Cap/UERJ e da UFRJ, iniciou sua entrevista abordando a sua forma de ingresso na universidade e explicou um processo muito interessante na universidade:

(...) de maneira resumida é o seguinte: eu comecei a militar em política em 68, em dezembro de 68. E depois de muita discussão com o PCB e o PC do B, eu optei pelo PC do B. O diferencial daquela época era a questão do trabalho político-ideológico (...) Também todo o processo de enfoque da luta contra a ditadura. Em função disso, nessa militância na UFRJ, na Medicina da UFRJ, Praia Vermelha, eu vim a ser preso em julho de 73 e até o início de agosto de 73. (...) Estava começando minha carreira como professor na Souza Marques, e tinha quatro meses do início (...) comecei a convite do professor Guilherme Soares Kurtz. (...) Não sofri nenhuma represália lá, mas naturalmente todo o meu direcionamento era para a UFRJ. Eu fazia mestrado na UFRJ com a esposa do doutor Guilherme Kurtz (Entrevista com o professor Ricardo Santos, em 02/04/2012).

Sobre o processo de contratação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o professor do Departamento de Farmacologia e primeiro presidente da Asduerj, afirma:

Em 75, o Guilherme me indica junto com o professor Romildo Bueno para ser contratado pela Farmacologia da UERJ. Eu entrei (...) em 75 na Faculdade de Ciências Médicas que evoluía, num processo de discussão interna, que eu desconhecia, para se transformar, em parte, no Instituto de Biologia. E eu entro com carteira, como contratado da faculdade de Ciências Médicas e passo depois em 76 ou 77, não me lembro exatamente, para o IB, automaticamente com a fundação do Instituto de Biologia (...) a disciplina de Farmacologia passa a compor o Instituto de Biologia. Bem, vamos dizer, quando a ASDUERJ (...) Até o meu julgamento em 77, no Supremo Tribunal Militar, eu fui absolvido em primeira e em segunda instância, você vê, houve toda a problemática do Araguaia, nós éramos um grupo de apoio (...) Até 77, eu fiquei vizinho daquele general que concorreu com o Geisel na Presidência da República, agora também me escapa um pouco a memória, ele dava aula de Estudos de Problemas Brasileiros (...) (Entrevista com o prof. Ricardo Santos, em 02/04/2012).

Continuando a desenvolver o seu raciocínio sobre o seu ingresso e sua história na Universidade, logo em seguida o professor continua:

(...) Não era o Bina Machado não, era outro general, o Bina Machado também conheci aqui na UERJ, mas havia outro general que dava aula eventualmente, agora (...). Ele concorreu à presidência, é fácil recuperar o nome dele. E quando eu fui absolvido chegou um pessoal da fluminense ligado ao surgimento da futura ADUFF (...). Eu vim para UERJ, então, através do professor Guilherme Kurtz e contratado através do professor Roberto Alcântara que havia todo um entendimento de uma reformulação de 40 horas junto do Roberto Alcântara com a universidade. Roberto Alcântara saiu do Instituto de Biofísica, onde eu fazia meu mestrado e veio se dedicar fundamentalmente a UERJ. Alguns anos antes, 2 ou 3 anos antes e, quando ele veio para cá começou a trazer gente de lá e eu fui um dos que ele trouxe (Entrevista com o prof. Ricardo Santos, em 02/04/2012).

Retomei à questão da sua prisão política e do seu processo de ingresso na Universidade e indaguei se tal acontecimento havia interferido no seu relacionamento com o prof. Roberto Alcântara Gomes, assim o prof. Ricardo Santos respondeu:

Não. (...) De forma nenhuma. Ele era uma pessoa [que] eu já conhecia do Instituto de Biofísica da UFRJ, tínhamos uma visão dele de uma pessoa conservadora, com competência técnica brilhante, membro da Escola Superior de Guerra, o que era currículo favorável ao poder da época. E, no entanto, ele não colocou nenhuma objeção, ou seja, eu encontrei na UERJ um sistema que não exigia atestado ideológico. Até que a UERJ me parecia muito segura (sentido irônico, naturalmente), porque aqui dentro estava a Escola Superior de Guerra (...). Aqui dentro estava a Escola Superior de Guerra, então não existia exigência de atestado ideológico, aqui era muito mais disfarçado, embora efetiva a repressão. A repressão aqui, principalmente em servidores técnico administrativos, era muito efetiva (...). Então (...) esse foi meu acesso à universidade (...). Não sei se respondi a sua pergunta (Entrevista com o professor Ricardo Santos, em 02/04/2012).

Após a realização das entrevistas, voltei às reflexões a partir das contribuições encontradas no livro da professora Deise Mancebo, pois foi a partir dessa obra descobri que ex-dirigente estudantil Luiz Roberto Tenório foi cassado pelo AI-5 (Ato Institucional n.5), preso e torturado, e, mesmo assim, retorna à universidade em 1975, na condição de médico (MANCEBO, 1996). Volto a destacar as contradições vividas na UERJ, pois os poderes constituídos da universidade estavam alinhados ao poder ditatorial, como se pode constatar a partir da citação a seguir:

Na UEG, dezenas de alunos foram presos, dois destes raptados dentro das próprias faculdades de Direito e de Filosofia, Ciências e Letras.

Salas dos diretórios e Centros Acadêmicos foram invadidos pelo DOPS. Material de impressão e arquivos foram apreendidos.

Em finais de 1968 e daí para frente, o clima na UEG era de terror, como em muitas universidades brasileiras. Conforme o depoimento do ex-aluno Luiz Roberto Tenório, diversos professores e diretores eram responsáveis por passar as informações diretas aos órgãos de segurança do governo, inclusive fotos e gravações de situações de conflito ocorridas na Universidade; alunos ‘olheiros’ cumpriam funções semelhantes e até altos dirigentes da universidade estavam comprometidos com estas práticas (MANCEBO, 1996, p. 204.).

Para compreender a contradição vivida na UERJ, destaco um segundo elemento importante, a posição diferenciada do então diretor da Faculdade de Ciências Médicas, em 1968, de acordo com a informação de Mancebo (1996):

Quanto aos documentos que analisamos, cabe observar que, numa única ocasião, um diretor de unidade negou-se a remeter as informações. Tratava-se do prof. Américo Piquet Carneiro, diretor da faculdade de ciências médicas, no ano de 1968. (MANCEBO, 1996, p. 204. Nota 74)

Em entrevista à Ana Paula Goulart para o projeto memória do movimento estudantil, realizada no dia 7 de julho de 2005, o fundador da Asduerj e professor da Faculdade de Ciências Médicas, coloca a relação dos estudantes de medicina, através de sua entidade representativa, com a direção da Faculdade de Ciências Médicas, nesse período era diretor o prof. Américo Piquet Carneiro.

Durante a minha direção lá na Faculdade de Medicina – eu era o presidente do CA – não adaptamos o nosso regimento à Lei Suplicy e por isso sofremos. Recebemos uma ordem do ministro da Educação para que o CA fosse fechado – de forma que os próprios professores que o fecharam se sentiram constrangidos, me chamaram e falaram: “Não nos resta outra alternativa senão fechar o Centro Acadêmico, mas vocês continuem atuando, não tem problema nenhum. Formalmente, porém, a gente tem que fazer esta intervenção.” Fizemos e nós criamos o Casaf Livre, [Centro Acadêmico Sir Alexandre Fleming Livre], que durou três meses só, porque logo depois houve eleições e resolvemos concorrer e ganhamos. Então, deixou de ser Casaf Livre e voltou o Casaf que era, e a própria direção da faculdade (uma pessoa democrática e tal), fez vista grossa e continuamos com o Casaf. Mas o CA da Medicina teve uma participação muito importante; deixou de existir, praticamente, em 1968, mas antes disso foi uma entidade que contribuiu enormemente com as lutas estudantis, inclusive na organização da Passeata dos Cem Mil, da Sexta-feira Sangrenta (...) (Entrevista de Luiz Roberto Tenório ao projeto Memória do Movimento estudantil realizada em 07/07/2005)

Ao longo da pesquisa, ficou mais clara a relação entre a militância no movimento estudantil e no movimento docente, principalmente por parte de alguns dirigentes do Centro Biomédico. Nesse espaço, existiu a possibilidade da presença efetiva de militantes no quadro profissional da universidade devido à proteção de alguns dirigentes do Centro Biomédico. No campus Maracanã nos parece ter havido uma maior repressão do que no hospital, essa relação entre o campus Maracanã e o Centro Biomédico reaparecerá quando for tratada a questão da fundação das entidades.

No campus Maracanã tomei conhecimento de um caso de proteção realizada por Wilson Choeri, ex-vice-reitor, um homem que se movimentava politicamente dentro de uma lógica conservadora e autoritária, idealizador do projeto Rondon e organizador do I Seminário Nacional sobre Educação e Segurança Nacional (1966). Assinalo que a trajetória política e administrativa do prof. Wilson Choeri é marcada pela cultura do patrimonialismo e que, portanto, a proteção ao prof. Antonio Carlos Ferrão, assumida publicamente por ele, não pode caracterizar uma linha de atuação paralela de Wilson Choeri, caracterizar o ex-vice-reitor de protecionista seria cair em uma cilada, mas por outro lado, não destacar essa proteção seria omitir um fato histórico.

O caso do prof. Ferrão veio ao público durante as eleições para a reitoria da universidade, em 1987, que tinha o prof. Wilson Choeri como candidato à reitoria da universidade. Nesse período, uma candidatura apresentou um documento, onde constava que, no dia 15 de fevereiro de 1973, o sub-reitor da UEG, Professor Wilson Choeri, recebeu o Ofício “Confidencial” nº 153/ARSI/GB/DSI/MEC/73, da Divisão de Segurança e Informações, do Ministério de Educação e Cultura, encaminhado através do Chefe da Assessoria Regional de Segurança e Informações, com o seguinte conteúdo:

Senhor Sub-Reitor, chega-nos ao conhecimento que o Professor Antônio Carlos Ferrão, da Cadeira de Política dessa Universidade, vem desenvolvendo indisfarçável proselitismo, no decorrer de suas aulas, além de adotar procedimento tendencioso no que se refere à frequência daqueles alunos que por ventura perfilarem seus pontos de vista. Esta Assessoria, no propósito de informar órgão de escalão superior, apreciaria receber de Vossa Senhoria dados que nos permitam correta avaliação do assunto. Na oportunidade, renovo os protestos da mais alta estima e mui distinta consideração (RAMADON, Luis Fernando. *UERJ: uma história apaixonante*. In <http://lframadon.sites.uol.com.br/> Acesso em: 20/06/2012)

O referido documento podia não comprovar diretamente o envolvimento do prof. Choeri com os órgãos de repressão, mas por outro lado, demonstrava claramente a quem os instrumentos repressivos faziam referência quando da necessidade de informações sobre determinadas pessoas. Esse documento, apresentado em plena campanha eleitoral, tinha como intenção desmoralizar o então candidato Choeri. O Professor Antônio Carlos Ferrão, em setembro do mesmo ano, em resposta a esse documento, emitiu a seguinte nota:

Como todo militante da luta contra a ditadura instalada em nosso país, pelo golpe militar de 64, fui alvo de perseguições que afetaram minha vida familiar e profissional (...). Sem me intimidar com a repressão, cooperei de forma consciente com companheiros da resistência, apoiando-os de diferentes modos e em todos os momentos em que fui solicitado. Jamais usei estes fatos como meio de promoção pessoal até porque a auto-valorização não leva a nada. As circunstâncias me obrigam a divulgar o que nem mesmo alguns companheiros mais íntimos sabem sobre minha militância. Se hoje permaneço no corpo docente desta Universidade (eu e outros que, talvez por covardia, não queiram declarar) devo a Wilson Choeri. Pessoas tão repressoras, algozes, sem cara e sem nome, como os “cães das ditaduras”, tentam denegrir a imagem de Wilson Choeri, com acusações falsas e estórias: são os “ovos da serpente”! Devo em grande parte, a Wilson Choeri, o privilégio de não ter sido engolido pela repressão e de ter permanecido na UERJ, para construir com luz própria, o currículo que descrevo abaixo, e que ostento com orgulho e humildade: sou da UERJ, desde 64, e nunca abandonei a sala de aula; sou PT (queiram ou não), desde 81; sou uma das vertentes da verdadeira ASDUERJ e, portanto, seu fundador - na ASDUERJ fui Tesoureiro (na gestão de Ricardo Santos e na de Ricardo Lauria), Secretário-Geral (na gestão de José Eustáquio Bruno); fui chefe de Departamento de Ciências Sociais do IFCH, por eleição direta; sou professor dedicado e funcionário de vínculo empregatício único (Prof. Antônio Carlos Ferrão, Adjunto da Disciplina de Política)

Este acontecimento com o prof. Antonio Carlos Ferrão mostra as contradições presentes na história. Wilson Choeri, uma pessoa associada ao regime autoritário da ditadura civil-militar, protege uma pessoa do campo da esquerda. Esses indícios da pesquisa provocam uma reflexão sobre a contradição entre uma universidade com o poder centralizado, cujo projeto estava associado ao investimento no patrimônio e na centralização político-administrativa, mas que simultaneamente possui uma gama considerável de professores que tinham militância política contra o regime ditatorial. Essa contradição leva à reflexão sobre os caminhos da ação humana e as diferentes possibilidades apresentados pela história, ou seja, a história nos apresenta a

possibilidade de múltiplos olhares. De acordo com Revel (2009), deve-se prestar atenção ao significado e a complexidade dos acontecimentos, pois

o acontecimento que começou a mobilizar o interesse de certo número de historiadores tem pouca coisa a ver com aquele do qual se nutria a crônica, a história erudita, assim como formas mais sofisticadas de histórias interpretativas. Ele serve, hoje em dia, à reflexão sobre a experiência dos atores, e pode propiciar a reflexão sobre a incerteza que caracteriza esta experiência e que os historiadores tendem, por posição (porque eles vêm depois) a ignorar. (REVEL, 2009, p 87).

Ao tipificar as razões do retorno do acontecimento ao debate da história nos dias atuais, o historiador francês Jacques Revel registra quatro pontos essenciais, destaco aqui o terceiro ponto como sendo uma dimensão importante para a análise do objeto desta pesquisa. Segundo Revel (2009),

podemos, enfim, vincular a redescoberta do acontecimento à reflexão em curso sobre a variação das escalas de observações e sobre as possibilidades da análise diferencial do social que ela pode permitir. Em termos sensivelmente diferentes, a *Alltagsgeschichte* e a micro-história (e outras experiências também) insistem na multiplicidade dos contextos nos quais a experiências dos atores se inscreve, que se desdobra não apenas em vários tempos, mas também em vários ambientes de ação. O acontecimento pode oferecer a oportunidade de apreender o emaranhado mais rico – também o mais complexo” (REVEL, 2009, p 85).

Revel me leva à reflexão sobre os acontecimentos no interior da universidade e indica que é necessário relacionar o sincrônico com o diacrônico, a história com a antropologia, porque para Revel (2009),

os antropólogos vão da estrutura abstrata à explicação do acontecimento concreto. Os historiadores desvalorizam o acontecimento único em favor de estruturas recorrentes subjacentes. Também paradoxalmente, os antropólogos colocam-se daqui em diante sob uma perspectiva diacrônica, enquanto muitos historiadores atuais estão sob uma perspectiva sincrônica (REVEL, 2009, p. 113/114).

Creio que o debate sobre as perspectivas diacrônica e sincrônica aponta um novo olhar sobre o fazer história, que permite lançar novas interpretações da trama do

social e, portanto, sobre o processo histórico. Thompson também refletiu sobre essa temática na obra *A miséria da teoria*,

Tudo começa pelo questionamento da cognoscibilidade do processo, como uma lógica total de mudança de conjunto de atividades inter-relacionadas, e termina fazendo pender os vocabulários do conhecimento, muito acentuadamente (ou mesmo absolutamente) no sentido de procedimentos antes sincrônicos que diacrônicos. O diacrônico é posto de lado como uma “narrativa” não estruturada, um fluxo ininteligível de uma coisa oriunda de outra. Somente a estase da análise estrutural pode trazer o conhecimento. O fluxo dos acontecimentos (“tempo historicista”) é uma fábula empirista. A lógica do processo é recusada (THOMPSON, 1988, p. 83).

Portanto, o debate sobre cultura possibilitou a ampliação do campo de visão dos estudos a respeito do social no campo da história. O diálogo entre dois representantes de diferentes escolas historiográficas demonstra uma reflexão que colabora para se compreender o quanto o conceito de cultura pode ser fundamental para desvendar os caminhos do agir e do fazer-se.

Acabar com a ideia de que uma cultura é necessariamente um todo coerente e significativo em sua coerência, acabar com o método exegético vinculado a essas concepções para fazer de traços sinaléticos de uma cultura uma questão, não um ponto de partida, não uma certeza, mas um problema de história (REVEL, 2009, p. 105).

Assim, busco avançar nesse capítulo com a contribuição de Revel e Thompson para observar os traços culturais de uma determinada experiência social, os entrevistados apresentam traços específicos e complexos no interior de suas experiências na UERJ. Alguns sinais podem trazer novos elementos de pesquisa que fazem com que se possam compreender interações sociais que se estabeleceram no interior da universidade. Como nos indica Jacques Revel (2009),

uma palavra que pode servir para identificar o que está no centro da questão aqui, uma palavra que (e isto talvez não seja por acaso) nem sempre encontrou seu equivalente em francês: é o termo inglês *agency*, proposto por E.P Thompson, e que designa ao mesmo tempo as disposições à ação e as possibilidades de agir em uma dada situação. Uma abordagem desse tipo claramente torna o tempo, portanto, uma variável essencial da ação (REVEL, 2009, p. 121).

Assim, é necessário investigar se a proteção de Wilson Choeri a Ferrão foi um caso particular isolado ou não, este fato merece uma pesquisa histórica mais

fundamentada, ainda é necessário destacar que as posições de Jayme Landmann, Roberto Alcântara Gomes e Ítalo Suassuna, do Centro Biomédico, também devem ser investigadas e aprofundadas, para que se compreendam com maior profundidade esses sinais socioculturais.

Afirmo que ficou evidente nas entrevistas e, em outros registros, a proteção do ex-diretor da Faculdade de Ciências Médicas e do Centro Biomédico, Américo Piquet Carneiro a professores e alunos do campo progressista no Centro Biomédico da UERJ, como nos indica o prof. Reinaldo Guimarães, do Instituto de Medicina Social, ex-militante do PCB e fundador da Asduerj, na entrevista concedida ao projeto da UNIRIO: Memória e Patrimônio da Saúde Pública no Brasil – a trajetória de Sergio Arouca.

Então o que é que era o Instituto de Medicina Social? É oposto disso. Primeiro era um grupo pequeno, absolutamente novo, independente da Faculdade de Medicina, mas que tinha um vínculo seminal com uma liderança católica, liberal, progressista que era o Dr. Américo Piquet Carneiro, quer dizer, e Nelson Moraes que estava chegando, que ali era pragmático. E dirigido efetivamente por dois jovens comunistas que eram a Nina Pereira Nunes, que sempre teve a maior parte da visão política daquilo tudo; Hésio Cordeiro que era um bom estudante, um bom profissional, um cara centrado, tudo aquilo que a Nina tinha de descentrado, ele tinha de centrado, direitinho... Que era a tetéia do Dr. Piquet, “tá” certo? E com o apoio internacional do Juan César García (...)” (Entrevista Coletiva na casa de Ana Maria Testa Tambellini/Rio de Janeiro- 12.11.2004/  
<http://www.memoriasocial.pro.br/linhas/arouca/depoimentos/depoimentoscoletivos2.htm>/acesso:12/12/2012)

A redução da escala de observação possibilitou encontrar traços não observados no quadro geral da UERJ, no período ditatorial. Sabe-se que a universidade aderiu no primeiro momento ao golpe militar, que encontrou espaço para se instalar nessa universidade, por exemplo, a Escola Superior de Guerra (ESG). Assim, a perspectiva da micro-história possibilitou o entrecruzamento de relações sociais individuais riquíssimas, trazendo aos pesquisadores e estudiosos da história da Universidade Estadual do Rio de Janeiro um novo olhar sobre a universidade durante o período autoritário, desse modo concordo com a historiadora Sandra Pesavento (2008), quando esta afirma que:

os historiadores da micro-história acabam por demonstrar que o social passado não é um dado posto, um fato definido, mas algo reconstruído

a partir de interrogações e questões postas. Recusando evidências, trabalhando com detalhes e traços secundários, tais historiadores se voltam para a preocupação de atingir, no micro, a dinâmica da vida, construindo versões sobre o passado por meio da pesquisa empírica exaustiva, que tanto combina uma espécie de descrição densa, aquela do viés antropológico, quanto a do método indiciário anunciado por Ginzburg (PESAVENTO, 2008, p. 72).

## CAPÍTULO IV: Fazer-se docente e a Asduerj

Fazer-se, porque é um estudo sobre um processo ativo, que se deve tanto a ação humana como aos acontecimentos. (THOMPSON, 1987, v.I, p.9).

O golpe político de 1964, liderado pelas forças sociais hegemônicas, desestruturou todo o sindicalismo brasileiro, intervindo nas associações sindicais, com a prisão de dirigentes, proibições de greves e manifestações sociais e, na universidade, houve a perseguição do movimento docente e discente. Ao pesquisar a UERJ, nesse período histórico, Mancebo revelou:

Trabalhei, principalmente, com a hipótese de que não houve, no caso desta universidade, a necessidade de uma intervenção militar, como em outras escolas do país; o colaboracionismo estabelecido em 64, e reafirmado em 68, com o regime militar, traduzia afinidades que já estavam delineadas bem antes do golpe (1996, p. 11).

Entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, importantes categorias sociais, como por exemplo, professores das redes públicas do ensino básico, metalúrgicos, bancários, petroleiros começam a se reorganizar e iniciam intensas mobilizações, por salário, condições justas de trabalho e defesa da democracia. Segundo Marcosin,

quando a Asduerj foi fundada, em 1979, vivíamos um momento oposto, de grande efervescência política. Era um momento fundamental das lutas do nosso país; a luta pela democracia, contra a ditadura, no qual se avançava na conquista de direitos. Era um ressurgimento das lutas; momento das greves do operariado no ABC paulista (MARCONSIN, 2010, p. 26. Revista Advir nº 24)<sup>1</sup>.

Nesse contexto, os professores universitários também se articulavam, organizando-se e fundando as suas associações docentes por todo país. No Rio de

---

<sup>1</sup>Utilizei na dissertação alguns depoimentos de Ronaldo Martins Lauria, Ricardo Santos, José Eustáquio Bruno, Roberto Abreu e Cleir Marconsin, ex-presidentes da Asduerj. Os depoimentos estão contidos na Revista Advir nº 24 de julho de 2010.

Janeiro, os professores universitários da PUC fundam a Adpuc e os professores da UFF fundam a Aduff. Para Santos,

o contexto social foi o principal fator. A ditadura militar governava o país enquanto o processo de luta procurava reorganizar inúmeras entidades, havia lutas da sociedade, pela anistia ampla, geral e irrestrita, por uma constituinte livre e soberana e pelas eleições diretas para a presidência da República. A Asduerj integrou-se às lutas sociais e surgiu do seu desenvolvimento (SANTOS, 2010, p. 8. Revista Advir nº 24).

Na UERJ, em meados de 1978, o prof. Ricardo Santos, inicia o movimento de convocação de alguns professores para reuniões “clandestinas” e começa o movimento de formação da Apuerj, assim foi criada, pelos professores da área biomédica, a comissão pró-Apuerj, composta por: Ricardo Santos (militante do PC do B), Waldinez Lima de Oliveira e Antonio Carlos de Carvalho (ex-PCB) e, logo em seguida José Eustáquio Bruno (ex-militante do MEP).

foram chamados o Waldinez, o Antonio Carlos Campos de Carvalho, as pessoas que nós conhecíamos. E nós fazíamos às reuniões na Farmacologia. Então vamos dizer, o primeiro núcleo na realidade surgiu na Farmacologia,(...) eu, Waldinez, e na Fisiologia - setores do Instituto de Biologia - que era o Antonio Carlos Campos de Carvalho. Então a partir dali nós [fizemos] gol a gol, como é que nós [fizemos] para ampliar isso (...)? Então, vamos dizer, tentamos fazer reuniões um pouco maiores, surgiu o Bruno dentro do hospital, foi (...) a primeira pessoa talvez fora do Instituto de Biologia a se incorporar (Entrevista realizada com Ricardo Santos, em 02/04/2012).

Como a repressão política no *campus* Maracanã era muito intensa, as primeiras reuniões clandestinas aconteciam no Centro Biomédico, localizado fora do campus central. Como já foi destacado anteriormente, existia maior liberdade no Centro Biomédico, havia uma espécie de “vista grossa das autoridades”, e por outro lado, no Centro Biomédico encontravam-se alguns professores com trajetória de militância na clandestinidade.

Do ponto de vista acadêmico, os setores da área biomédica sempre se opuseram à política de investimento patrimonial e à opção pelo ensino. Não só fizeram frente a essas tendências como conseguiram, apesar das extremas dificuldades, construir espaços, com práticas diferenciadas, nos quais a pesquisa e a qualidade acadêmica eram preocupações centrais (MANCERO, 1996, p.212).

No campus do Maracanã, espaço de maior vigilância pelas autoridades, foram convocados alguns professores com trajetória de esquerda, estes eram reconhecidos pelos professores militantes da área biomédica como: Ronaldo Coutinho (direito) e Antonio Carlos Ferrão (ciências Sociais), mas participaram de poucas reuniões alegando intensa repressão no campus Maracanã. É elucidativo o depoimento do prof. Ricardo Santos:

mas tem o lado de lá, tem o campus, então tentamos o contato com o Reinaldo Felipe Néri Guimarães, então Reinaldo, nós queremos contato com o pessoal de lá, como é que fica? Ai ele: tem o Ferrão, e tem o pessoal da Letras. O pessoal da Letras nunca chegou nesta fase inicial, mas foi fundamental a partir da fundação na ABI. Ele (Ferrão) apareceu numa reunião que já estava começando ampliar 10/15 pessoas em termo de reunião (...) Reunião ampliada da comissão de organização, a Coapuerj, veio o Ferrão e o Ronaldo Coutinho para uma reunião a qual eles me disseram o seguinte, me lembro como se fosse hoje: vocês estão muito mais avançados aqui, nós lá não podemos reunir, não podemos opinar e tudo mais. Continuem, nós não podemos fazer muita coisa lá. Vamos ficar parados, então? Eles apenas acompanharam essa fase inicial, mantiveram contatos, mantiveram-se informados e tudo, mas não foram ativos na organização dessa fase inicial, o Ronaldo Coutinho e o Ferrão. Participaram assim de uma reunião ou outra nesta fase, mas foram importantíssimos a partir da Assembléia da Reitoria. (Entrevista realizada com Ricardo Santos, em 02/04/2012)

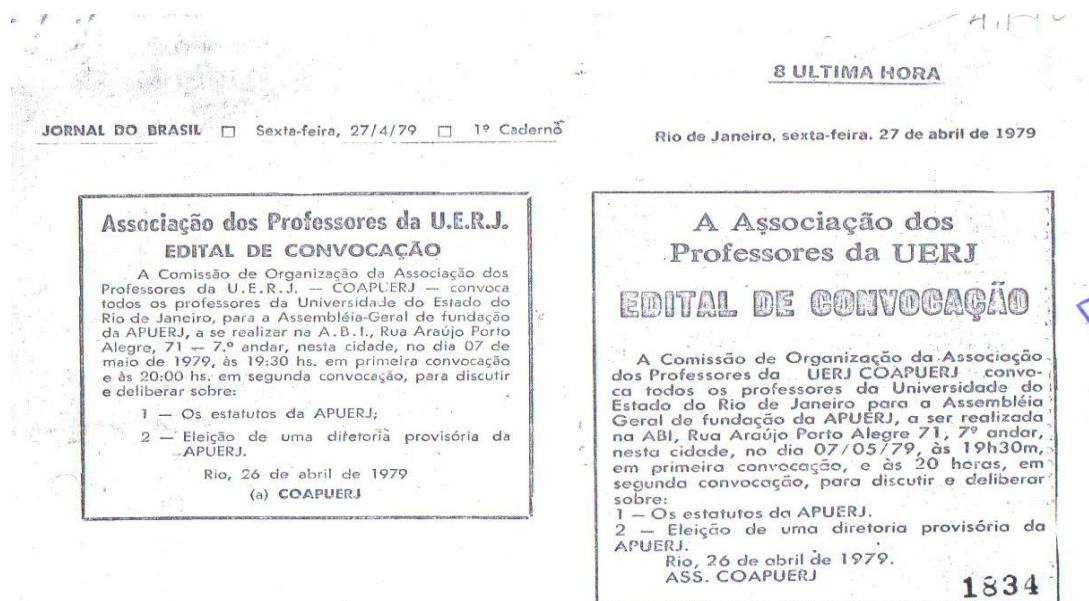
Em função de toda mobilização desses professores considerados pioneiros e da possível mobilização em torno dessa associação que estava em seu nascedouro, o poder central da universidade (reitoria) organiza um grupo de professores de sua confiança para organizar uma entidade de professores vinculados à reitoria: Ivair Radmacker, Omir Fontoura, Evanildo Bechara e Tarcísio Padilha, com o intuito de dividir o movimento associativo e, assim, enfraquecer e controlar o movimento dos professores da universidade.

Os professores vinculados à reitoria copiaram o edital da Coapuerj e convocaram a categoria para uma assembleia<sup>2</sup> na universidade, dias antes da reunião convocada pelo grupo dos “autênticos”. É interessante ler as convocações da Comissão

---

<sup>2</sup> A assembleia de fundação da Apuerj, na Uerj, contou com a presença de 400 professores e a assembléia de fundação da Asduerj, na ABI, contou com a presença de 92 professores.

autêntica da Apuerj (posteriormente Asduerj) e da Apuerj. Eis as convocatórias publicadas em jornais da época e observemos os detalhes:



(Fonte: Arquivo do Sindicato dos Professores/Rio)



(Fonte: Arquivo do Sindicato dos Professores/Rio)

As publicações no Jornal do Brasil e no jornal A Última Hora datam de 27 de abril de 1979 e convocam a categoria para a assembleia a ser realizada na Associação Brasileira de Imprensa e são assinadas pela Coapuerj que assina a convocatória no dia

26 de Abril de 1979, essas duas convocatórias fazem parte da proposta da Comissão Autêntica pró-Apuerj que acabara fundando a Asduerj. O terceiro recorte é do Jornal do Brasil do dia 02 de maio de 1979 e é assinada por uma comissão organizadora no dia 30 de abril de 1979, convocando a categoria docente para a participação de uma assembleia no auditório 71 da própria universidade. As principais diferenças estão exatamente nas datas e nos locais que sugerem claramente posicionamento políticos distintos. A Apuerj autêntica (depois Asduerj) proibida de usar os espaços da Universidade, convoca a assembleia para a Associação Brasileira de Imprensa, enquanto a outra entidade teve completamente o livre direito de usar o auditório da universidade.

A reitoria cedeu a listagem de professores da universidade e a estrutura física (auditório e som) para a Apuerj (ligada ao poder). O próprio vice-reitor Fernando Sgarbi Lima se fez presente na assembleia de fundação. A fala do professor Ricardo Santos nos fornece pistas sobre a presença do Vice-Reitor na fundação da Apuerj e o processo sucessório da reitoria na virada do final dos anos 1970 e início dos anos 1980. É interessante a leitura que este professor faz do processo de formação das associações representativas:

eu acho que era nitidamente mais forte (campus). Havia um espaço de reunião, de organização, as pessoas lá sabiam, e simplesmente discutiam com a gente as hipóteses deles (hospital). Eles não concordavam, então vamos dizer, a primeira hipótese alternativa à Apuerj, que era nossa proposta inicial, foi dada pelo falecido Antonio Augusto Quadra, o Quadrão, que dizia que estava falando de uma hipótese, de uma pessoa, que conhecia muito a estrutura da universidade, ou seja, o Roberto Alcântara Gomes, e a hipótese era uma hipótese prevista no estatuto. Você vai no estatuto antigo da universidade, você vai ver que existe lá uma previsão de uma Associação Docente chamada de Associação Benfeitora do Corpo Docente, a ABCD, não fugia ao esquema primário (...), a ABCD. E essa alternativa proposta diz: por que em vez de vocês formarem essa aí, vocês não fundam a ABCD que o Sgarbi vai aprovar(...) Está tudo tranquilo. Esta hipótese trazida pelo amigo Quadra morreu na fase inicial da nossa CoAPUERJ, e ele concordou em rejeitá-la. Na CoAPUERJ que ele integrou dignamente. Então veja, houve um viés da fundação da associação o qual nós não estávamos atentos porque não conhecíamos a universidade. Nós não estávamos ligados à questão da disputa do poder. E surgiu uma paranóia dentro da reitoria de que nós estávamos fundando isso em função de um processo sucessório, interferindo em um processo sucessório, quando nós não estávamos. Quando nós éramos militantes dos docentes, militantes do movimento social (entrevista realizada com Ricardo Santos, em 02/04/2012).

Na entrevista com o prof. Ricardo Santos, devido ao significado político e acadêmico daqueles que participaram do processo de fundação da Apuerj e a relação direta com o poder central, perguntei sobre a presença do Vice-Reitor nesse processo de fundação da Apuerj, eis a resposta:

(...) era uma pessoa que teve um passado até progressista. Isso era (...) uma coisa que (...) quando eu fui procurar o professor Luiz Fernandes Sgarbi, fui sozinho até, algumas vezes eu fui sozinho para pedir sala. Eu me apresentei a ele (...) como o irmão da Aldinha, que era a Alda que ele conhecia, assim como eu consegui falar na assembleia talvez por isto (...) Isso é um detalhe, mas um detalhe que, vamos dizer (...) O professor Omir Fontoura, que foi meu professor de Zoologia no CAP-UERJ, sentou ao lado do Arnaldo Niskier que era o Secretário Estadual de Educação, na assembleia de fundação da Apuerj da Reitoria e quando eu cheguei com a (...) comissão, o Bruno, o Ferrão, Antônio Carlos, Waldinez, um grupo restrito, pois não convocamos o restante do pessoal, chegou para se pronunciar. O que eu falei também, não foi uma coisa só minha, algumas coisas eu acrescentei na hora pelo emocional, mas foi uma coisa elaborada racionalmente na comissão de avaliação pelo coletivo, portanto (...) quando nós chegamos o professor Omir Fontoura (...) levantou e me colocou ao lado do Arnaldo Niskier. Olha, estava muito claro, era uma coisa que parecia planejada (...). Depois desta Assembléia e da nossa veio a proposta de fusão ... a qual nós não aderimos. Então veja, ali na conversa com o Professor Arnaldo Niskier eu fui (...) lá e disse: eu lhe conheço, eu fui do Colégio de Aplicação. Surgiu pequena conversa, então na hora que eu pedi a palavra, quem autorizou, me autorizou a falar com a cabeça foi ele, dirigindo-se ao professor Evanildo Bechara, nome ilustre da Academia de Letras, que presidia a Assembléia. Nome perfeito, não tenho uma crítica. Mas aonde estava naquele momento? Estava nessa posição. Então houve um conjunto de pessoas ali, por motivos vários, não vou dizer que só políticos, que assumiram uma posição conservadora. Mas não estou dizendo que todos tinham um perfil conservador, isso aí teria que (...) pesquisar mais essa questão. Mas naquele momento eles construíram uma posição retrógrada (...) a favor de uma associação pelega, a favor de uma universidade que se compunha – ao nível da criação de uma entidade - pelo que estava anteriormente, ou seja, com gerais, com a ditadura e não com o que estava por vir (entrevista realizada com Ricardo Santos, em 02/04/2012)

É instigante pensar no processo de constituição da Apuerj, naquele momento histórico. Algumas pessoas que não eram, *a priori*, conservadoras tomaram uma posição retrograda naquele momento, vamos à posição do professor Bruno sobre a fundação da Apuerj:

Mesmo assim você tinha muito percalço. Então, como exemplo, como eu estava dizendo para você, o que ... eles fizeram? Chamaram dentro da associação que eles montaram, chamaram os professores e como você tem um chefe que te chama é muito difícil falar: eu não vou lá. Até por uma questão de sobrevivência, de auto preservação, a pessoa vai, ela pode até não estar simpatizando com aquilo e não dê nenhum tesouro para aquele barco (...). (Entrevista realizada com José Eustáchio Bruno, em 20/03/2012)

É interessante destacar as contradições presentes na fundação da Apuerj, pois existiam diferentes matizes políticos compondo essa associação, por exemplo, nela estava presente o professor e coronel da Aeronáutica Nereu de Mattos Peixoto, reconhecidamente uma pessoa vinculada ao sistema repressor da ditadura civil-militar. No momento histórico em que vivemos de formação e atuação da Comissão Nacional da Verdade, criada pela Lei 12528/2011 e instituída em maio de 2012, que tem por finalidade apurar graves violações de direitos humanos, praticadas por agentes públicos, ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, merece destaque o artigo: tortura no contexto do regime militar de autoria do prof. Amarílio Ferreira Junior do Departamento de Educação da UFSCAR, nesse artigo ele afirma:

O jornal O Estado de São Paulo noticiou que o despacho do juiz-auditor Osvaldo Lima Rodrigues Junior, da 1ª Auditoria Militar, concluiu que eram passíveis de indiciamento e denúncia, no caso do assassinato do deputado Rubens Beirólt Paiva, os seguintes integrantes das Forças Armadas brasileiras: "o brigadeiro João Paulo Burnier; os coronéis do Exército Ney Mendes e Francisco Domingos Santos Cardoso; o coronel da Aeronáutica Nereu de Mattos Peixoto; os tenentes-cononéis do Exército Ronaldo José da Motta Baptista de Leão e Armando Avólio Filho (recentemente afastado do cargo de adido militar da embaixada do Brasil em Londres, por envolvimento em tortura (disponível em <http://www.olhar.ufscar.br/index.php/olhar/article/viewFile/55/47>, acesso dia 10 de dezembro de 2012) (grifo meu).

Por outro lado, destaca-se na fundação da Apuerj a participação de professores que representam uma visão política progressista e que depois participaram da diretoria da Asduerj. Nas atas, existem os registros dos seguintes professores: Antonio Braga Coscarelli, professor do Instituto de Matemática e Estatística, primeiro secretário (2001-2003), primeiro vice-presidente (2003-2005), Segundo vice-presidente (2005-2007), Segundo vice-presidente (2007-2009) e segundo secretário (2009-2011); Paulo Sérgio Sgarbi Goulart, da Faculdade de Educação e ex-professor do colégio de

Aplicação, primeiro Vice-Presidente na gestão do presidente José Eustachio Bruno (1985-1987); Roberto Lopes de Abreu (IME), Presidente da entidade em três gestões (1987-1889, 1989-1991 e 1995-1997) e primeiro secretário (1993-1995), João Pedro Dias Vieira, segundo vice-presidente (1985-1987) e Tânia Maria Castro Netto, segunda vice-presidenta (1993-1995). Com relação a alguns professores que participaram da Apuerj, o professor Ricardo Santos nos revela o seguinte:

“Olha, a professora Lená e a professora Tânia (Castro Neto) que evoluíram muito daquela época para hoje, elas se não me engano, estavam ambas no Colégio de Aplicação. (...) se situaram juntos com a APUERJ na ocasião. A Tânia inclusive era da diretoria, se não me falha a memória, e sentavam juntas em cima, do lado direito de quem olha da mesa da assembleia e faziam ali suas votações. Então eram pessoas que tinham uma posição respeitada, eram muito mais ligadas ao Ivair, havia a professora Ivone Reis que tinha sido amiga, colega, quase irmã da minha irmã da antiga Faculdade de Filosofia e Ciências e Letras da UERJ. Ivone Reis que veio ser diretora do Instituto de Psicologia foi uma das principais articuladoras da presença do Ivair (...) e da própria APUERJ, (...) Ele era um professor profundamente conservador, vamos dizer assim, e marcou muito aquela época. Então a Lená, a Tânia, elas estavam ali e naturalmente houve muita gente que estava junto dessa corrente de pensamento da época, como uma questão corporativa, por uma questão de favorecimento, por uma questão da luta, que já me referi, pela reitoria. E é preciso explorar melhor essa questão. (entrevista realizada com Ricardo Santos, em 02/04/2012)

Percebe-se que as ações da reitoria buscavam claramente confundir a categoria. Porém a reitoria, ao mobilizar parte significativa do professorado a partir da lógica de uma “liberdade negativa”, contribuiu, ainda que parcialmente, para a quebra da hegemonia cultural na universidade. E.P.Thompson nos ajuda a compreender esse processo quando nos diz que “uma hegemonia desse tipo induz exatamente aquele estado de espírito em que as estruturas estabelecidas da autoridade e os modos de exploração parecem fazer parte do próprio curso da natureza” (THOMPSON, 1998, p.46).

Destaca-se, nesse processo, uma contradição interessante, a ação da reitoria que convocou uma parcela significativa de professores, cerca de 400, para uma assembleia sindical sob seu controle político, com uma visão majoritariamente “pelega”, de certa forma possibilitou aos professores um espaço para ouvir e participar, ainda que de forma controlada, e acabou provocando um debate político intenso num contexto societário autoritário. Tanto que a comissão autêntica pró-Apuerj, que viria a fundar a

Asduerj após a sigla Apuerj ter sido tomada pela reitoria, “invadiu” a assembleia convocada pelo grupo da reitoria e o prof. Ricardo Santos leu um manifesto explicando o processo para a categoria e criticando a intervenção da reitoria no movimento. O manifesto lido pelo professor explicava, de modo contextualizado, o processo de formação da entidade e sublinhava: “a associação de professores da UERJ deve resguardar sua autonomia e independência, permanecendo como organismo verdadeiramente defensor dos interesses dos docentes”. O manifesto terminava conclamando a categoria: “pela Apuerj autônoma e independente, pela unidade do corpo docente da UERJ e por uma Apuerj representativa e democrática”. O referido manifesto assinado pela Comissão de organização da Apuerj (Coapuerj) causou certo desconforto na assembleia e foi tratado na ata de fundação da Apuerj da seguinte forma:

Iniciados os trabalhos solicitou a palavra e a usou o professor Ricardo Santos do Instituto de Biologia que levantou premissas quanto à dinâmica e a validade dos trabalhos. Logo após foi concedida a palavra ao professor Condorcet Pereira Rezende, da Faculdade de Administração e Finanças, que mostrou aos presentes a improcedência das questões levantadas pelo professor Ricardo Santos e bem a validade do plenário para deliberar dentro do espírito da convocação (Ata de fundação da Apuerj- 03/05/1979).

É preciso destacar a importância do acontecimento de invasão da assembleia da Apuerj pelos professores militantes dos movimentos sociais. Para enriquecer um pouco mais o relato desse fato, trago a percepção de um ativo participante desse processo, o prof. Bruno:

(...) E eu me lembro que a coisa estava ficando feia, rapaz, você não conseguia... a gente para entrar lá, a gente teve que forçar, você sabe como fica aquele negócio quando tem assembleia muito cheia. A porta fica assim quase que inacessível e as pessoas ficam lá na porta, então você tem que furar o bloqueio. E aí, eu lembro que a gente furou aqueles bloqueios, e eu me lembro perfeitamente foi o Ricardo que fez o discurso, o Ricardo chegou lá e denunciou aquela porra. Foi um ato de muita valentia da gente, entendeu? Principalmente do Ricardo, que foi lá na frente, fez um discurso e tal. E aí meu amigo ele virou o louco, porque o que ele sentiu, quando nós começamos a falar, você notou então que as pessoas estavam muito mais para gente do que com eles, entendeu? Então, é lógico que na minha opinião, cabe a eles fundar a associação, não é? Na minha opinião cabe eles... é só o cara “assina aqui, assina aqui” e ninguém ia dizer que não ia assinar. Mas, por exemplo, quando o Ricardo acabou com isso tudo, aí assumiu .... Todo mundo, quase todo mundo do auditório (...) aplaudindo, ou seja, nós estamos com vocês, entendeu? Nós não podemos estar agora na

linha de frente com vocês, mas estamos com vocês, junto com a gente, sei lá, como se fosse assim, entendeu? (Entrevista realizada com José Eustáchio Bruno, em 20/03/2012)

Assim, como vimos anteriormente, os militantes do campo autêntico proibidos de realizar suas assembleias dentro da universidade a convocaram para outro espaço, a histórica Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em defesa da independência política e ideológica da categoria, fundando, então, a Asduerj.

O jornal do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro publicou, em maio de 1979, na capa, uma nota sobre a fundação da Associação de Docente da UERJ e, na página 05, publicou uma matéria que afirmava que a Associação fundada pelo grupo dos autênticos na ABI era a única entidade representativa dos professores da universidade. Leiam:

**PROFESSORES DA UERJ FUNDAM ASSOCIAÇÃO NA ABI** 455

Nos últimos anos temos observado um fenômeno novo na Universidade Brasileira — a criação e a reativação das Associações de Docentes Universitários. Dentro do clima de abertura política que vive o país, os processos de formação destas Associações ganharam novo impulso e, podemos afirmar que existem hoje, cerca de 40 Associações de Docentes Universitários, representando praticamente todos os estados do território Nacional.

No dia 7 de maio, 92 professores da UERJ reuniram-se no auditório do 7º andar da ABI com o objetivo de fundar sua Associação. Após informe do Sindicato dos Professores sobre encaminhamento da luta do 1º Dissídio Coletivo para o 3º grau, o professor Antônio Rezende, Presidente da ADPUC, manifestou sua solidariedade aos professores presentes.

Os professores reunidos discutiram e deliberaram sobre o Estatuto da APUERJ demonstrando maturidade e espírito democrático. Ao final da Assembleia foi eleita, através de voto secreto, uma Diretoria Provisória que ficou assim constituída:

Presidente: Ricardo Santos — Instituto de Biologia

1º Vice-Presidente: Nelson Rodrigues Filho — Faculdade de Letras

2º Vice-Presidente: Ronaldo Martins Lauria — Faculdade de Ciências Médicas

1º Secretário: Luiz Fernando Magalhães Couto — Faculdade de Direito

2º Secretário: Darci Cléia Ribeiro da Silva — Faculdade de Psicologia

1º Tesoureiro: Antônio Lopes de Souza — Faculdade de Engenharia

2º Tesoureiro: Guilherme Ferraz — Faculdade de Ciências Médicas

A Diretoria Provisória, na sua primeira reunião manifestou seu apoio ao Sindicato dos Professores, reconhecendo neste o único com competência para negociar o Dissídio Coletivo para o 3º grau, incluindo no que se refere aos professores da UERJ, e colocando-se à disposição no que for do interesse dos professores.

(Fonte: Arquivo do Sinpro/RIO)

O ato político de fundação da entidade docente foi extremamente importante, pois possibilitou o início do processo de experiência sindical da categoria. O relato do prof. Ricardo Santos insere esse processo no contexto de disputa do poder na universidade:

Encontramos as dificuldades e os medos da sucessão do reitor, cuja visão de uma associação docente era a de linha auxiliar do poder. Sentiram também uma ameaça à ordem interna e à linha de sucessão já traçada pelas lideranças do poder vigente. Este é um contexto específico em que ocorreu a fundação da sobrevivente Asduerj, pois a Apuerj foi extinta em outro momento (SANTOS, 2010, p. 8. Revista Advir nº 24).

Incentivei o professor do Instituto de Biologia a falar sobre a militância da comissão organizadora da entidade docente: “uma história até de esquerda que tinha uma outra perspectiva social”, e ele continuou falando sobre a relação entre o movimento docente e o vice-reitor da época, o professor Fernando Sgarbi:

(...) Nós não estávamos atentos. Nós não sabíamos, eu não sabia naquela época que o Sgarbi era candidato à sucessão. Como eu ia saber? Eu tinha uma simpatia tremenda pelo Sgarbi, pelo Sgarbi, pelo Choeri e pelo professor Arnaldo Niskier, pode colocar isso textualmente, por que? Porque eu fui aluno do Colégio de Aplicação, minha irmã foi colega de Arnaldo Niskier e Fernando Sgarbi Lima e do Choeri. Sempre me diziam que eles eram socialistas, então eu tinha aquela idéia de admirá-los pelo lado do que eles tinham sido (...) E o professor Choeri também tinha sido vizinho nosso em Niterói. Eu convivía com o professor Choeri na praia (...). Então, vamos dizer, além de ter sido meu professor no Colégio de Aplicação, então havia toda uma simpatia. O Roberto nunca pediu que nós divergíssemos daquilo ali, o que houve foi o seguinte: Roberto não pediu para que nós seguísssemos a linha do Sgarbi. Então, eu não entendia até que ponto surgiu... O espaço que você está dizendo em relação ao Centro Biomédico e campus, ponto central da sua pergunta, se caracteriza um pouco, se mistura um pouco com essa história política. Lá havia um Centro Biomédico efervescente querendo pesquisa, querendo se desenvolver, como muito mais tempo de convívio, dedicado a academia, dedicado à vida universitária, quer dizer, permitindo melhores condições de organização. Uma visão mais liberal, uma visão mais progressista. Esse espaço político é muito claro. No campus (...) não só havia uma repressão muito maior, que inibia grupos progressistas que permaneciam calados, como uma situação de paranóia, quer dizer, nós não conseguíamos uma sala para reunir aqui e ao contrário fomos tachados dos meninos do Roberto, os subversivos, os comunistas que vem aí (...). Em resumo histórico. Eu acho que o Sgarbi tinha que dar satisfação talvez à outras forças (...) que estavam presentes na universidade (Entrevista realizada com Ricardo Santos, em 02/04/2012)

Nessa entrevista o prof. Ricardo Santos também questiona a sucessão da reitoria entre 1979 e 1980 e mostra a disputa política na universidade.

Porque eu acho que foi a maior besteira que o Sgarbi fez na vida (...) ele poderia ter tido até (...) Essa questão interferiu profundamente na universidade, onde ele já era o reitor virtual, ele tinha o apoio do Roberto, todo o Centro Biomédico o apoiava, o Instituto de Medicina Social o apoiava. Nós não tínhamos nenhuma posição enquanto CoAPUERJ. No entanto, quando ele resolveu se achar todo poderoso e montar a Apuerj, o conflito das entidades teve tal repercussão e ali ele perdeu a reitoria, ele entrou na lista mas não foi ele o reitor nomeado, pois outro foi o escolhido; tem que ver essa luta, este lado da luta pelo poder foi uma variável importante (Entrevista realizada com Ricardo Santos em 02/04/2012)

O prof. Sgarbi não foi o escolhido para ser Reitor no período de 1980 a 1984, o indicado foi o prof. Nei Cidade Palmeira e o vice-reitor foi o fundador do Instituto de Biologia, Roberto Alcântara Gomes, aliado do professor Fernando Sgarbi e muito próximo de setores da Asduerj. Durante as eleições à reitoria (1984), o professor Roberto Alcântara terá como seu candidato à vice-reitoria o professor da Faculdade de Direito e ex-vice-presidente da Asduerj Fernando Magalhães Couto.

Com relação ao contexto autoritário na universidade, no período final da década de 1970, e o processo de formação das duas entidades representativas, o professor Lauria Martins da Faculdade de Ciências Médicas e fundador da associação de docente relata:

Era uma época dura. Eu fui o primeiro presidente eleito da Asduerj. A entidade não possuía uma sede, pois a UERJ não cedia uma sala, alegando que não reconhecia a Asduerj, porque havia outra associação, a Associação de professores da UERJ (Apuerj). Esta havia sido fundada por iniciativa da reitoria e de diretores de unidades, para impedir a criação de uma associação independente, que realmente lutasse pela democratização da universidade (LAURIA, 2010, p.6. Revista Advir Nº 24).

Sobre a assembleia de fundação da Asduerj, o prof. José Bruno chama a atenção para um aspecto social e político importante nesse processo, diz Bruno:

Número expressivo para uma reunião fora da universidade é um número expressivo. Levar 92 pessoas para ABI no centro da cidade. Então foi uma peleja, foi uma luta com um bom combate, um bom combate. Uma fundação que foi feita com muitas contraposições, com muita... Até encaramos algumas repressões que não chegaram assim a ser um exagero de demissão, isso não existiu (Entrevista com José Eustáquio Bruno, realizada em 20/03/2012)

Sobre os primórdios da Asduerj, o Prof. Ricardo Santos mostra, em sua entrevista, que havia uma possível proposta de ação que contava com o apoio do diretor do hospital e a simpatia de setores progressistas vinculados a fundação dessa entidade, aprofundei a reflexão e perguntei sobre a possibilidade de Jayme Landmann ser vice de Fernando Sgarbi, eis a resposta de Santos:

Não sei sobre a questão do Landmann ter sido cogitado como vice. Na construção da Asduerj não tínhamos uma visão do poder e governo na universidade nesta fase. Ouvíamos muita coisa. Sei que havia articulações e o IMS, Letras, e parte progressista do Centro Biomédico, inclusive Roberto Alcântara Gomes, estavam articulados de algum modo com o Sgarbi. Quando Antônio A. Quadra propôs a Associação prevista no Estatuto então da UERJ, a ABCD, argumentou que a proposta teria a aceitação pelo poder, ou seja, pelo Sgarbi e estava sendo intermediada pelo Roberto Alcântara Gomes, que sempre apoiou fielmente o Sgarbi, assim como parcela da esquerda incluindo parte do IMS. Nós não teríamos interferido neste processo. A interferência foi casual e não intencional. Pessoalmente já disse da minha simpatia por diversas destas pessoas que nos enganaram e montaram outra entidade. Acho que seria importante resgatar esta relação desta esquerda com Sgarbi indo diretamente ao Hésio, ao Reinaldo, etc... ; com o Instituto de Letras indo ao Ivo Barbieri também. Até porque o IMS e o I. de Letras foram fundamentais na criação e consolidação da ASDUERJ (Entrevista realizada com Ricardo Santos, em 02/04/2012)

O professor da farmacologia, do Instituto de Biologia, trabalhando a relação entre eles, os fundadores da Asduerj, o poder central (reitoria), o poder no Centro Biomédico e a relação como o jogo de poder, nos convoca a fazer sentir a importância da agência humana nesse processo. Vejam:

(...) pois escolhemos e trilhamos nosso próprio caminho. Não negamos o caminho formulado só pelo poder. Negamos também o caminho mais adocicado feito sabidamente por Roberto Alcântara Gomes e Landmann. O caminho deles não era o da nossa associação, mas foi o da proposta inicial - ridícula - da ABCD; depois pensaram que íamos quebrar a cara na fundação; articularam desde então a proposta de fusão das entidades criadas, a qual negamos em todos os sentidos. Embora com a articulação de parcela da esquerda, mas inclusive com a vitória da Asduerj sobre a Apuerj e sem cair no esquerdismo que depois subiria ao poder da entidade. Talvez por isto mesmo fomos capazes de conquistar tal vitória que, fundamentalmente fez a diferença nos rumos da Uerj desde então. Basta analisar os quadros do poder que se sucedeu, de Reitores a Diretores de Unidade e de Centro e verificar quem era sócio-fundador

da Asduerj e quem se tornara sócio e em que data. (Entrevista realizada com Ricardo Santos em 02/04/2012)

Assim, a UERJ vive uma interessante dualidade sindical que a leva por múltiplos jogos políticos. Logo após a fundação da Apuerj (03/05/79) e da Asduerj (07/05/1979) aparece uma proposta de junção das entidades, sobre que afirma Ricardo Santos,

Olha, eu acredito que o professor Ricardo Donato, foi o que ocorreu na ocasião que na assembleia de fundação da Asduerj, os nomes surgiram na hora, inclusive o meu, ninguém tinha carta na manga... Nós não tínhamos chapa. Os nomes surgiram na hora. E surgiu o comentário que... E isso foi confirmado que o professor Landmann teria sugerido a nossa diretoria o neurocirurgião, que agora está me escapando o nome dele.”

Entrevistador: Guilherme. Professor Guilherme.

Continuando: Guilherme Sampaio Ferraz. Guilherme Sampaio Ferraz e o Ricardo Donato. O Guilherme Sampaio Ferraz com perfil conservador, coluna social, e estava na chapa de esquerda. O professor Ricardo Donato com um perfil progressista etc e tal, muito ligado aos alunos, homenageado todos os anos pelos estudantes da Faculdade de Medicina, na chapa da direita. E depois surgiu a proposta de fusão apoiada por pessoas ligadas até a correntes progressistas. Na verdade, as pessoas não sabiam como equacionar o problema de ter duas entidades. A dúvida envolveu até mesmo pessoas do Centro Biomédico e da área de Ciências Sociais, (...) e etc e tal. E essa hipótese foi afastada totalmente e eu barrei ela. Pessoalmente eu cheguei e disse “Não, acabou, não tem como”. Foi minha resposta à pergunta de Guilherme Sampaio Ferraz sobre a possibilidade de fusão das duas entidades, segundo ele, esta era sua função na nossa Diretoria da ASDUERJ. A partir daí, em posição muito digna, ele disse que sua missão tinha fracassado e não mais fazia sentido ir as reuniões da Diretoria. Mas me colocaram na presidência da ASDUERJ e tive certa condição de dizer não. (Entrevista realizada com Ricardo Santos em 02/04/2012)

Ao dialogarmos com a entrevista realizada com o então primeiro vice-presidente da Apuerj, professor Ricardo Donato, tratando da temática também abordada com os professores Ricardo Santos e José Bruno, perguntei sobre a relação entre a fundação da entidade e a relação de poder como a reitoria e se havia sentido uma manipulação por parte do poder quando da movimentação associativa, e em especial do professor Sgarbi, ele disse:

Não, eu não tinha contato com Sgarbi Lima e nem tive posteriormente, então eu não. Eu sabia que o prof. Sgarbi, ele era próximo do prof. Piquet, dessa forma, mas em nenhum momento eu tive contato e nem senti pressionado nesse sentido, pelo menos comigo (...) (Entrevista realizada com Ricardo Donato, em 20/03/2012).

Prossegui com o raciocínio e perguntei novamente ao professor se ele não tinha sentido a formação da associação dos professores como braço político da reitoria dentro do movimento dos professores, ele manteve a seguinte resposta:

Para mim não. Para mim não foi desta forma. Aliás, acho que foi a minha percepção, montar isso não foi claro em nenhum momento não ficou claro em nenhum momento para mim e nem posteriormente. Ninguém me procurou para colocar alguma coisa neste sentido: apoio à reitoria. Quer dizer que o que, na realidade, para mim, naquele momento, se passava, era assim, a favor ou contra a reitoria, a favor ou contra a isso ou aquilo. Esse tipo de questão a gente não considerava correto de qualquer que fosse o lado ... de se fazer uns contra os outros. Eu acho que não era isso que orientava o movimento estudantil, o movimento docente, eu acho que não era essa disputa interna ... uma disputa nesse sentido. Eu entendi o movimento docente como alguma coisa preocupada com o papel da universidade com a sua, é nesse sentido. Então, a nossa situação era um pouco nesse sentido (...) (Entrevista realizada com Ricardo Donato, em 20/03/2012).

Indaguei sobre a construção das duas entidades num mesmo momento e na mesma universidade, na tentativa de levar o prof. Ricardo Donato a marcar ao menos uma diferença política entre as associações e provocar o aprofundamento da sua reflexão sobre este fato, a resposta me surpreendeu pelo conteúdo e originalidade, vejam a resposta do prof. Ricardo Donato:

Então, para mim não tinha claro que seria duas associações, seriam chapas concorrentes a uma associação que estaria sendo fundada, então eu não tinha essa clareza, não tinha essa percepção. Então no momento em que foi constituída a Apuerj, eu não estava presente por razões outras (Entrevista realizada com Ricardo Donato, em 20/03/2012).

Continuei o diálogo com o prof. Ricardo Donato, que apresentou a sua visão do período e da situação de dualidade no movimento docente:

na realidade eu não senti esse clima no momento em que as coisas estavam-se passando, se concretizando, digamos, não só que no fim da conta se formou uma entidade com uma chapa única e que havia um movimento para se constituir outra associação depois, posteriormente. Depois de isso passar... eu não estava. Eu achei muito complicado, muito complicado, muito incerto, não havia uma clareza, não havia uma, pelo menos por mim, pela minha parte, não havia uma percepção de que estaria construindo uma associação em contraposição outra associação, quer dizer, isso cria uma situação de conflito de perplexidade até de certa maneira. Você fica um pouco sem chão, sem entender exatamente aquele momento ali dentro. Foi muito confuso para mim. Foi muito difícil também. (Entrevista realizada com Ricardo Donato, em 20/ 03/2012).

É interessante assinalar a perspectiva do prof. Ricardo Donato que afirmava que, naquele momento, ele percebia como uma luta entre duas chapas diferentes concorrendo à diretoria de uma única associação representativa. Uma visão aproximada aparece no panfleto distribuído no dia 03 de maio de 1979, quinta-feira, em frente ao auditório 71, pelos professores do Instituto de Biologia, Edna Riquelme e Leonardo Moura. Nesse documento, eles repudiam o golpe dado pela convocação anti-democrática, sem debate e sem participação coletiva, para a fundação de uma “entidade biônica” e reafirmavam a necessidade de criação de uma autêntica associação, no dia 07 de maio de 1979, na ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e nesta assembleia, os docente poderiam escolher as chapas concorrentes, leiam o panfleto:

Formemos uma Apuerj com diretoria provisória tirada da própria Assembléia de 07 de maio (na ABI), com as lideranças presentes e representantes das diversas unidades da UERJ. As chapas surgirão, as diversas tendências de pensamento se manifestarão e nós, assim, poderemos pouco meses depois, escolher democraticamente aqueles que poderão expressar dignamente os interesses de um corpo docente. Até lá muitos de nós entraremos em sala de aula, sob o peso da vergonha de estarmos permitindo que sejamos manobrados por um grupo que, absolutamente não soube respeitar a dignidade de um corpo docente universitário (Panfleto - arquivo pessoal do prof. Ricardo Santos).

O panfleto acima começava e terminava fazendo a seguinte denúncia sobre a assembleia da Apuerj: “a vergonha do 03 de maio tem que ser afastada da história da vida docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro”. É interessante observar as contradições nos relatos sobre as entidades representativas dos docentes, a fala do prof.

Ricardo Donato causa um estranhamento ao não indicar que o processo democrático do movimento docente estava sendo tocado pelas mãos da comissão inicialmente formada por Antonio Carlos, Bruno, Ricardo Santos e Waldinez. Parece que haveria condições de perceber, no processo de formação das entidades docentes (Apuerj e Asduerj), as diferentes trajetórias políticas de ambas.

É preciso lembrar que nesse período os professores poderiam ser demitidos sem uma justificativa. Não havia ingresso por concurso público, as relações de trabalho eram regidas pela CLT, utilizavam a lógica do sistema privado, e existiam alguns casos de perseguição política. Ocorreram demissões de pessoas que apoiavam e participavam do movimento docente. De acordo com o prof. Lauria, “era um tempo que permitia que um professor ou qualquer servidor fosse demitido por uma simples iniciativa do seu chefe imediato” (LAURIA, 2010 p.6. Revista Advir 24).

Confirmando a questão tratada pelo o prof. Ronaldo Lauria, o prof. Ricardo Santos, indica a existência de um clima de perseguição na universidade:

Uma vez eu encontrei com o prof. Eugênio, que era professor de fisiopatologia, que todo mundo (...) minha cabeça valia prêmio entre a data da fundação da APUERJ à fundação da ASDUERJ até o período da greve. Correu boatos de minha demissão, de ameaças, de tudo mais. E muita gente disse: “Está arrasado, não tem a mínimas chances de isso dar certo”. Eu fui formado fora da universidade contrariando todo o esquema de poder, quer dizer, houve, mesmo no Centro Biomédico, uma expectativa que nós estávamos errados em termo da própria universidade,... houve boatos contra... (Entrevista com prof. Ricardo Santos , realizada em 02/04/2012)

Segundo o relato do prof. Lauria, ocorreram perseguições que atingiram setores dentro da universidade que atuavam politicamente, mas que não estavam na direção da entidade.

A demissão de um professor, sem uma razão aparente, levou a entidade a eclodir a um movimento contra a atitude arbitrária de um diretor de unidade e assumida pela administração central. O professor, temendo ser demitido de seu outro emprego, fora da Uerj, pediu-nos que deixássemos de protestar quanto ao fato de ser possível a ocorrência de fatos como esse. No entanto, outras demissões ocorreram e muito pouco pudemos fazer (LAURIA, 2010, p.7 . Revista Advir 24).

O depoimento do prof. José Bruno indica outro olhar sobre o clima de perseguição e a atuação dos movimentos sociais na universidade e me faz pensar sobre a força e as possibilidades do movimento docente, pois para o prof. Bruno,

os movimentos sociais acabam protegendo, entende? Até certo ponto, e acham que tem que dar conta respectivamente. Você que já foi de movimento social, você sabe. Se o sujeito não gozar minimamente de um apoio na base (...) Se a parada for ruim. Não gozar do apoio da sua base. Não vai a lugar nenhum. Então esse foi um segundo fator, ou seja, um fator intrínseco mesmo da universidade, ou seja, o movimento dentro do hospital, dentro da universidade já dava sustentação para você fazer as coisas e até então alguns atos de autoritarismo. É lógico que nesse ritmo aí ... eu já respondi vários inquéritos, entendeu? Comissão de ética, o cara abria contra mim, entendeu? Mas eu já me deparei com ocasião que tinha que me apresentar comissão de ética “Eu não vou lá não” (Entrevista com o prof. José Eustáquio Bruno, realizada em 20/03/2012).

No final de 1979, os professores da PUC e da UERJ decretaram greve por melhores salários. Na UERJ, havia uma experiência peculiar, devido à existência de duas associações docentes, a Asduerj e Apuerj. Essa situação do movimento associativo na universidade levou a um processo riquíssimo de diálogo entre as duas direções e a base social docente. A direção das duas associações participava simultaneamente das assembleias, o prof. Ricardo Santos, presidente da Asduerj sentava-se com o prof. Ivair Itagiba, presidente da Apuerj para conduzir as assembleias. Esse processo vivido na formação dessas entidades e a decretação da primeira grande greve do ensino superior privado foram assim retratados pelo prof. Ricardo Santos:

(...) o que acontece, havia em curso um movimento do terceiro grau, o qual também nós não estávamos alertas para isso, as coisas eram um pouco herméticas naquela época. (...) No decorrer do processo de criação das entidades nós começamos a participar do movimento do sindicato. Nesta ocasião já evoluía a greve do terceiro grau. (...) quando houve a convocação da assembleia da Apuerj. Eu fui para frente da Assembléia sindical e denunciei. Lá na assembleia do SINPRO... Depois de ter denunciado aqui, na UERJ, denunciei lá .... . Aliás, isso, corrigindo, isso não foi antes, isso foi após a fundação da Apuerj, ta? Então houve a fundação da Apuerj porque estava presente lá o Bruno, o Nelson Rodrigues Filho, então, o Nelson eu conhecia, o Bruno eu já conhecia na Asduerj, o Nelson eu conheci na fundação da ASDUERJ. Então todo o processo ali foi denunciado no sindicato dos professores, em seguida houve uma greve. Essa greve, veja bem, paralisou a universidade sem que fosse preciso fazer muita coisa. Nós saímos para fazer piquete e tudo mais, mas a universidade estava paralisada pelo próprio apelo da circunstancia dos salários e tudo o

mais. A greve mudou o curso daqueles boatos, daquela boataria, a nossa situação política saiu da água para o vinho, vamos dizer, nós mudamos a situação de estarmos muito por baixo,(...) Na perspectiva da Asduerj, que tinha a perspectiva de subir o morro, de repente nós estávamos descendo a ladeira em termos de facilidade do movimento. E com a questão sindical se criou uma situação em que havia duas associações dirigindo este movimento. Era um fato. Não podíamos negar a existência de duas associações. Com duas associações discutíamos como vai ser a assembleia dos professores? Nós tínhamos que convocar a assembleia, e passamos a convocar a assembleia em conjunto e a dirigir as assembleias em conjunto de comum acordo. Então ficava o Ivair na mesa e eu na mesa, e algumas coisas foram votadas na(...) (Entrevista com o prof. Ricardo Santos, realizada em 02/04/2012)

Uma questão que merece importância e destaque foi o debate sobre a participação do sindicato dos professores, o Sinpro/RJ na mesa das assembleias. Esse processo de debates e disputas em torno do sindicato fortaleceu a perspectiva de debate político de atuação na base da categoria e de dualidade de posições políticas e ideológicas entre as respectivas direções, observemos o relato de Ricardo Santos.

Por exemplo, a participação na mesa do sindicato dos professores, então o Ivair encaminhou contra a participação na mesa, do sindicato dos professores. A APUERJ foi contra e nós fomos a favor. Nós tivemos que colocar isso em votação. Ao colocar isso em votação, que foi uma vitória esmagadora (...). O sindicato veio a sentar na mesa como quem estava dirigindo, na realidade, aquela luta, (...) Nós começamos a perceber que havia um processo ali de esclarecimento, de conscientização a mais, que era a existência das duas entidades juntas com a visibilidade de sua atuação para os docentes. Quer dizer, que o pessoal, os docentes dali, eles podiam ver as duas associações com as suas propostas completamente distintas de imediato, como essa votação da presença do sindicato ou não. (...) (Entrevista com o prof. Ricardo Santos, realizada em 02/04/2012)

A atuação das entidades nas assembleias e nas lutas coletivas em torno do dissídio coletivo, naquele período histórico, é interessante porque reforça uma perspectiva política que mostra que a atuação diferenciada das duas entidades levou a uma maior experiência política da base docente, pois num curto espaço de tempo a base fez uma opção política por uma das associações, observemos a leitura de Bruno.

O que eu me lembro bem, e aí o Ricardo Santos vai concordar, é que a medida que a gente avançava, entendeu, como uma luta mais consequente da Asduerj, a outra foi paulatinamente esvaziando,

entendeu. Até sumir, entendeu? Foi uma coisa quase que natural. Pelo que eu me lembro, não foi necessário chegar até esse negócio, acaba esse negócio, entendeu? Então ela foi diminuindo, na medida em que a Asduerj era mais combativa, ou seja, tinha mais apoio dos professores, então ela foi-se acabando (Entrevista com o prof. José Eustáchio Bruno, em 02/04/2012).

Ao mencionar as assembleias, a greve e as lutas sociais desenvolvidas naquele momento, perguntei ao prof. Ricardo Donato se ele se lembrava desse processo. Ele respondeu:

Não lembro exatamente. Você falando, eu vou aqui pegando alguns pontos, mas não tenho uma lembrança mais presente. Não, não tenho. Não teria muito que falar sobre, realmente me falha no ponto de vista de memória (Entrevista realizada com o prof. Ricardo Donato em 20/03/2012).

Continuando a desenvolver a temática das assembleias, ele reafirmou:

Eu não tenho essa reunião, eu sei que houve reuniões conjuntas no hospital, mas realmente eu não tenho como confirmar e falar: foi assim ou foi assado. Eu não tenho como, eu não me lembro exatamente (Entrevista realizada com o prof. Ricardo Donato em 20/03/2012).

A greve durou cerca de um mês e “a luta concreta, que paralisou toda a UERJ e outras universidades mostrou quem defendia os docentes e quem vinha para dissuadi-los das lutas específicas e gerais da época” (SANTOS, 2010, p.9. Revista Advir 24).

Esse processo de disputa sindical em torno da greve e a dualidade de direção política, segundo Santos, “fortaleceu a Asduerj e caracterizou a Apuerj como linha auxiliar da reitoria, condenando-a à extinção no nascedouro” (SANTOS, 2010, p.9 Revista Advir 24).

Os primeiros meses de 1979 foram marcados pela fundação da Asduerj e pelas ações políticas durante a grande greve da categoria no ensino superior, politicamente demarcando os dois lados dos campos políticos das entidades. Em novembro do mesmo ano, foram realizadas eleições diretas para nova diretoria da Asduerj, mas, logo em seguida, a entidade passa por um processo de inatividade, um

dos motivos que podem ajudar a explicar esse processo é a situação de saúde do primeiro presidente eleito.

Em dezembro de 1980, fui obrigado a afastar-me da universidade por um ano e cinco meses, por motivo de doença, o que levou a Asduerj quase à extinção. No entanto, graças ao trabalho do prof. Ricardo Santos, que retornou ao Rio, após afastamento para a realização de curso de pós-graduação, foi realizada a eleição da nova diretoria, que, apesar totalmente de fora de prazo, possibilitou o ressurgimento da nossa entidade (LAURIA, 2010 p.7. Revista Advir 24).

Segundo o relato do professor Ricardo Santos,

diante do quadro de inatividade da Asduerj e com o relato da extinção da Apuerj, por um dos integrantes da sua diretoria, em posição muito digna, a condição exigia ação. Espalhamos cartazes por toda a UERJ com a simples frase “A Asduerj vive, viva a Asduerj”. Foi o sinal suficiente para reaglutinar. Então, constituímos uma comissão de reativação, pois juridicamente a Asduerj estava viva, mas tinha que ser ressuscitada na prática. (SANTOS, 2010, p. 44. Revista Advir 24).

Sobre o processo de extinção da Apuerj perguntamos ao seu ex-vice-presidente e o responsável pela sua extinção os motivos que o levaram a decretar juridicamente o fim da entidade, explicação interessante porque reinsere esse ator social num contexto político, de acordo com o caminhar do movimento, diferente de suas posições e opções durante a fundação das duas entidades e mais de acordo com o seu passado de ex-dirigente do centro acadêmico de medicina, o prof. Ricardo Donato se posicionou do seguinte modo:

Porque, com o passar do tempo, ficava claro que a existência de duas associações não era? E que a liderança do movimento docente estava constituída em torno da Asduerj, então não tinha mais porque manter duas associações e manter a Apuerj. Não tinha essa razão para estar apoiando uma divisão interna, para estar trabalhando, é o contrário. (Entrevista realizada com o prof. Ricardo Donato, em 20/ 03/2012)

As lutas sociais e políticas contra as precárias relações de trabalho e contra o autoritarismo vão transformar esses “homens-massa” em sujeitos sociais do seu próprio processo histórico. A experiência coletiva desenvolvida no processo de lutas durante a greve docente possibilitou a construção de uma identidade social própria. Se antes era

um conjunto de “meros” professores isolados em suas respectivas unidades, agora cria-se uma perspectiva social para vir a ser uma categoria capaz de se auto-construir docente (professor-pesquisador) e de criar efetivamente uma universidade.

Esse processo ganha fôlego em 1983, com a posse de uma nova diretoria da Asduerj, eleita no final do ano anterior, que passa a desenvolver uma série de lutas no interior da universidade, com o intuito de construir a docência como uma categoria. Como nos indica o prof. Ricardo Santos:

Foi um período de grandes mudanças, que contribuíram sobremaneira para todo o processo de reestruturação que teria sequência na UERJ e onde a Asduerj consolidou-se enquanto entidade, ajudou a fundar outras entidades, como a Asuerj, e conduziu diversas e importantes lutas: a salarial, a do primeiro atrasadão, o plano de carreira docente (encaminhado junto com a estrutura acadêmica dos departamentos aos conselhos superiores), com mudança substancial na carga horária da maioria dos professores da Uerj. Ocorreu o primeiro congresso interno da UERJ e nesse período passei a presidência ao professor Luiz Fernando, que representou a Asduerj enquanto eu escrevia minha tese de doutorado em São Paulo (SANTOS, 2010, p.11. Revista Advir n 24).

Dialogando com o pensamento do prof. Ricardo Santos, trazemos a voz do prof. José Eustáquio Bruno, que em seu depoimento nos diz:

Foi também uma entidade que teve lutas importantíssimas sob o ponto de vista acadêmico, com grandes participações nos avanços acadêmico-científicos da universidade. Quando começamos a gestão, os professores da UERJ tinham um dos piores salários do Brasil e nós conseguimos, com muita luta, através daquilo que à época se chamava Plano de Carga Horária proporcionalidade de salário (BRUNO, 2010, p.14. Revista Advir 24).

As reflexões dos professores Ricardo Santos e José Bruno, marcam a riqueza das ações políticas que foram fundamentais para a consolidação das condições gerais de criação de um regime de trabalho docente que possibilitou o rompimento com a lógica das múltiplas horas e o estabelecimento dos regimes de 20 h e 40 h abrindo caminho para implantação de um projeto de universidade. Durante a gestão de refundação da entidade docente (Asduerj), em 1982, o professor Ricardo Santos nos revela:

“UERJ e ASDUERJ. E aí eu queria esclarecer alguns aspectos desse trabalho. Eu tomei como base dados levantados por Roberto Alcântara

Gomes e na sub-reitoria também por Ítalo Suassuna. Como é que foi essa abordagem? Eu pedi... eu voltava do meu doutorado em São Paulo, com a parte experimental pronta, procurei o Roberto e disse que eu ia voltar ao movimento docente e que eu queria dados. Então, eu sabia que ele era uma fonte importante. E ele foi essa fonte importante. E fui analisando questões com um ponto de vista meu, além de tabular os dados brutos que tive acesso. Ponto de vista marxista, qual a estrutura do poder da UERJ e eu queria saber como estavam as condições de trabalho. E nas condições de trabalho casualmente ele estava fazendo esse levantamento. Ai que eu digo que a gente se aproximava de Landeman, Ítalo e Roberto Alcântara. A visão de 40 horas e a visão de dedicação exclusiva. Que era a visão original de onde nós vínhamos, a UFRJ. Por isso que o setor de Biologia naquela época surgiu aqui como progressista. Por quê? Porque nosso meio é um meio de 40 horas e dedicação integral. (Entrevista realizada com o prof. Ricardo Santos, em 02/04/2012)

Ouvindo atentamente o nosso entrevistado, tentei manter o foco na contradição entre o Centro Biomédico e o campus, entre a “nova” e a “Velha” UERJ, nosso entrevistado continuou seu relato:

um meio de pesquisa, exatamente, então isso era revolucionário na época, quer seja um cara da Escola Superior de Guerra e quer seja uma pessoa da esquerda, da Medicina Social, da Biologia, de onde quiser. Essa é a grande questão, a contradição que surgia entre Centro Biomédico e o restante da UERJ era essa. Era o Centro que vinha implantar 40 horas, já tinha, o Roberto já era 40 horas, eu passei a 40 horas antes de fazer meu doutorado. Porque já havia uma política de 40 horas. Veja bem, paradoxalmente, eram os (trecho não identificado 50.14) que estavam implantando isso, então nós não tínhamos nem esse motivo para... Era ele, foi ele que, de certo modo, de comum acordo com o Landeman e Ítalo do hospital, que compuseram a questão de chamar, e de dar um espaço maior para o Roberto. O Roberto não aderiu ao regime de 40 horas sem um projeto e o comum acordo dessas pessoas. Antes deste provável acordo, Roberto não estava aqui em 40 horas. Ele largou posições importantes na UFRJ, ele era pessoa importante no Instituto de Biofísica da UFRJ, ele tinha uma carreira lá, podia ter se tornado reitor da UFRJ como foi o Caldas, parceiro dele. Caldas era um grau a mais que ele na ocasião por idade, também era da Escola Superior de Guerra, e, no entanto, ele resolve vir para cá. Quer dizer, eu acho que isso foi um passo importante pra universidade que tem que ser resgatado, independente de eu não aprovar certas posições políticas dele. (Entrevista realizada com o prof. Ricardo Santos, em 02/04/2012)

A fala de Ricardo Santos destaca o encontro de posições “revolucionárias”, como a de Roberto Alcântara Gomes, Ítalo Suassuna, Jayme Landmann e Américo

Piquet Carneiro e os seus amigos comunistas do movimento docente, essencialmente professores do Centro Biomédico. Essa “frente única” não formal entre eles em defesa da pesquisa e do regime de trabalho docente “decente” mostra claramente o quanto o germe da contradição, do novo, estava dentro da velha universidade. Para ilustrar essa questão é interessante pensar que o trabalho produzido individualmente pelo prof. Ricardo Santos contou com a abertura de autoridades da época, inclusive o vice-reitor Roberto Alcântara Gomes, aquele que veio do Instituto de Biofísica da UFRJ para a UERJ, “criar o Instituto de Biologia, e ele veio trazendo pessoas, e por acaso ele trouxe alguns comunistas juntos” (Entrevista com Ricardo Santos, realizada em 02/04/2012).

Essa relação dos militantes do movimento docente com as autoridades do Centro Biomédico pode significar uma relação mais profunda, demonstra como a Asduerj tinha independência, a este respeito nos revela José Eustáchio Bruno: “Ela era independente da reitoria, completamente, entendeu? Não havia nenhum alinhamento da Asduerj com a reitoria” (Entrevista realizada em 20/03/2012). Continua Bruno, mais à frente na entrevista: “mas a Asduerj não, a Asduerj era uma entidade independente (...) Veja bem, eu estou falando da minha gestão, até a minha eu tenho certeza”.

Sabemos que, historicamente, a luta por condições salariais justas sempre foi um eixo fundamental da vida política das entidades sindicais e não poderia ser diferente com a associação docente, nesse sentido as lutas pela melhoria das condições salariais e das condições de trabalho na universidade, nos primeiros anos da associação é tratada na reflexão de Bruno:

(...) mas seria porque a gente não poderia dizer que uma entidade como a associação de docente não vai ter como preocupação fundamental o salário do professor. É lógico e evidente que a Asduerj tinha e sempre vai ter seu lado sindical, de defesa corporativa, corporativa no sentido largo. Ou seja, certeza da corporação, ou seja, certeza que todos os associados, e quem são os associados? Defesa de todos os professores da UERJ. Que você querer negar isso a qualquer associação é “Eu estou aqui por eu estou lutando pela academia”. Não. Está lutando pelo conjunto dos professores e pela UERJ (Entrevista realizada com o prof. José Eustáchio Bruno, em 20/03/2012)

É importante frisarmos a relação entre a luta sindical e a universidade. Nesse sentido, afirma Bruno:

Então o que eu queria dizer é o seguinte, não houve, ou se houve depois... nunca houve na Asduerj uma preocupação eminentemente sindical e corporativa. Não. Ela sempre foi uma entidade, e isso aí de

hipótese lógica, né? Ela sempre foi entidade de primor, pela defesa dos professores da UERJ, não só dos professores como dos outros, evidentemente também, como as outras fizeram também. Mas também, na luta pela universidade. Eu acho que isso tem que ficar bem claro na trajetória da ASDUERJ, entendeu? Ela sempre lutou tanto pelo professor quanto pela universidade. E aí, por exemplo, o papel dela... Então você vê que todas as lutas aí, por exemplo, a questão... Eu não considero, por exemplo, assim como ninguém considera, a luta pela democracia uma questão sindical, né? Você pega, por exemplo, o papel da Asduerj nas eleições diretas para reitor aqui dentro (Entrevista realizada com José Eustachio Bruno, em 20/03/2012)

Pelo depoimento de alguns professores, percebemos que não havia um centralismo ideológico e uma imposição ideológica única, percebemos uma intenção de constituir uma categoria. As primeiras direções da Asduerj tinham tanto a preocupação salarial, trabalhista quanto a questão acadêmica.

Dirigimos a Asduerj no período 1985 e 1987. Quando falamos dirigimos não é por plural de modéstia, mas sim porque tivemos uma gestão de cuja administração todos os diretores participavam ativamente com ideias e atos. Talvez isso explique o sucesso que tivemos tanto no campo econômico quanto no campo acadêmico (BRUNO, 2010, p.14. Revista Advir 24).

Ainda dialogando com Bruno: “tínhamos uma direção colegiada de pessoas muito sérias, de amplo espectro ideológico. Nunca houve atestado ideológico para participar de nossa diretoria e creio que de nenhuma outra diretoria da Asduerj” (Bruno, 2010, p.16. Revista Advir 24). Havia uma composição das diretorias de caráter plural, como relata Bruno:

Mas, no meu caso, por exemplo, tinha o Pedro Dias, você conhece, Paulo Sergio Sgarbi, Flores, que era da Biologia, Conceição, não tinha nada a ver com PT, nada a ver com partido, nada disso. Eram pessoas completamente díspares da... de visão do mundo mesmo, de visão do mundo. Se eu chegasse para essas pessoas que, por exemplo, pegavam assim e falasse “Não, eu sou comunista” “Oh não tenho nada a ver com você não, eu gosto de você, mas...” entendeu? E sabia que eu era. Todo mundo sabia que eu tinha formação marxista, eu sabia também que por muito meus era até conservadores (...) tem a questão voltada, digamos assim, para questão da pesquisa na universidade (...) (Entrevista realizada com José Eustachio Bruno em 20/03/2012)

Interessante como o professor Bruno pensava a ampla composição da sua diretoria, tanto pela formação política de alguns diretores com experiência na militância organizada de esquerda assim como outros diretores com uma militância mais voltada para a questão acadêmica, tão importante numa universidade marcada pela carência em pesquisa e pós-graduação. Continuou Bruno, durante a entrevista, marcando esse aspecto:

Porque o conjunto dos diretores. O todo... tinha na cabeça muito maiores preocupações sindicais, entendeu? Pega, por exemplo, Paulo Sergio Sgarbi, Ricardo, pega... o João Pedro, era uma cara mais político, mas pega a Conceição, pega Flores, quem mais estava nessa diretoria? Todas essas pessoas com perfil acadêmico (Entrevista realizada com o prof. José Eustáchio Bruno, em 20/03/2012)

Afinal, a luta por salário está intimamente relacionada à luta acadêmica e assim podemos concordar com afirmação de Bruno: “que, na verdade, a luta pelo salário também era uma preocupação acadêmica. Você ter que garantir tempo para poder fazer pesquisa, extensão” (Entrevista realizada com José Eustáchio Bruno, em 20/03/2012)

A unidade e organicidade entre os dirigentes docentes estava diretamente vinculada à defesa da dignidade categoria, e à democracia interna, esses dois elementos eram entendidos como fundamentais para a transformação da Uerj em uma universidade autônoma e democrática, em que a associação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, fizessem parte constitutiva dessa nova UERJ. O prof. Bruno nos diz:

Tenho muito orgulho de fato: durante nossa gestão produzimos a primeira mostra de produção científica da UERJ, que foi promovida pela Asduerj. A mostra demonstrou o quanto a Asduerj estava inserida e preocupada com o avanço acadêmico dentro da UERJ, afinal suas preocupações não eram apenas salariais ou de interesses da categoria, mas também com relação ao destino da universidade (BRUNO, 2010, p.16. Revista Advir n.24).

A realização da Primeira Mostra Acadêmica feita pela Asduerj é bastante significativa para o conjunto de professores, no sentido de marcar a preocupação com a ampla divulgação das pesquisas dos docentes da universidade, pode ser também considerada um marco na luta em defesa das condições necessárias do fazer-se docente no campo acadêmico, que pressupõe condições estruturais para realizar pesquisa. Esse evento também demonstrava que a UERJ não estava apenas associada ao ensino, ele apresentava a produção da universidade à sociedade e ao poder público, reflete Bruno:

A questão acadêmica da UERJ, na minha gestão, entendeu? Um impulso mais, digamos, mais explícito aí não sabíamos como fazer isso, a mostra, da qual eu me orgulho muito, que foi praticamente a primeira, como a universidade e a instituição não se mostrava para a sociedade, entende? O que ela fazia, o que os seus professores faziam, o que os funcionários faziam, o que os estudantes faziam, naquela época e até hoje ainda existe muitas críticas à universidade enquanto um cardume, uma coisa sabe? Um prédio de elefante branco que não se relaciona muito com a sociedade (...) você pega o Hospital de Clínicas e você faz contato com a comunidade externa em todo minuto, não é? A todo minuto você está atendendo paciente e você está servindo a sociedade. Então isso, para mim, já é uma justificção, mas não quero dizer que a universidade não se relaciona com a sociedade, entende? Ela tem uma, até por forças, digamos assim, de laços de sobrevivência dela mesma, ela tem que fazer essa relação, não é? (...) e aí nós fizemos essa mostra, Primeira Mostra de Trabalho Científico da UERJ, e tem lá bastantes páginas, entendeu? De várias bancas do que, naquela época, era produzido na Biologia, na Engenharia (...) foi um momento importante na vida da universidade, que as pessoas construíram nisso, mas que mostrou a inserção da universidade e a sua preocupação com a vida acadêmica (Entrevista realizada com o prof. José Eustáquio Bruno em 01/05/2012).

A direção da entidade representava o encontro transformador da luta salarial com a luta acadêmica, foi o encontro das lutas acadêmicas e salariais que aglutinou a frente única que transformou a Asduerj no pólo catalisador dos primeiros anos de transformação da universidade, nessa linha de raciocínio me chamou a atenção a presença do ex-vice-reitor Roberto Alcântara Gomes e da atual Sub-Reitora de graduação Lená Medeiros de Menezes na primeira mostra acadêmica. Abordei este assunto durante a entrevista: “professor, voltando à questão da mostra acadêmica, me chamou atenção fazendo algumas leituras, que alguns professores coordenaram o trabalho por um tempo”. Assim Bruno respondeu:

Porque na verdade as pessoas tinham aí, nessa questão, digamos assim, é uma palavra, que não gosto muito o perfil acadêmico dessas pessoas. Os diversos componentes da entidade, da diretoria daquela época (...) nós vamos chamar pessoas que tem condições, entendeu? De contribuir mais para esse evento, não digo que eram os mais interessados nisso. O prof. Roberto Alcântara embora não fosse da diretoria política, era da acadêmica e respeitava. A prof. Lená idem, apesar de que até Lená tinha uma militância maior e respeitava a mesma visão política, entendeu? Eu respeitava o Roberto, mas eu respeitava muito mais o Roberto academicamente, é lógico que o Roberto era uma pessoa respeitada academicamente que ele chamava as pessoas para ordenar isso. (...) Porque naquela época não tinha

nenhuma, como se diz, situação acadêmica, embora isso não se torna também algo determinante, é óbvio que as pessoas que não têm situação acadêmicas são incapazes. Mas é lógico evidente que isso aí, você... as pessoas tendo articulação, entendeu? se tornam, digamos assim, mais, fácil você alcançar pessoas. Não pelo título, não pela posição, mas pelo que se significava em peso no setor acadêmico e, no caso da prof. Lená também no campo político, que era uma pessoa sabidamente, entendeu? Progressista. Mas a escolha dela não foi feita por isso não, foi feita lá pelo diretor acadêmico dela, pela capacidade que ela tinha e tem, entendeu? E o prof. Roberto Alcântara também tinha. Não era o fato de eles fazerem uma mostra representativa academicamente falando, cientificamente falando, entendeu? E academicamente falando, ou seja, em outras áreas de conhecimento, né? Em todas áreas de conhecimento, ciências humanas, ciências sociais, ciências biológicas, ciências tecnológicas. Bom, eram as pessoas que tinham capacidade para fazer essa organização, né? E fizeram muito bem. Se você pegar a mostra do trabalho científico você vai ver que a apresentação dos trabalhos são feitos assim com a metodologia acadêmica quando a UERJ estava engatinhando, estava engatinhando muito em relação a isso. A UERJ era uma universidade voltada muito mais pro ensino, era uma universidade de ponta com relação ao ensino, mas tinha uma certa deficiência, dentro da pesquisa, coisa que agora foi superada (Entrevista realizada com o prof. José Eustáquio Bruno, em 01/05/2012).

A entidade docente, do ponto de vista da sua base social, transformou-se em um sindicato de ofício. De acordo com os depoimentos, havia a ausência de uma perspectiva ideológica unitária por parte da direção, percebia-se uma categoria em construção. Em seus estudos sobre a cultura popular tradicional, E.P.Thompson afirma a necessidade “de ir além da visão de que os trabalhadores, nessa época, estavam confinados às lealdades fraternais e à consciência vertical dos ofícios específicos, de que isso inibia solidariedades mais amplas e a consciência de classe horizontal” (THOMPSON, 1998, p.45).

A questão democrática, amplamente colocada na sociedade brasileira e na universidade, não foi objeto de aprofundamento teórico e ideológico pelo movimento docente, esse expressou um anseio por democracia, de acordo com a luta mais geral da sociedade brasileira. No interior da universidade, a luta democrática significava lutar por eleições livres e diretas para a reitoria, centros, unidades e órgãos colegiados, mas não observamos entre os depoentes, posições políticas que tipificassem a democracia no espaço UERJ, como por exemplo, o peso de cada categoria (professores, funcionários e estudantes) no processo eleitoral.

Uma das grandes lutas desse período foi a das eleições diretas para a reitor. Levantamos essa bandeira, discutida no primeiro encontro de associações docentes, que viria depois a constituir o sindicato nacional dos docentes de Ensino Superior (Andes-sn). O então deputado estadual Luiz Alfredo Salomão elaborou projeto de lei, considerado inconstitucional pelo STF às vésperas de realização das eleições – a primeira experiência no país. Realizamos assembleias com mais de duas mil pessoas indignadas com a decisão do STF. Fomos para as ruas protestar e decidimos transformar a eleição em consulta. Nessa consulta foram eleitos Hésio Cordeiro e Ivo Barbieri (ambos sócio fundadores da Asduerj) com ampla vantagem sobre o segundo colocado (SANTOS, 2010, p.11. Revista Advir 24).

Ainda sobre o processo eleitoral na universidade, o prof. Ricardo Santos apontava os elementos que compunham o contexto que possibilitou a priori a realização do primeiro processo eleitoral (1984) em uma universidade pública brasileira:

o processo da consulta veio no bojo do processo da eleição direta. Foi feito um projeto de lei e esse projeto de lei encontrou todas as circunstâncias ideais, quer dizer, o governador Brizola... O governo favorável, condições da universidade favoráveis, as associações, os movimentos de massa: DCE, UNE, tudo no processo de redemocratização, a associação docente se reorganizando e estava tudo pronto quando de repente houve a cassação do processo pelo STF. E a eleição foi transformada em consulta. Foi decidido numa assembleia realizada aqui na concha que reuniu quase quatro mil pessoas em um dia (Entrevista realizada com o prof. Ricardo Santos, em 02/04/2012)

A suspensão legal do processo de consulta à reitoria não impediu a realização da mesma, ancorado na ideia de legitimidade e com amplo apoio da comunidade universitária, os movimentos sociais realizam a consulta democrática na universidade. Sobre esse processo, Bruno afirma: “Aí houve a consulta. Uma consulta que quando foi proibida a eleição, nós resolvemos fazer uma consulta. E aí o que acontece, o Hésio foi eleito” (Entrevista realizada com o prof. José Eustáquio Bruno em 20/03/2012)

No início da década de 1980, com a instalação do processo eleitoral na UERJ desenvolvido durante a gestão do governador Brizola, o professor do Instituto de Biologia e então presidente da Asduerj afirma que:

O governador Brizola escolheu seu nome de confiança e não um dos eleitos. Rasgamos a sua carta-compromisso assumida durante a

campanha e houve novo protesto e mobilização. Ivo Barbieri foi nomeado vice-reitor de Charley Fayal. Posteriormente, com a constituinte de 1988, a eleição direta para reitor se tornou legal. Os dois primeiros reitores da UERJ eleitos pelo voto direto foram respectivamente Hésio Cordeiro e Ivo Barbieri. Tive a oportunidade de participar deste rico e proficiente processo histórico (SANTOS, 2010, p.11. Revista Advir 24)

Brizola indicou o professor da Faculdade de Odontologia Charley Fayal, quarto colocado na consulta e pai do deputado estadual Carlos Fayal, do PDT e não o candidato que foi o mais votado na consulta feita à comunidade acadêmica. Esse ato autoritário, foi o sinal necessário para a luta da comunidade e dos diversos segmentos da sociedade fluminense e brasileira pela democratização da universidade, como nos indica Bruno:

Fomos muita vezes no Palácio Guanabara cobrar do Brizola a nomeação do Hésio Cordeiro como reitor da universidade. E devo dizer para você que no meu caso, por exemplo, principalmente da cobrança, e aí a própria entidade cobrou, a entidade nesse sentido ela cobrou, ela atuou, digamos assim, ostensivamente, no sentido que a UERJ fosse... Ela respeitava a opinião em primeiro do que era colocada como soberana a comunidade da UERJ (Entrevista realizada com o prof. José Eustáchio Bruno, em 01/05/2012)

O processo democrático tinha sido abalado contraditoriamente por um governador que se considerava progressista e que impôs um nome de sua confiança. Bruno relata o questionamento feito a Brizola, quando este se candidatou a presidência da república, em 1989,

Aí ele como candidato foi lá no Nordeste e a cambada disse : “Olha só, o senhor não é democrata, no entanto, lá no Rio de Janeiro o senhor, na universidade estadual, você nomeou o menos votado, como é que você explica isso?” E ele não respondeu nada. Para mim perdeu 50% dos votos naquilo (Entrevista realizada com o prof. José Eustáchio Bruno, em 20/03/2012).

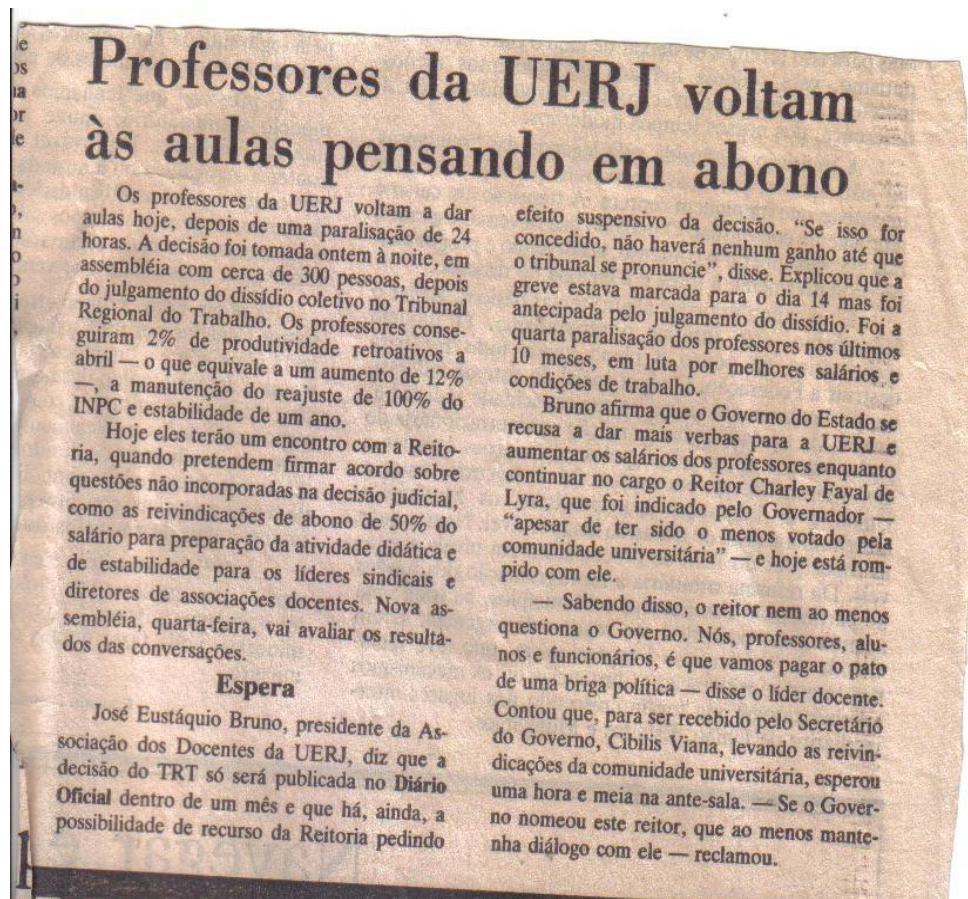
Todo o processo de luta e mobilização pela indicação dos professores Hésio Cordeiro e Ivo Barbieri com a presença constante de manifestantes na porta do Palácio Guanabara e com exposição na mídia da intervenção autoritária do governador na democracia interna da UERJ levou a uma solução inusitada e diferente pelo então Governador Brizola, como diz Bruno:

Olha como você sabe cara, você já deve saber isso, a questão da reitoria e da vice-reitoria elas são sacramentadas igualmente

diferentes, ou seja, o Conselho Universitário se reúne, faz a eleição do reitor em janeiro, naquela época era assim, depois, 3 meses depois que é feito pro vice-reitor. Há uma preparação cronológica de sincronia nesse negócio, são coisas assim, que se dão em tempo diferente. (...) O que eu acho em primeiro foi uma atitude rápida, muito sensata e inteligente do movimento e também de jogar força na nomeação do Ivo como vice-reitor.(...) Depois que a maioria do movimento acabou apoiando, no entanto ganhou a eleição. E o Ivo era seu vice. Então, pela lógica, digamos assim, pela lógica formal, o vice do Fayal que deveria ser nomeado no Conselho Universitário. Mas não foi. E aí eu estava dizendo, quer dizer, primeiro houve uma certa afinidade no movimento em manter acesa essa chama de querer, já que não perdemos os anéis, vamos perder os dedos também, vamos tentar ver se conseguimos pelo menos o Ivo. E eu acho que houve, isso é uma observação minha, lembro de um traço do Brizola. (...) Então o que ele fez, para querer compensar, é uma avaliação minha, para querer, digamos assim, colocar um cala boca do movimento e até da sociedade, senão seria muita pretensão minha, ele resolveu acatar o Conselho Universitário na sua decisão, porque o Conselho Universitário, já falei, o tinha constrangido (Entrevista realizada com o prof. José Eustáquio Bruno, em 20/03/2012)

O ser docente e a construção do docente como categoria são fruto do mesmo processo histórico. O movimento docente (re)construiu a universidade, num processo de luta e mobilização que rompeu com a lógica do “escolão” de nível superior, de um ensino “sem pesquisa”, com uma estrutura de poder centralizada. A luta por salários justos e um plano de carreira, associada à luta por democracia, inserem-se na perspectiva de dignificação da categoria professor. Nesse processo, o professor tornar-se professor-pesquisador e também professor-pesquisador-cidadão.

Durante a gestão do reitor indicado pelo governador Leonel Brizola um conjunto de lutas foi desenvolvido em torno da bandeira histórica dos melhores salários como podemos observar nas leituras dos jornais de época abaixo:



(Jornal do Brasil 11/10/1985 – Acervo pessoal do prof. José Eustáquio Bruno)

A leitura da matéria do JB acima nos indica como se efetivou a luta política travada pelos docentes durante dez meses em 1985, em prol da garantia do justo aumento salarial anual e pela denuncia do rompimento da democracia na universidade, apresentada por José Bruno, então presidente da entidade docente. Esse processo de luta da categoria mostrava as relações entre a universidade e o governador da época.

Na matéria abaixo, publicada pelo o jornal dos Sports (7/5/1986), percebe-se a luta por verbas e os baixos salários dos professores da UERJ que beiravam um patamar de igualdade aos colegas de 1º e 2º graus. Era um momento riquíssimo de luta na universidade e que os atores desenvolviam a campanha de “salvação da UERJ”.

deste ano.

Rio de Janeiro.

## UERJ em crise mobiliza comunidade acadêmica

"Salvar a UERJ" — esta é a palavra de ordem de professores, alunos e funcionários da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, diante do quadro caótico em que se encontra o campus, onde alguns cursos estão parados por falta das mínimas condições de funcionamento.

Amanhã, quinta-feira, às 18 horas, no teatro coberto do campus, a comunidade acadêmica promoverá uma grande reunião para debater a situação e encontrar formas de encaminhamento de soluções. Na ocasião será discutido um plano de emergência para garantir o funcionamento da universidade.

De acordo com as lideranças docentes, estudantes e de funcionários, a UERJ vive, no momento, duas grandes crises: a crise financeira, originada pela falta de repasses das verbas oficiais, e a crise administrativa, "gerada pela incompetência do reitor, "professor Charley Fayal, conforme palavras de José Bruno, presidente da Associação dos Docentes da UERJ.

Em alguns cursos, a situação no campus é de caos total. Um bom exemplo para retratar isso é o Instituto de Biologia, por onde passam todos os alunos do ciclo básico da área biomédica e que está fechado há algum tempo pois falta tudo, desde reagentes, manutenção de microscópio, até vidrarias para as demonstrações. "Chegamos a um ponto insuportável por absoluta falta de condições" — desabafa José Bruno ao comentar que, diante do atual quadro caótico, toda a comunidade está unida com um só propósito: salvar a UERJ.

O presidente da Associação dos Docentes conta que "uma verba de dois milhões e meio de cruzados teria sido liberada mas, efetivamente, isso não resolve, pois as necessidades para um funcionamento dentro do mínimo aceitável apontam um repasse de quarenta milhões de cruza-

Os dirigentes estudantis e dos professores lembram a visita que o Vice-Governador Darci Ribeiro fez à UERJ, logo no início de sua administração, quando prometeu que recolocaria a instituição no seu verdadeiro patamar de prestígio, onde a qualidade do ensino e a pesquisa seriam as duas metas prioritárias. Darci Ribeiro nunca mais voltou ao campus e, o que é pior: de acordo com o relato das lideranças acadêmicas, o governo adotou uma política de minimizar as verbas para a UERJ "e os resultados estão aí — cursos fechados, prédios deteriorados, professores mal pagos e alunos insuficientemente formados".

Por tudo isso, e ainda pela falta de condições de trabalho, onde os salários do pessoal docente estão perto daqueles que são pagos aos seus colegas dos 1º e 2º graus, muitos professores estão deixando a UERJ e se transferindo para outras escolas ou para empresas particulares.

Ao relatar o aviltamento salarial a que a classe do magistério da UERJ está submetida, a professora Maria da Conceição Barbosa Lima, também da diretoria da Associação dos Docentes, mostra seu contracheque: vencimentos básicos de Cz\$ 2.423,90, para dez horas semanais.

Para mostrar o empenho de toda a comunidade acadêmica pela recuperação da UERJ, o pessoal docente está deixando de lado, por uns momentos, a sua campanha salarial e todos estão preocupados no projeto de "salvação da UERJ". Circula, no campus, um documento com pontos de discussão e propostas de sugestões para vencer a crise na instituição, onde a questão básica é a necessidade de revisão da estrutura do poder (escolha do reitor pela comunidade, acompanhamento da utilização dos recursos) e uma maior atenção por parte do governo para as carências do campus, especialmente no tocante às verbas.

(Jornal dos Sports 7/05/1986 – Acervo pessoal do prof. José Eustáquio Bruno)

A luta pelas condições básicas de funcionamento da universidade desencadeou um movimento coletivo de professores, servidores e estudantes que foi

denominado de S.O.S. UERJ, que reivindicava mais verbas para a universidade e autonomia universitária. Entre os atos dessa campanha podemos observar, abaixo, a ocupação da reitoria.

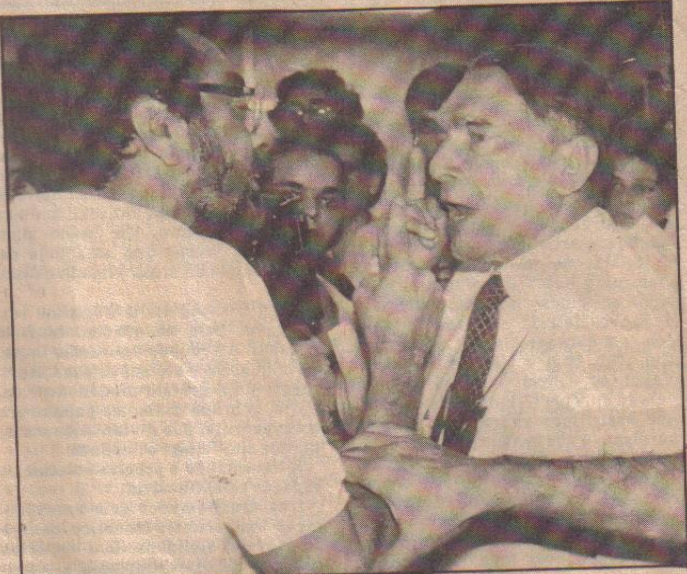
**UERJ**

## Desorganização faz estudantes e professores ocuparem a Reitoria

Em protesto contra a falta de verbas e de condições para aulas práticas nos cursos biomédicos, em que 1.200 alunos — há dois meses sem aula — estão ameaçados de perder o semestre, mais de cem estudantes, com apoio dos professores, ocuparam ontem de manhã a Reitoria da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. O Reitor Charley Fayal, que chegou no final do protesto, negou que o semestre esteja perdido, mas informou que as aulas do segundo período vão ficar atrasadas e poderão se estender até o final de dezembro ou início de janeiro.

Munidos de faixas e cartazes pedindo a renúncia do Reitor e gritando slogans contra o Governo do Estado, que não repassou as verbas à Universidade, os estudantes ocuparam a ante-sala da Reitoria, mas foram inicialmente impedidos de entrar no Gabinete por cerca de dez seguranças. O protesto, organizado pelo Diretório Central dos Estudantes e Associações de Docentes e Servidores da UERJ, é parte da campanha S.O.S. UERJ, que reivindica mais verbas para a Universidade, eleições diretas para Reitor, autonomia universitária e plano de cargos e salários, prometido desde o ano passado. Segundo a vice-presidente do DCE, Daniela Frida, apenas um terço do orçamento da UERJ foi liberado pelo Governo do Estado, e mesmo assim com três meses de atraso.

Na ante-sala da Reitoria, diante



José Bruno, Presidente da Associação de Docentes, discute com o Reitor Charley Fayal

da resistência dos seguranças, estudantes e professores iniciaram uma discussão para decidir se invadiriam ou não o Gabinete do Reitor, finalmente ocupado por eles uma hora depois, apesar dos protestos do assessor da Reitoria Paulo Henrique Lins, de que seu trabalho estava sendo violentamente interrompido.

O Instituto de Biologia e o Departamento de Patologia e Laboratórios, responsáveis pela maioria das aulas práticas, estão fechados há dois meses e não há verbas para obras de manutenção nos prédios — alguns já com perigo de curto-circuito —, ou compra de equipamentos de ensino e pesquisa.

**MEDICOS**

(Jornal O GLOBO 21/05/1986 – Acervo pessoal do prof. José Eustáquio Bruno)

Uma das lutas desenvolvida, nos primeiros anos da década de 1980, foi a campanha pelo plano de carreira dos professores (1985) que segundo Roberto Abreu, professor do IME, “a Asduerj organizou e conduziu memorável luta que culminou com a criação de um sistema precursor do regime de trabalho que vigora até hoje (...) Sob a ótica de hoje, não parece muito, porém, à época foi uma “revolução” (ABREU, 2010, p 18. Revista Advir 24).

Esse processo de luta em torno da conquista do plano de carreira e da possibilidade de estruturação da carreira docente é abordada pelo presidente da entidade docente à época, prof. Bruno:

“Nós tivemos vários movimentos, entendeu? Vários movimentos, várias idas à reitoria, varias idas ao Palácio Guanabara né? Greves também foram feitas para se conseguir isso. Na realidade (...) todos os governos do Estado do Rio de Janeiro (...) eu posso dizer assim de carreira, sem medo de errar, nenhum deles, nenhum deles, inclusive com o lamentavelmente o governo Brizola que teve como vice o Darcy Ribeiro que todo mundo respeita como um grande acadêmico que realmente ele foi, mas com relação a UERJ ele teve várias falhas. Então foram muito ruins, tudo... tudo da universidade foi tirado à força, tudo! E a universidade sobrevivia, eu não sei como porque a visão dos governantes em relação à universidade era uma coisa paupérrima! Isso tinha que ser dito, entendeu? Eu lutei com os outros companheiros, e os outros colegas vão concordar comigo, tinha que ser dito em alto e bom som. Esse pessoal não tem a mínima noção do que seja uma universidade. Meu Deus! (Entrevista realizada com o prof. José Eustáchio Bruno em 01/05/2012)

De certa forma, pode-se concordar com o prof. Roberto Abreu que a implementação do plano de carreira na universidade, em 1985, possibilitou a transformação da universidade de maneira fundamental, pois garantiu a universalização dos salários iguais para todos de acordo com o regime escolhido (20h e 40h) e possibilitou aos docentes que aderiram ao regime de 40h, a implementação da pesquisa e da extensão. Por outro lado, ainda sob a nuvem da velha UERJ, o plano de carreira possibilitou o enquadramento por tempo de serviço e não por mérito acadêmico de acordo com a titulação do docente (mestrado/doutorado) e defendido pela associação docente. Afirma Bruno:

Tanto assim que depois também, é uma coisa que até, que foi engraçado isso, porque naquela época, por exemplo, ainda se discutia a questão de carreira relacionando com o tempo de serviço, e houve um reajuste que os professores tiveram uma ascensão na carreira por tempo. Mas na minha gestão, rapaz, as pessoas não concordavam com isso não. E eu acabei, eu acabei não aceitando. Foi uma situação difícil para mim, porque dá a impressão que você é ferrenho e tal, mas talvez eu tivesse na situação normal de professor sem ocupar direção da entidade, eu tivesse aceito, mas como eu era presidente da entidade e a entidade em si, entendeu? Ela reclamava aquilo, ela achava que a carreira devia ser feita como é feita nos os moldes de hoje de mestrado, doutorado, de defesa de tese (Entrevista realizada com o prof. José Eustachio Bruno, em 01/05/2012)

Percebe-se que o plano de carreira da época continha as duas perspectivas o velho e o novo. O novo era garantir o regime de carga horária de 20 e 40 horas e, também, a ascensão na carreira por formação acadêmica. O velho foi garantir a ascensão por tempo de serviço, de acordo com a lógica de escolão da velha universidade. Sobre esse processo, Bruno diz:

então a questão de você ter um tempo de serviço seria assim, as pessoas diziam assim: “Se você tem tempo de serviço deve ser promovido.” E isso aconteceu, mas eu me recusei, me recusei a fazer isso, entendeu? Por uma questão de visão que tinha a entidade daquela época, mas os meus companheiros foram promovidos (Entrevista realizada com o prof. José Eustáchio Bruno, em 01/05/2012).

Esses velhos-(agora)-novos sujeitos sociais foram criados no interior do próprio movimento, construindo-se a partir das próprias experiências do cotidiano, isto é no processo social, vivenciando o espaço social denominado UERJ, assim transformaram esse “escolão” em universidade e se (auto) transformaram-se em docentes.

Nesse processo de transformação percebemos que dos primeiros momentos da associação (1978) até o período final da gestão Bruno (1987) a associação funcionou com uma frente de esquerda, reunindo aqueles que lutaram pela categoria, que apesar de todas as diferenças ideológicas, souberam levar em frente a importante tarefa da Asduerj nesse processo de transformação da universidade. Mas é necessário marcar as diferenças que existiram nesse processo, por meio da visão das nossas duas principais estrelas, José Eustáchio Bruno e Ricardo Santos, este último vê a participação de Bruno do seguinte modo:

Eu acho que o Bruno, em algum momento, se julgou injustiçado lá na origem, e ele tem sua razão, por um lado e não tem por outro. Ele tem sua razão porque, de fato, houve um deslocamento, um jogo de corpo em relação ao Bruno, que foi um jogo de corpo pelo Bruno ter feito algumas declarações que estreitaram o campo da atuação da Asduerj no Centro Biomédico mesmo. O pessoal chegou para gente, em outro esquema, e disse assim: “Olha só, segura o Bruno, o Bruno tem que parar de dar declarações tão radicais porque com declarações tão radicais eu vou ter dificuldade de lhe dar a sala aqui para vocês”. Então houve claramente uma sinalização e o Bruno ia para reuniões do sindicato e fazia discursos um pouco mais avançados, muito emocionais na ocasião, e por duas vezes, depois o Bruno se aquietou. Não discursou mais e seguiu a trajetória. Tanto que é que ele veio compor a diretoria (...) Bruno sempre foi um combativo companheiro

de luta, e em alguns momentos ele teve uma posição um pouco mais avançada do que seria desejado (Entrevista realizada com o prof. Ricardo Santos, em 02/04/2012)

Sabedor das diferenças e do respeito existente entre eles, considero importante observar a posição de Bruno sobre o companheiro Ricardo Santos:

Olha, na verdade, Carlos, o que acontece é que, pelas minhas próprias situações, digamos assim, particulares, mas politicamente falando, eu era uma pessoa com perfil assim político um pouco diferente das pessoas que estavam na associação daquela época. O próprio Ricardo já deve ter dito isso para você. Consequentemente, eu não estava assim digamos entranhável com os grupos, com os grupamentos políticos que estavam ou dentro da entidade ou dentro da universidade como um todo. Por exemplo, naquela época em que o Hésio era o candidato, era uma pessoa mais ligada assim aquilo que naquela época a gente chamava de partido reformista, de esquerda mais reformista, de primeira concepção, e a candidatura também (...) A minha inserção nisso era um tanto quanto, digamos assim, mais periférica (Entrevista realizada com o prof. José Eustachio Bruno, em 20/03/2012)

Podemos perceber ao longo das falas do professor Bruno a referência ao Ricardo Santos, trazendo nas lembranças do passado, a memória viva da presença do companheiro de tantas jornadas de lutas. Ricardo Santos avalia a gestão Bruno:

A gestão do companheiro Bruno, eleito em chapa única, foi a primeira gestão da Asduerj cuja posse foi também a inauguração da sede e recebimento oficial do desconto em folha dos associados, conquista de nossa gestão, da qual Bruno fazia parte, mas que Fayal retardou para a gestão do Bruno, sendo lhe entregue na posse pela nossa Diretoria. Considero uma boa gestão. Acho que a esta altura Bruno estava mais amadurecido e surpreendeu positivamente. A questão do plano de carreira era uma proposta da ANDES que já tinha apoio na gestão anterior. Era o ideal para a época e uma evolução do plano anterior elaborado com apoio da Asduerj e que já discutia esta futura evolução e a proposta que vinha ganhando força na ANDES. A Asduerj se consolidava enquanto entidade. (Entrevista realizada com o prof. Ricardo Santos, em 02/04/2012)

Sobre a crítica no campo da esquerda, o professor Ricardo Santos marca a gestão Bruno e as gestões posteriores, que não serão tratadas nessa dissertação, mas a reflexão do professor Ricardo Santos mostra a diferença de concepção política entre os grupos presentes na entidade. Então, vejamos a fala de Santos,

Mas considero que Bruno conduziu a Asduerj de forma equilibrada, discordando dele apenas no contexto da questão político-ideológica, pois foi a partir da gestão do Bruno que passamos a sentir saudades da política ampla, sem sectarismos. Foi nesta época que começaram a crescer os grupos esquerdistas e diminuíram os espaços para grupos que até então eram de oposição. Nós que éramos situação na Asduerj passamos a ser poder a partir de determinado momento. Quando Bruno assumiu, se não me engano, Ivo ainda era Vice-Reitor. E era fundador da Asduerj. Depois evoluiu para primeiro Reitor eleito e tivemos o Abreu, do IME, a meu ver melhor que Bruno, voltou a ampliar a visão da Asduerj, mas tinha pouca liderança pessoal. Tinha menos história que Bruno. Era muito trabalhador e dedicado à Asduerj e, como Bruno, fez também importantes mobilizações e conquistas. A grande guinada esquerdista da Asduerj talvez tenha ocorrido depois de sua gestão, principalmente com o Zimbres, e depois na época Coscarelli e Cláudia Presidente, um outro extremo da direita, a meu ver. Coscarelli vinha de grupos conservadores então derrotados e passou a uma posição muito à esquerda, com todas as inequívocas qualidades que teve, de dedicação à entidade. Nossa posição política foi perdendo espaço de atuação na entidade com o advento do PT. Isto fragmentou ainda mais, pois o PT aninhava os principais grupos esquerdistas originalmente (Resposta por escrito - via correio eletrônico)

De forma bastante interessante, o professor Bruno destaca as diferenças no campo da esquerda,

Até eu faço questão de enfatizar, de deixar isso bem claro, porque geralmente às pessoas que acreditam na política (trecho não identificado 43.07) elas dizem: “A esquerda só se une na prisão.” Isso é bobagem, entendeu? A esquerda não briga com a outra esquerda porque ela gosta de brigar. Na verdade, ela briga porque tem concepção diferente, e aí o mundo se define assim. Se você fosse raciocinar dessa maneira, você teria que condenar também as religiões, não é? A vida religiosa, (trecho não identificado 43.45) porque as pessoas tiveram visões diferentes, e ninguém condena as religiões por causa disso, também acho que a política não deve ser condenada por causa disso. O fato de você, por exemplo, ser de linhagens ou linhas diferentes do pessoal de esquerda dentro da UERJ, isso não... Absolutamente, não diminui o papel da esquerda. (Entrevista realizada com o prof. José Eustáchio Bruno, em 01/05/2012)

A partir do confronto dos relatos dos professores que participaram desse processo histórico na UERJ, pode-se construir uma relação de intersubjetividade e compreender a complexidade do fazer-se dessa história, por isso trago a voz do professor Bruno: “é bom saber que essa foi uma história que está sendo recuperada, essa memória, porque a gente fala como presidente e tal, mas foram muitas pessoas que

contribuíram para isso aí, sem elas não teria sido possível nada” (Entrevista realizada com o prof. José Eustáchio Bruno em 01/05/2012). Pode-se afirmar que diferentes ações e vozes constituíram o “fazer-se” (THOMPSON, 1987) da UERJ em universidade.

## Considerações Finais

Assim continuamos a luta, porque a história não acabou. Fukuyama estava errado (MARCONSIN, 2010, p.29).

A antiga universidade pública e gratuita foi transformada em uma nova universidade: pública, gratuita, autônoma, de respeitável qualidade acadêmica e socialmente referenciada. Essa foi a mais importante vitória de todo o processo de desdobramento das lutas sociais da categoria social em fazer-se docente e construírem a Asduerj. Nesse sentido reconstruir a memória do movimento docente na UERJ é (re)construir uma parcela significativa da própria memória dessa universidade, visto a baixa produção acadêmica sobre a UERJ, apesar dos seus 60 anos.

O trabalho com a história oral nos permitiu compreender a história de sujeitos (docentes) que tiveram sua versão “sufocada” pela historiografia oficial. Entrevistar é uma arte, e como tal, está sempre em transformação e de fato, elaborar entrevistas com três grandes personagens da história da universidade não foi tarefa fácil e se fosse possível seria necessária uma série de entrevistas para voltarmos a algumas temáticas que não foram possíveis de serem tratadas com a profundidade necessária. Uma dessas temáticas “esquecidas” foi a da imprensa da entidade docente, sabemos que o jornal Quasímodo foi uma peça fundamental para a organização, agitação e propaganda das proposições políticas e ideológicas apresentadas pela direção da entidade docente. Nesse sentido, podemos indicar o importante trabalho publicado pelo ex-jornalista da Asduerj Rafael Marti, na revista Contemporânea, da Faculdade de Comunicação Social/UERJ (disponível em: [www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed\\_04/contemporanea\\_n04\\_22\\_RafaelMarti.pdf](http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_04/contemporanea_n04_22_RafaelMarti.pdf)).

Assinala-se que a experiência social da categoria ficou circunscrita à sua própria identidade enquanto categoria social, merecendo um estudo mais aprofundado sobre a relação entre a identificação social da categoria e a estrutura social brasileira.

O pesquisador de uma instituição, na verdade, cria uma realidade totalmente original, quase uma “ficção”, melhor dizendo, cria uma obra de arte, rica de sentidos. Esta obra, porém, não é uma construção arbitrária, menos ainda uma mentira, pois tem as fontes como base, tampouco é uma reprodução mecânica de algo que está fora dele. É uma obra de cultura enraizada, de um lado, em fontes e valores do passado e, de outro em Valores do presente, em defesa de um projeto social (BUFFA; NOSELLA, 2009, p. 72).

Considera-se uma questão fundamental a compreensão de como o movimento docente da UERJ foi imprescindível na constituição da universidade e do fazer-se docente. Destaca-se que o primeiro plano de carreira da categoria foi de 1985, este não deixou margem para a implantação da dedicação exclusiva, aspecto hoje (re)conhecido no meio acadêmico brasileiro, principalmente após implantação desse sistema nas universidades federais brasileiras e nas estaduais de São Paulo como fundamental para o trabalho docente. Essa conquista, no caso da Uerj, somente se estabeleceu em 2012 e consolidou um conjunto de lutas que começaram a se desenvolver no início da década de 1980, com a conquista do primeiro plano de carreira em 1985. Em 2012, após três meses em greve, o corpo docente conquistou o direito ao regime de 40 horas com dedicação exclusiva à universidade. O entendimento da dedicação exclusiva é que ela caminhe junto com a compreensão de que o salário real possibilite a condição do professor-pesquisador sobreviver dignamente e, principalmente, seja um produtor de conhecimento. Interessante foi perceber, durante a greve de 2012, que o Centro Biomédico, tão fundamental para a transformação da universidade, na década de 1980, não tenha participado ativamente da luta em torno da D. E. Abaixo indica-se o quadro de solicitação de pedidos de ingresso no regime de dedicação exclusiva, apresentado pela superintendência de recursos humanos da universidade:

Um total de 1.026 professores solicitou adesão ao regime (255 do Centro Biomédico, 120 do Centro de Ciências Sociais, 325 do Centro de Educação e Humanidades, 319 do Centro de Tecnologia e Ciências e sete do Instituto de Estudos Sociais e Políticos - Iesp).  
(disponível em: [http://www.uerj.br/lendo\\_noticia.php?id=647](http://www.uerj.br/lendo_noticia.php?id=647), acesso dia 20/01/2013)

Esses aspectos possibilitarão a realização de reflexões futuras sobre o fazer-se docente na universidade e a importância do associativismo na categoria docente para as conquistas salariais, trabalhistas e políticas. É preciso afirmar o quanto a associação de docentes foi o campo de resistência, após a chegada à reitoria (1988) do grupo liderado por Hésio Cordeiro e Ivo Barbieri, que se reivindicava progressista. Algumas lideranças do movimento docente foram explicitamente cooptadas pelo grupo que chegara ao poder e a Asduerj, então, passa a ser, novamente, o centro das lutas políticas e democráticas da universidade. Após esse processo de chegada ao poder interno, a entidade representativa docente passa a não mais ser dirigida enquanto uma frente única

de esquerda, que aglutinava a esquerda da universidade em torno de pontos programáticos unificados.

Após chegada à reitoria de um grupo que se reivindicava progressista, a entidade docente passa a ser alvo de disputas entre três grupos políticos na universidade: a) o grupo ligado organicamente ao campo da reitoria, com a participação inclusive de correntes políticas do PT como o grupo denominado Articulação; b) o grupo político da professora de história Lená Medeiros de Menezes; c) o grupo vinculado à esquerda do PT (Partido dos Trabalhadores), com a participação de independentes. Essas disputas eleitorais na associação talvez possam comprovar a sua força e importância.

Acreditamos que o nosso trabalho seja uma pequena contribuição para a memória do movimento docente da universidade e que a entidade docente construa, futuramente, um centro de memória, espaço vital para as fontes e para as diversas e diferentes pesquisas nas diversas áreas de ciências humanas.

Nesse sentido, após 1987/1988 a história do movimento docente na universidade precisa ser pesquisada em profundidade e que venham novas pesquisas e outras histórias. Avante!

## Referências Bibliográficas

- AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos de história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- AUGRAS, Monique. História oral e subjetividade. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von.(org.). *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- BALDIJÃO, Carlos Eduardo. “ANDES – Breve história.” *Cadernos Andes*, nº1, São Carlos, jan/1988, pp. 7-11.
- BURKE, Peter. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CASTANHO, Sérgio. *Teoria da história e história da educação: por uma história cultural não culturalista*. 1ª ed. Campinas: Autores Associados, 2010.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- CHARTIER. Roger. A visão do historiador modernista. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos de história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- DOSSE, François. *A História em migalhas: dos Annales à nova história*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos de história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FREITAS, Ana Maria Gonçalves Bueno. A Trajetória Administrativa de Gonçalo Rollemberg Leite e a faculdade de Direito de Sergipe (1950-1970). In: *Cadernos de Pesquisa em Educação/ Centro de educação, Programa de Pós-graduação em educação*, nº 34,jul/dez 2011. Vitória: PPGE
- FARIA Filho, Luciano Mendes de. Fazer história da educação com E. P. Thompson: trajetórias de um aprendiz. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.) *Pensadores sociais e história da educação*, 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- GATTAZ, André. Meio século de história Oral. In: REVISTA NEHO-HISTÓRIA. Número 0. São Paulo: Logaria brasileira

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. A pesquisa na produção do conhecimento: questões metodológicas. In *EccoS – Revista científica*, UNINOVE, São Paulo, V.7, n.2, p 253-274, jul/dez 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 1990.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-História In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LOZANOS, Jorge Eduardo Aceves. Prática e Estilos de pesquisa na História Oral Contemporânea. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e Abusos de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996.

MANCIBO, Deise. *Da gênese aos compromissos*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

MANCIBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (orgs.) *Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente*. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

MENDONÇA, Sonia Regina. História, interdisciplinaridade e marxismo. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo et all (orgs.). *História da educação – Desafios teóricos e empíricos*. Niterói: Eduff, 2009.

MONTENEGRO, Antônio Torre. História oral e interdisciplinariedade. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von.(org.). *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

NEVES, Margarida de Souza. Memória, História e Política. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo et all (orgs.). *História da educação – desafios teóricos e empíricos*. Niterói: Eduff, 2009.

NISKIER, Arnaldo. *Sempre, de sempre. Correspondência com João Lyra filho: uma contribuição à história da UERJ*. Rio de Janeiro: Edições Consultor, 2000.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. *Instituições escolares – por que e como pesquisar*. Campinas: Alínea, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.

PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In FERNANDES, Tânia Maria et al. (Orgs). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

PRINS, Gwyn. História oral. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

RAMADON, Luis Fernando. *UERJ: uma história apaixonante*. Disponível em: <http://lframadon.sites.uol.com.br/> Acesso em: 20/08/2012

REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas. A experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação* V.15 n.45 set/dez 2010.

REVEL, Jacques. *Proposições: Ensaio de História e Historiografias*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

REVISTA ADVIR, Rio de Janeiro, nº 24, julho/2010.

SANTOS, Andrea Paula. *Objetividade Histórica, subjetividade exposta: o Trabalho de campo em história oral de vida com militares de esquerda*. In: *REVISTA NEHO-HISTÓRIA*. Número 0. São Paulo: Logaria brasileira, 1998

SANTOS, Ricardo. UERJ e ASDUERJ. Elementos para uma análise crítica da UERJ- Pela reestruturação da Vida Universitária. Mimeógrafo. 1982.

SGUISSARDI, Valdemar. *Comunicado Importante*. Memórias da Resistência. Piracicaba: Editora Jacintho Editores, 2007.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

TRINDADE, Hégio. As universidades frente à estratégia do governo. In: TRINDADE, H. (organizador). *Universidade em ruínas: na república dos professores*, Petrópolis: Vozes/ Rio Grande do Sul: CIPEDES, 1999, p. 29

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa. Vol. I. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa. Vol. II. A Maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa. Vol. III. A força dos Trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *A miséria da teoria*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da historia oral. In: FERNANDES, Tânia Maria. et al.(Orgs) *História Oral: Desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.